

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE  
DO NORTE

GILMARA CATARINE DANTAS COSTA

**SOB A *BATTUTA* DA MESTRA: A PROFESSORA LOURDES GUILHERME E O  
ENSINO DA MÚSICA NA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1945-1968)**

NATAL

2023

GILMARA CATARINE DANTAS COSTA

**SOB A *BATTUTA* DA MESTRA: A PROFESSORA LOURDES GUILHERME E O  
ENSINO DA MÚSICA NA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1945-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento

NATAL

2023

Costa, Gilmara Catarine Dantas.

C837s Sob a battuta da mestra : a professora Lourdes Guilherme e o ensino da música na escola industrial de natal (1945-1968) / Gilmara Catarine Dantas Costa. – 2023.

129 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Orientadora: Francinaide de Lima Silva Nascimento.

1. Ensino de música. 2. Maestra Lourdes Guilherme – Natal. 3. Educação profissional. 4. Escola industrial – Natal. 5. Rio Grande do Norte. I. Título.

CDU 37:78

GILMARA CATARINE DANTAS COSTA

**SOB A *BATTUTA* DA MESTRA: A PROFESSORA LOURDES GUILHERME E O  
ENSINO DA MÚSICA NA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1945-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional.

Aprovada em 15 de junho de 2023

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Francinaide de Lima Silva Nascimento**

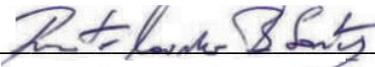
Presidente (Orientadora)



---

**Ilane Ferreira Cavalcante (IFRN)**

Titular Interno



---

**Renato Marinho Brandão Santos (IFRN)**

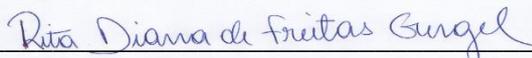
Suplente Interno



---

**Tainá da Silva Bandeira (IFRN)**

Titular Externo



---

**Rita Diana de Freitas Gurgel (UFRN)**

Suplente Externo

## AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de todo amor e fé, na certeza de que seus planos sempre são maiores que os meus.

À Profa. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento, minha orientadora. Este trabalho só foi possível graças à sua confiança e ao seu amor pela pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) pela concessão da bolsa de estudo.

Aos meus pais, Gilberto Ferreira e Maria Da Guia, por nunca desistirem de mim.

À minha irmã, Samara Karoline, por acreditar que seria possível.

Aos amigos, Alzenir Souza, Daniella Lago, Leidiana de Souza, Joyce Brenna, Rafael Falcão, Engel Faustino e Luiz Antonio, por dividirem as alegrias e aflições deste percurso.

À Profa. Dra. Lenina Lopes por ser fonte de inspiração e incentivo.

À Profa. Dra. Suély Souza pelo encorajamento e amizade.

A Alanderson Nascimento pela concessão de material de pesquisa, em particular da revista *Som*, e pela assessoria nos termos técnicos relativos ao campo da música.

Ao Prof. Dr. Leonardo Leonidas e a Maria da Guia Silva pela prontidão em ajudar com o envio de referências para a construção desta pesquisa.

Aos servidores que atuam no Arquivo Geral do IFRN, em especial a Arilene Medeiros pela recepção e envio de inúmeras fontes.

Ao Museu Villa-Lobos, ao CEFET-RJ, ao Memorial do Atheneu Norte-Riograndense e ao Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte pela disponibilização de fontes importantes na construção do cenário vivenciado pela professora e maestrina Lourdes Guilherme.

À Venerável Irmandade Bom Jesus do Passos, particularmente a Flávio da Silva, pela guarda cuidadosa de notáveis registros da história da nossa cidade e pela disponibilidade em ajudar.

À senhora Zuleide da Silva, presidente da Associação Mães Criando Arte/Clube de Mães Lourdes Guilherme, pela recepção calorosa e por disponibilizar gentilmente imagens para compor esta pesquisa.

Às professoras Ilane Ferreira Cavalcante, Rita Diana de Freitas Gurgel e Tainá da Silva Bandeira e ao professor Renato Marinho Brandão Santos, membros da Banca Examinadora, pela disponibilidade, arguições qualificadas e suas contribuições à pesquisa desde as qualificações.

Às amigas Andreza França, Vania Meyreli, Lívia Borges e aos amigos do CREAS e da Unidade de Acolhimento de São Gonçalo do Amarante – RN pela compreensão e apoio durante este percurso.

“Certamente o céu criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida.”

(Nísia Floresta, 1989)

## RESUMO

A presente dissertação analisa a prática educativa da professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, com destaque para a sua participação enquanto docente de música na Escola Industrial de Natal, no Rio Grande do Norte, entre o período de 1945 a 1968. O objetivo foi estudar sua história de vida, formação docente e atuação profissional no Ensino de Música, especialmente no Canto Orfeônico. Para tanto, as análises apoiam-se no constructo teórico e metodológico da História Cultural, em particular em Roger Chartier (1990) e seus conceitos de práticas e representações, mas também em outros autores do campo das ciências sociais e da historiografia, tais como Certeau (1982), Foucault (2012), Gatti Júnior (2002), Magalhães (2004) e Le Goff (1990). Pela inserção da professora no campo da História da Educação Profissional, Ciavatta (2015; 2009), Cunha (2005) e Nascimento (2018), entre outros, seus interlocutores, fundamentam este trabalho. No tocante à pesquisa documental, delimita-se aos acervos e fontes advindos do Arquivo Central do IFRN-Campus Natal Central, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, do Museu Villa-Lobos, do 1º Ofício de Notas de Natal, da Associação Mães Criando Arte, da Escola Estadual Lourdes Guilherme, do Memorial do Atheneu, do Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte e da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Nesses espaços, foram selecionados: cartas, fotografias, edições dos jornais *A República*, *Diário de Natal*, *O Poti*, *A Ordem*, revista *Som*, entre outros documentos. Em perspectivas parciais, constata-se que a professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme teve formação na Escola Imaculada Conceição, no Instituto de Música do Rio Grande do Norte e no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO). Professora de piano e canto orfeônico, atuou em diversas instituições, entre elas: Atheneu Norte-Riograndense, Escola Normal de Natal, Escola Doméstica, Instituto de Música do Rio Grande do Norte e Escola Industrial de Natal. Nesta última, exerceu cargo de confiança como coordenadora e, por vezes, substituiu o então diretor, Irineu Martins de Lima. A professora Lourdes Guilherme assumiu a direção do Instituto de Música do Rio Grande do Norte (IMRN) no ano de 1952, tornando-se a primeira e única mulher na direção do referido Instituto. Em síntese, ela teve uma atuação de relevância, legando à música e ao canto orfeônico, além de seu pioneirismo e inserção feminina, contribuições às práticas de ensino em diferentes instituições Norte-Riograndenses, em que demonstrou liderança, assertividade e profissionalismo.

**Palavras-chave:** história da educação profissional; prática educativa; canto Orfeônico. Lourdes Guilherme.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the educational practice of teacher Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, with emphasis on her participation as a music teacher at the Industrial School of Natal, in Rio Grande do Norte, between the period of 1945 to 1968. The objective was to study his life story, teacher training and professional performance in Music Teaching, in particular in Choral Singing. To this end, the analyzes are based on the theoretical and methodological construct of Cultural History, particularly on Roger Chartier (1990) and his concepts of practices and representations, but also on other authors in the field of social sciences and historiography, such as Certeau (1982), Foucault (2012), Gatti Júnior (2002), Magalhães (2004), Le Goff (1990). Due to its insertion in the field of the History of Professional Education, it is based on its interlocutors, with whom we dialogue, namely: Ciavatta (2015, 2009), Cunha (2005) and Nascimento (2018), among others. With regard to documentary research, the collections and sources from the Central Archive of the IFRN-Campus Natal Central, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Villa-Lobos Museum, 1st Office of Christmas Notes, Associação Mães Criando Arte, Escola Estadual Lourdes Guilherme, Memorial do Atheneu, State Public Archive of Rio Grande do Norte and the Venerable Brotherhood of Senhor Bom Jesus dos Passos. In these spaces were selected: letter, photographs, *Jornal A República*, *Diário de Natal*, *O Poti*, *A Ordem*, Som Magazine, among other documents. In partial perspectives, it appears that teacher Maria de Lourdes Filgueira Guilherme had training at the Imaculada Conceição School, at the Rio Grande do Norte Institute of Music and at the National Conservatory of Orfeonic Singing (CNCO). Professor of piano and orpheonic singing, she worked in several institutions, among them: Atheneu Norte-Riograndense, Escola Normal de Natal, Escola Doméstica, Instituto de Música do Rio Grande do Norte and Escola Industrial de Natal, in the latter she held a position of trust as coordinator and sometimes replaced the then director Irineu Martins de Lima. Professor Lourdes Guilherme assumed the direction of the Instituto de Música do Rio Grande do Norte (IMRN) in 1952, becoming the first and only woman in the direction of that Institute. In summary, the teacher and conductor had a relevant performance, bequeathing to music and orpheonic singing, in addition to her pioneering spirit and female insertion, contributions to teaching practices in different institutions in the north of Rio Grande do Norte, in which she demonstrated leadership, assertiveness and professionalism.

**Keywords:** History of vocational education. educational practice. choral singing. Lourdes Guilherme.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cópia reprográfica da certidão de nascimento de Lourdes Guilherme.....	30
Figura 2 – “Certidão de nascimento de inteiro teor”, cópia reprográfica.....	31
Figura 3 – Fachada do Clube de Mães Lourdes Guilherme .....	38
Figura 4 – Carta escrita por Lourdes Guilherme endereçada à Arminda Villa-Lobos, em 1953 .....	40
Figura 5 – Passagem do bonde elétrico pela Praça André de Albuquerque, primeiras décadas do século XX.....	65
Figura 6 – Prédio da Avenida Rio Branco.....	69
Figura 7 – Projeto arquitetônico do edifício da Escola de Aprendizes, década de 1930 .....	70
Figura 8 – Retrato de Lourdes Guilherme (a) .....	84
Figura 9 – Retrato de Lourdes Guilherme (b) .....	84
Figura 10 – Procissão do encontro. O deslumbrante préstito religioso pela Avenida Junqueira Ayres, na tarde de 19 de março de 1937.....	86
Figura 11 – 1ª Comunhão dos alunos da EIN.....	89
Figura 12 – 1ª Comunhão dos alunos da EIN.....	90
Figura 13 – Da esquerda para a direita, sentados – Paulo Martins, Lourdes Guilherme, Paulino e Profa. Angelita Marinho na antiga escola da Av. Rio Branco.....	92
Figura 14 – Termo de posse, 1945 .....	95
Figura 15 – Registro funcional da servidora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme .....	96
Figura 16 – Linha do tempo .....	98
Figura 17 – Profa. Lourdes guarda de honra, a banda e alunos em forma, cantando o hino nacional, em uma hora cívica, na quadra da antiga E.I.N. no ano de 1946.....	100
Figura 18 – Professora Lourdes e alunos da EIN, após uma hora cívica, cantando o Hino Nacional .....	101
Figura 19 – Profa. Lourdes Guilherme regendo o canto orfeônico na Escola Industrial de Natal (1945-1955).....	103
Figura 20 – Capa da partitura (1956).....	105
Figura 21 – Partitura (1956).....	105
Figura 22 – 2ª Exposição do curso de pintura em porcelana Lourdes Guilherme .....	106
Figura 23 – Documento assinado por Lourdes Guilherme durante o seu exercício como Diretora.....	108

Figura 24 – Escola Estadual Lourdes Guilherme .....	111
Figura 25 – Coral Professora Lourdes Guilherme.....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa no jornal <i>A Ordem</i> sobre a professora e maestrina Lourdes Guilherme (1935-1966) .....	333
Quadro 2 – Pesquisa no jornal <i>Diário de Natal</i> sobre a professora e maestrina Lourdes Guilherme (1949-1971) .....	355
Quadro 3 – Pesquisa no jornal <i>O Poti</i> sobre a professora e maestrina Lourdes Guilherme (1954 e 1962) .....	377
Quadro 4 – Breve panorama do Canto Orfeônico na educação no Brasil .....	622
Quadro 5 – Programa da disciplina de Canto Orfeônico destinado ao ensino de nível secundário .....	74
Quadro 6 – Inventário da Escola Industrial de Natal (discos de vitrola) .....	77
Quadro 7 – Inventário da Escola Industrial de Natal (filmes) .....	78

## LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CNCO	Conservatório Nacional de Canto Orfeônico
EAA	Escola de Aprendizes Artífices
EIN	Escola Industrial de Natal
ETFRN	Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IMRN	Instituto de Música do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LABIM	Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MVL	Museu Villa-Lobos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
SEMURB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>1 ABERTURA: UM PRELÚDIO POSSÍVEL</b> .....	14
1.1 ARRANJO OU O INÍCIO DA COMPOSIÇÃO.....	16
1.2 AFINANDO OS INSTRUMENTOS: A LOCALIZAÇÃO DOS ACERVOS E FONTES DA PESQUISA.....	26
1.3 DEFININDO TOM E RITMO: A HARMONIA TEÓRICO-CONCEITUAL .....	43
<b>2 SONORIZANDO CONTORNOS: LOURDES GUILHERME E O ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL</b> .....	50
2.1 A COMPOSIÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA NO IDEÁRIO ESTADONOVISTA: UM BREVE PANORAMA DO CANTO ORFEÔNICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA..	50
2.2 NO COMPASSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1942 A 1968).....	63
<b>3 DO ALLEGRO AO ADAGIO: A BATTUTA DA MAESTRINA E PROFESSORA LOURDES GUILHERME</b> .....	80
3.1 ALLEGRO OU REPRESENTAÇÕES DA MAESTRINA LOURDES GUILHERME ....	80
3.2 MODERATTO: A ATUAÇÃO DOCENTE DA PROFESSORA LOURDES GUILHERME .....	93
3.3 ADAGIO OU SOBRE SUA GESTÃO E TRÂNSITOS INSTITUCIONAIS .....	105
<b>4 CODA FINAL: UM DESFECHO NECESSÁRIO</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	117

## 1 ABERTURA: UM PRELÚDIO POSSÍVEL

“Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado” (BOSI, 1994, p. 413).

Iniciamos este texto com uma epígrafe de Ecléa Bosi (1994), que tem como sujeito Ariadne<sup>1</sup>, personagem da mitologia grega. Bosi (1994) afirma que, para acessar uma lembrança, não basta um fio de Ariadne ou o fio da vida, é necessário muito mais, sendo imperioso o desenrolar de diversos fios. Seriam esses fios a lembrança de outros personagens que coabitam um mesmo contexto. Com efeito, este trabalho irá desenrolar diversos fios de memória, a começar pelo fio da vida da maestrina e professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, personagem principal desta dissertação de mestrado.

Lourdes Guilherme (1911-1971) nasceu na capital potiguar, no seio de uma família bem estruturada social e economicamente. Seu pai, Teodorico Guilherme, era um homem muito influente, principalmente no que diz respeito ao seu prestígio com a Igreja Católica, o que deu a ela e aos seus irmãos condições favoráveis de inserção e participação na sociedade natalense. Lourdes Guilherme habitou o contexto religioso e social de sua época por meio das atividades desenvolvidas em vários grupos religiosos, entre eles o Grupo Juventude Feminina Católica, sua atuação profissional como professora e maestrina em diversas instituições de ensino – em especial a Escola Industrial de Natal (EIN) – e sua habilidade em movimentar o cenário artístico local.

Diante do importante papel desempenhado por Lourdes Guilherme e do desejo de contribuir com o campo da História da Educação Profissional e com a historiografia da educação brasileira, esta dissertação tem a seguinte **questão de pesquisa**: quais as contribuições da professora e maestrina Lourdes Guilherme para o Ensino de Música e para a educação norte-riograndense a partir de sua atuação na Escola Industrial de Natal, entre 1945 e 1968?

---

<sup>1</sup> Ariadne era filha do poderoso rei de Creta, região atormentada por um Minotauro que habitava um labirinto. Com a chegada de Teseu, herdeiro do rei de Atenas, Ariadne acaba se apaixonando pelo bravo herói. Com o intuito de proteger seu amado, oferece a ele uma espada para matar o Minotauro e um novelo de lã para encontrar o caminho de volta. O novelo ofertado por Ariadne ficou conhecido como o fio de Ariadne/fio da vida, uma vez que ajudou a conservar a vida de Teseu.

Como **objetivo geral**, foi delimitado: investigar a formação e atuação profissional de Lourdes Guilherme na Música e qual a sua contribuição para o ensino de Canto Orfeônico na EIN. Como **objetivos específicos**, foram estabelecidos: pesquisar a história da Escola Industrial de Natal (EIN) entre 1942 e 1968; investigar a formação para a docência e a prática educativa da professora Lourdes Guilherme, com ênfase na sua atuação na Escola Industrial de Natal, entre 1945 e 1968; caracterizar o ensino de música, em particular de Canto Orfeônico, na EIN no período recortado e analisar a presença da professora Lourdes Guilherme no fortalecimento da participação feminina na mesma instituição e em outros espaços sociais e de sua atuação educativa.

Neste texto da pesquisa de dissertação, com o título *Sob a battuta<sup>2</sup> da Mestra: a professora Lourdes Guilherme e o Ensino da Música na Escola Industrial de Natal (1945-1968)*, utilizamo-nos de termos advindos da arte musical, a fim de conferir ambiência e imprimir ao texto as metáforas próprias da referida área. Isso porque a presente pesquisa discorre sobre a confluência entre a história da Escola Industrial de Natal e o perfil biográfico de Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, que atuou como professora e maestrina na instituição em um contexto de transição educacional no Brasil. Assim, assume-se a metáfora da execução de uma peça musical, do ataque à *coda*<sup>3</sup>.

Para esta seção, foram delimitadas três subseções. *Arranjo ou o início da composição* marca os primeiros acordes registrados na partitura que buscaremos compor para a música que pretendemos executar sobre Lourdes Guilherme e a Escola Industrial de Natal. Deixamos evidentes: objeto, recorte temporal, justificativa, objetivos e questão de partida. Em seguida, procedemos com a localização dos acervos públicos e particulares de onde advêm as fontes de pesquisa. Essa subseção foi denominada *Afinando os instrumentos: a localização dos acervos e fontes de pesquisa*. E, por fim, em *Definindo tom e ritmo: a harmonia teórico-conceitual*, tornamos evidentes as opções teóricas e metodológicas para o tratamento das fontes e análises da pesquisa.

---

<sup>2</sup> Espécie de instrumento, bastão curto, utilizado pelo maestro de uma orquestra para marcar o compasso e o andamento da música, assim como indicar a entrada de instrumentos e vozes. O termo também é utilizado na língua portuguesa (batuta), igualmente fazendo referência ao instrumento utilizado pelo maestro – podendo ser usado para indicar que uma pessoa é muito responsável e competente em uma determinada área de atuação.

<sup>3</sup> Termo empregado na música para indicar a parte final de uma canção ou de um trecho musical.

## 1.1 ARRANJO OU O INÍCIO DA COMPOSIÇÃO

O primeiro ensaio<sup>4</sup> é o momento de afinar os instrumentos e dar início à montagem final, direcionando os objetivos, os acervos e as fontes, bem como o método, como um maestro ou uma maestrina conduzem seus músicos em uma orquestra para a execução de uma apresentação, regendo o ritmo, a melodia e garantindo a harmonia de instrumentos e vozes. Nesse caso, recorreremos à memória para compor esta história, tal como sinaliza Le Goff (1990).

Para tanto, faz-se necessária a realização de uma breve descrição das memórias de infância, adolescência, formação acadêmica e prática docente, processo que auxilia no autoconhecimento e na ressignificação das experiências de vida, mas também evidencia as escolhas que me trouxeram<sup>5</sup> até aqui (Professora de Arte e Pesquisadora da História da Educação Profissional), circunscrevendo o meu lugar de fala. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Ancoro-me em Chartier (1991) para expressar a minha visão de mundo e o meu contexto histórico, os quais nortearão o modo como recebo e interpreto determinado produto cultural – nesse caso, a prática docente da Professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, que será ressignificada pelas pesquisas e leituras, mas também pela forma como me aproprio de sua *práxis* educativa, gerando representações acerca dela.

Oriento-me pelo conceito de representação, a fim de conferir sentido, significado a um objeto construído:

Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991, p. 180).

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada com o objetivo de proporcionar uma relação conotativa entre objeto estudado, música e canto orfeônico, em estreita articulação com a elaboração de uma pesquisa acadêmica. Nesse caso, a palavra *ensaio* foi empregada com o propósito de fazer associação com o momento que antecede a apresentação de uma peça, espetáculo musical, entre outros eventos artístico-culturais, momento de preparação e treino.

<sup>5</sup> No decorrer do texto fez-se necessário a alternância da pessoa do discurso devido à natureza do trabalho. Na primeira seção dessa dissertação será recorrente o uso da primeira pessoa do singular, uma vez que a seção exige o compartilhamento de minhas experiências pessoais, o restante das seções tomou como base a terceira pessoa do plural.

Isso possibilita afirmar que a atuação educativa de Lourdes Guilherme deve ser analisada à luz de suas experiências e de seu contexto e sob a perspectiva das representações culturais dos agentes societários no contexto da *práxis*. E, ainda, as condições de produção e o olhar idiossincrático impresso na pesquisa também deixam suas marcas e incidem diretamente nesse constructo acadêmico-científico.

Não tenho por objetivo realizar uma descrição minuciosa e com rigor cronológico das experiências vivenciadas ao longo de minha caminhada, mas expor memórias afetivas e significativas desse percurso, relacionando-as com as escolhas do presente, demonstrando parte do meu olhar sobre o mundo. Nesse sentido, Abrahão (2011, p. 166) afirma que “a natureza temporal tridimensional da narrativa, tendo em vista que esta rememora o passado com olhos do presente e permite prospectar o futuro, é razão pela qual o próprio discurso narrativo não procura necessariamente obedecer a uma lógica linear e sequencial”.

O mesmo autor ainda acrescenta que os “espaços geográficos diferenciados em suas vivências se imbricam com o que lhes afetou no passado, rememorado nos dias de hoje, com implicações no amanhã.” (ABRAHÃO, 2011, p. 170). Dessa forma, espaços, acontecimentos e lembranças fundem-se, construindo novos significados, “nesse sentido, a ‘verdade’ é o que é ‘verdadeiro’ para o narrador, porque as narrativas são ressignificadas no momento da narração, dada a natureza reconstrutiva e seletiva da memória” (ABRAHÃO, 2011, p. 167). Isso nos permite concluir que estamos em estado de permanente construção e ressignificação, nossas vivências do passado interferem nas experiências presentes e ajudam a construir um caminho futuro, visto que uma prática cultural ou a construção de uma representação também é composta pela historicidade do indivíduo.

Minha primeira “experiência” com a docência foi promovida pelas brincadeiras de infância e pela “responsabilidade” de irmã mais velha, com cinco anos de diferença. Tinha por “obrigação” auxiliar minha irmã mais nova nas atividades da escola. Para isso, em minha imaginação, seria necessário um ambiente especial. Dessa forma, decorei um cômodo de casa com o propósito de parecer uma sala de aula; tinha um pequeno quadro negro no formato de elefante, revistas, lápis de cor, cartazes e outros materiais escolares. Em datas comemorativas, como na festa de São João, fazíamos bandeirinhas e desenhos para deixar “nossa escola” ainda mais bonita. Nessas brincadeiras inocentes, pude desempenhar o papel de professora, e minha irmã o de aluna, reproduzindo papéis sociais da cultura na qual estávamos imersas.

Nascer em uma família simples não traz muitas facilidades, isso já se sabe, mas possibilita um espaço ao desenvolvimento da criatividade, visto a necessidade de criar alternativas para superar as dificuldades. Cresci vendo minha mãe realizar vários cursos para

ajudar no sustento de casa, afinal, o salário do meu pai não era o suficiente. Desse contexto, abundam cursos diversos: corte e costura, cestaria, bordados variados, crochê, pintura em tecido e até de cozinha alternativa. Tudo isso foi visto de perto por mim e minha irmã, pois ela sempre nos levava junto. Assim cresci, envolvida por um universo de cores, linhas, tecidos e muita criatividade. Até hoje, acredito que foi isso que me levou a escolher a Licenciatura em Artes Visuais, ou teria sido a arte que me escolheu?

Aos 14 anos de idade, tive minha “estreia” como professora em uma oficina de arte, curso de quilling<sup>6</sup>, no Salão Infante-Juvenil do Centro de Estudos e Biblioteca Escolar Prof. Américo de Oliveira Costa, instituição localizada na Zona Norte da cidade de Natal/RN. O curso era destinado às crianças e adolescentes, e, mesmo não sendo uma atividade de ensino regular e sem entender nada de didática e de práticas pedagógicas, essa experiência semeou o entusiasmo pela docência.

Hoje parece notório o meu interesse por essas duas áreas, arte e educação. Contudo, demorei muito a compreender o que faria profissionalmente na vida adulta. Caminhei pelas áreas do turismo e da construção civil até entender que deveria seguir pela “estrada” da docência em arte. E foi assim que, no ano de 2012, ingressei na Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), na Licenciatura em Artes Visuais.

No período em que permaneci na universidade, entre 2012 e 2016, tive a oportunidade de conviver com excelentes professores e pesquisadores. Caminhei por diversas áreas da arte e me perdi em alguns momentos, mas sempre trilhei a “estrada” da docência. Enquanto estudante de licenciatura, pesquisei sobre o feminino em diferentes linguagens artísticas, pintura, intervenção e instalação, assim como seus símbolos e mitos.

Entre as produções acadêmicas realizadas durante esse período, é possível destacar as seguintes: (i) o projeto autoral em pintura intitulado *Metamorfoseando*, o qual discutia o amadurecimento e a busca pela liberdade e autonomia feminina por meio da simbologia da metamorfose da borboleta. Nesse trabalho, foram incorporados aspectos da mitologia e da psicanálise, também utilizados como fundamentação teórica. E (ii) o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob o título *Entrelaçando Memórias: a poética do tecer na instalação artística*<sup>7</sup>, que utilizou a memória afetiva de mulheres na elaboração de uma instalação. O tecer e o feminino foram o ponto de partida, enquanto os aspectos ligados à mitologia foram essenciais para essa construção (FERNANDES; COSTA, 2016).

---

<sup>6</sup> Desenhos artísticos realizados a partir de fitas de papel colorido.

<sup>7</sup> Trabalho realizado com Ana Paula Ribeiro Fernandes e sob orientação da Profa. Dra. Laís Guaraldo.

Com o término da graduação e o ingresso no mundo do trabalho, os desafios de todo início se impuseram, mas também as gratas surpresas da docência. A oportunidade de trabalhar como professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), nos *Campi* Ipanguaçu e Santa Cruz, proporcionou-me abundantes experiências e inserção na Educação Profissional, modalidade de ensino negligenciada nos estudos durante a licenciatura por “desconhecimento”, o que gerou dificuldades e questionamentos. Todavia, despertou o interesse e a curiosidade que me levaram à Especialização em Educação Profissional, também no IFRN, *Campus* Avançado Natal – Zona Leste.

Os estudos realizados<sup>8</sup> durante a especialização orientaram meu ingresso no Mestrado em Educação Profissional, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN), em particular na Linha de pesquisa 3: “História, Historiografia e Memória da Educação Profissional”.

Entrei no PPGEP com o objetivo de estudar a história do ensino de Artes Visuais na Escola de Aprendizes Artífices até o ano de 1971, momento em que a Educação Artística deixou de ser vista como uma atividade extracurricular e passou a ser inserida como componente obrigatório nos currículos de 1º e 2º graus por força do Art. 7º, da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Além de o recorte temporal ser muito extenso (1909-1971), o tema era de difícil discussão, tendo em vista as inúmeras institucionalidades do pretense *locus* de investigação, o que o tornava inviável para uma pesquisa de mestrado, tendo em vista as diversas legislações educacionais, fontes requeridas e os demais pormenores que o perpassariam.

Dessa forma, a Profa. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento, minha orientadora, sugeriu uma mudança no tema de pesquisa, circunscrevendo-a melhor no campo da História da Educação Profissional e na temática da História e Práticas Educativas de Mulheres Professoras. Mantive-me no âmbito de meus interesses, potencializei meu olhar e aderi ao requerido para a formação. Foi dessa maneira que passei a debruçar-me sobre a investigação do **objeto de pesquisa**: a prática educativa da professora e maestrina Maria de Lourdes Filgueira Guilherme na Escola Industrial de Natal, no período de 1945 a 1968.

O **recorte temporal** justifica-se pelo tempo de permanência da professora no quadro de funcionários da Escola Industrial de Natal e, mais tarde, na Escola Industrial Federal do Rio

---

<sup>8</sup> Entre os conteúdos estudados, temos: a relação estabelecida entre a sociedade, o trabalho e a educação; o desenvolvimento da Educação Profissional brasileira desde a colonização portuguesa; políticas públicas para a Educação Profissional, entre outros.

Grande do Norte, no período delimitado entre 1945 e 1968<sup>9</sup>. Além disso, essa temporalidade evidencia apenas duas institucionalidades da história do atual IFRN. Outro fator relevante é a profusão de dados em relação à história do ensino de arte, com enfoque no ensino da música. Mas, de fato, a coincidência do recorte com a institucionalidade da Escola Industrial de Natal<sup>10</sup> facilitou os contornos metodológicos e o tratamento de fontes.

O projeto de dissertação, portanto, passou a compor um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “Educação da Mulher e Práticas Educativas de Professoras (séculos XIX e XX)”, sob a coordenação de minha orientadora, Profa. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento, e com fomentos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI-IFRN), a qual já me apoiava enquanto bolsista. Ao final do primeiro semestre do mestrado, passei a compor o quadro de bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

*A priori*, veio a preocupação, pois era formada em Artes Visuais e a professora biografada, Maria Lourdes Filgueira Guilherme, era professora de Música. Linguagens opostas, mas aceitei o desafio. Não conseguia compreender qual seria minha ligação com o objeto da pesquisa, não conhecia nada sobre essa linguagem, termos próprios da área, metodologias e história do ensino de música. Indaguei-me: por onde começar?

Depois do inebriante início, dúvidas e incertezas, veio a lucidez dos arquivos e fontes e comecei a perceber as ligações que, em alguma medida, aproximavam-me da professora Lourdes Guilherme. De modo particular, o presente objeto de pesquisa exerce forte interesse pessoal, não apenas por minha formação inicial, uma linguagem artística, mas também pela obstinação em compreender os caminhos percorridos pela arte na Educação Profissional e o desejo de inserção e contribuição à História da Educação Profissional.

A proposta de analisar a trajetória educativa dessa professora justifica-se pela sua relevante contribuição para o ensino de canto orfeônico<sup>11</sup> e pelo importante papel desempenhado na cidade de Natal, no século XX. Lourdes Guilherme marcou o cenário artístico, com atuação na música e na pintura em porcelana, mas também legou relevantes contributos no contexto educacional, em um período no qual a atuação feminina, em especial

---

<sup>9</sup> Como exposto no texto, o recorte temporal adotado nesta dissertação abarca duas institucionalidades diferentes, Escola Industrial de Natal (1942-1965) e Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1965-1968). Contudo, para a elaboração do título, *Sob a battuta da mestra: a professora Lourdes Guilherme e o ensino da música na Escola Industrial de Natal (1945-1968)*, optamos pelo uso da institucionalidade que permaneceu por mais tempo.

<sup>10</sup> Essa instituição passou por algumas mudanças de institucionalidades ao longo dos seus mais de 113 anos. Foram elas: Escola de Aprendizizes Artífices – 1909; Liceu Industrial – 1937; **Escola Industrial de Natal – 1942; Escola Industrial Federal – 1965**; Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) – 1968; Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) – 1999; e, por último, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – 2009 até os dias atuais, em 2023.

<sup>11</sup> Prática de ensino de canto coletivo, introduzida no currículo escolar brasileiro por meio do Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, composta por canções patrióticas e folclóricas.

mulheres brancas e de classe média, fora do espaço doméstico, era praticamente inviável, sobretudo em instituições de educação profissional.

De algum modo, Lourdes Guilherme tinha *status* privilegiado na sociedade norte-riograndense, tendo em vista a posição de sua família (classe média, influente na Igreja Católica e neta de comendador<sup>12</sup>) e, posteriormente, o lugar profissional que conquistou por mérito próprio.

No contexto de sua existência, a docência era uma atividade permitida às mulheres brancas e de classe média, consideradas anjos do lar<sup>13</sup>, criaturas compreendidas ainda como inferiores ao sexo masculino, biológica e intelectualmente. Ao sexo feminino era atribuído o cuidado com o lar, filhos e esposo, particularidades que auxiliaram, de certa forma, na inserção feminina no magistério primário, criando uma representação docente ideal, maternal.

Souza *et al.* (2021, p. 9) afirmam que a relação de algumas categorias profissionais, entre elas a docência, interpretadas como femininas pela divisão sexual do trabalho<sup>14</sup>, “está ligada tanto às questões com o corpo quanto ao gênero, já que a identidade feminina está inscrita nos moldes da delicadeza, do cuidado e do zelo”.

É importante destacar o contexto em que estas ideias emergem e vão consolidando-se no imaginário social, bem como a que objetivos atendiam. Nesse aspecto, evidenciam-se a disputa por espaço de trabalho, a desvalorização e a exploração do “trabalho do cuidado”, tal como apontado por Federici (2019), mas também a manutenção do *status quo* para as mulheres através da sociedade capitalista, algo que se impõe de forma diferenciada nas famílias de classe média e da classe trabalhadora. “Os processos que naturalizam o cuidado, enquanto prática vinculada às mulheres, colaboram para a manutenção de relações desiguais entre os gêneros. As diferenciações das ocupações como tarefas masculinas ou femininas foram construídas em tempos longínquos” (SOUZA *et al.*, 2021, p. 9).

Ainda assim, a relação do sexo feminino com outros campos de trabalho sempre esteve presente na sociedade, sobretudo para mulheres negras e/ou pertencentes à classe trabalhadora. Del Priore (2020, p. 137, grifos do autor), a respeito do início do século XX, afirma:

as brasileiras sempre trabalharam, e não foi diferente nessa época. O que mudou foi o enorme leque de atividades em que se envolviam - no setor de consumo coletivo, nos serviços públicos e no comércio ou em profissões

<sup>12</sup> O comendador Joaquim Guilherme, que foi deputado provincial por 4 vezes, tendo sido responsável pela arrecadação fiscal à época da província.

<sup>13</sup> Termo empregado pela escritora Virginia Woolf para fazer referência e crítica ao modelo de mulher ideal, doce, delicada, tímida, ignorante e doméstica (WOOLF, 2021).

<sup>14</sup> Termo utilizado para designar a divisão entre as atividades realizadas por homens e mulheres com base no gênero (KERGOAT, 2009).

reconhecidamente “femininas”: enfermeiras, professoras, balconistas, telefonistas, secretárias, escriturárias, guarda-livros, com destaque para as datilógrafas, que se tornaram essenciais nos escritórios após a difusão da máquina de escrever.

Apesar da participação feminina no mundo do trabalho, permanecia como ideal ao sexo frágil a execução de sua vocação natural, o matrimônio e a maternidade. Todavia, como vimos, algumas profissões passaram a ser aceitas como respeitáveis às mulheres da classe média, ocupações ligadas ao cuidado, o que coloca o magistério dentro desse quadro.

Essas características, atribuídas em muitos aspectos como vocação/sacerdócio ou características biológicas, contribuíram para a crescente “feminização do magistério”, postulada por Almeida (1998). “Nesse processo, o magistério primário se consolidou não apenas numericamente como profissão feminina, mas como única profissão respeitável e única forma institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30.” (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 8).

Ademais, emergem outros elementos de igual importância para a feminização do magistério, entre eles: o baixo salário atribuído às professoras em relação aos professores, pois existia a concepção do trabalho feminino como atividade secundária, ou seja, uma maneira de complementar a renda, visto que apenas ao homem competia o sustento do lar; e o fato de poder conciliar a prática educativa com os afazeres domésticos, trabalhando em meio período.

A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais (ALMEIDA, 1998, p. 28, grifos do autor).

Na transição para o século XX, o contexto socioeconômico brasileiro passou por mudanças significativas: abolição da escravatura, implantação do regime republicano, intensificação do processo de industrialização e urbanização das cidades, então centros da economia, e expansão dos meios de comunicação. Esses processos contribuíram para as “mudanças nas representações culturais acerca da educação feminina<sup>15</sup> e do papel das mulheres na sociedade que emergia” (ALMEIDA, 1998, p. 27). A coeducação dos sexos, ou mesmo a escolarização destinada às meninas e mulheres, compunha o ideário republicano e era uma

---

<sup>15</sup> A coeducação dos sexos e a escolarização das mulheres foram possíveis a partir do século XIX com a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu por meio do Art. 11 a criação de escolas de primeiras letras para meninas.

aspiração conhecida dos gestores da educação pública. Mas o que elas fariam após sua instrução? A docência emerge como caminho possível de ser trilhado.

Dessa forma, no entre séculos, bem como ao longo das primeiras décadas do século XX, é possível identificar diferentes iniciativas e ações concretas em prol da consecução desse objetivo, seja nas escolas primárias ou nas instituições de formação profissional. Nesse aspecto, Pinsky e Pedro (2013, documento não paginado) destacam que:

Paulatinamente, o saber escolar deixou de ser um privilégio dos meninos. Porém, enquanto vários desses meninos continuavam seus estudos até galgarem o diploma universitário, um número significativo de jovens mulheres até os anos de 1950 mal conseguia concluir o curso secundário. As que seguiam em frente nos estudos quase sempre optavam pelas carreiras profissionais consideradas femininas, ou seja, o Magistério e a Enfermagem.

Essa conjuntura nos leva a corroborar com Barros (2005, p. 134), quando afirma que “as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais.” Nesse caso, as transformações econômicas passaram a exigir das mulheres novas atribuições/práticas na esfera pública, de modo que o papel de mãe e educadora ganhou valorização social. Contudo, Pinsky e Pedro (2013) afirmam que até meados do século XX as mulheres que queriam ter uma profissão, por exemplo, eram induzidas a acreditar que deveriam renunciar ao matrimônio e à maternidade, pois o trabalho não era compatível com as obrigações naturais femininas. Seria essa uma possível justificativa para o fato de a professora Lourdes Guilherme ter permanecido solteira?

Com base nesse questionamento e tendo por referência o registro funcional de servidoras professoras nomeadas entre 1909 e 1945, sob guarda do Arquivo Geral do IFRN, além dos escritos de Silva e Paiva (2008), iniciou-se uma breve busca pelas fontes, com o propósito de legitimar ou não a prática profissional feminina e a sua relação com o estado civil das professoras, solteira ou viúva. De início, contabilizamos um total de 12 professoras<sup>16</sup> nomeadas na instituição entre a sua criação em 1909 e as mudanças ocorridas com a promulgação da Lei

---

<sup>16</sup> São elas: **Maria do Carmo Torres Navarro**, admitida aos 21 anos, solteira, professora do Curso Primário; **Maria Abigail Furtado de Mendonça**, 18 anos, solteira, professora do Curso Primário; **Celina Torres Navarro**, solteira, professora do Curso Primário; **Maria do Carmo Cavalcante**, solteira, professora do Curso Primário; **Maria Rosa Ribas Marinho**, solteira, professora do Curso Primário; **Maria Angelita Marinho**, solteira, contratada inicialmente como professora do Curso Primário, depois passou a ser professora da disciplina de História e Geografia; **Ruth Marinho Souto**, viúva, contratada inicialmente como professora do Curso Primário, depois passou a ser professora da disciplina de Português; **Maria de Lourdes Torres**, solteira, professora do Curso Primário; **Djanira Dalva de Farias**, solteira, professora de Desenho Ornamental; **Maria Cândida Leite**, solteira, professora do Curso Primário; **Ody Freire de Sousa**, solteira, professora de Ciências Físicas e Naturais; e **Maria de Lourdes Filgueira Guilherme**, solteira, professora de Canto Orfeônico.

Orgânica do Ensino Industrial na década de 1940, divididas da seguinte forma: 11 solteiras e 1 viúva.

Mediante uma primeira leitura desses registros funcionais, observou-se a predominância, quase que absoluta, do número de professoras solteiras contratadas entre os primeiros anos da escola, entre elas Lourdes Guilherme. Também nos Registros Funcionais é encontrado o pedido de exoneração da professora do curso primário Maria Rosa Ribas Marinho para contrair núpcias (GURGEL, 2007). Seria esse o modelo ideal de professora?

A exemplo disso, a tese defendida pelo professor potiguar Nestor dos Santos Lima<sup>17</sup>, intitulada “O celibato pedagógico”, apresentada no I Congresso Nacional de Educação em 1927, expõe um modelo ideal de professora, aqui na figura da normalista, e de suas atribuições. Nestor Lima questiona “o papel da mulher a partir do princípio da família como célula-*mater* da sociedade e a hierarquia de valores decorrentes desse contexto”. Para ele, era improvável a execução simultânea de atividades antagônicas, mãe/professora (MENEZES, 2009, p. 103).

Nestor Lima se baseia em dados técnicos do Departamento de Educação e em leis estaduais do Rio Grande do Norte para justificar seus argumentos, mencionando as licenças concedidas às professoras, prerrogativas legais, como um dos problemas da educação potiguar nas primeiras décadas do século XX, pois a ausência das mestras comprometia o bom funcionamento das instituições escolares.

Segundo Menezes (2009, p. 104), “a proposta do celibato se pauta no princípio de uma hierarquia de valores estabelecida em torno do papel da mulher”, partindo do princípio da família como local de origem de toda sociedade e da mãe como responsável pelo bom desenvolvimento dos futuros cidadãos, mãe/educadora. Contudo, com a realização de atividades fora do espaço doméstico, a educação dos filhos ficaria à revelia: “desse modo, ser mãe e professora constituiria um perigo à boa educação e um caráter nocivo ao funcionamento do organismo social” (MENEZES, 2009, p. 97).

Ademais, “Nestor Lima procura demonstrar a partir da perspectiva eugenista<sup>18</sup>, da higiene mental, o aspecto do desgaste físico da mulher e denota até uma preocupação

---

<sup>17</sup> Importante intelectual potiguar das primeiras décadas do século XX. Foi professor e diretor da Escola Normal de Natal, Secretário Geral do Estado, Procurador Federal do Estado, entre outros cargos. Publicou diversos escritos, entre eles o *Celibato Pedagógico* (1921; 1927). Entre as produções bibliográficas acerca de suas práticas estão: Ramos (2009), *Nestor Lima e a modernização conservadora da gestão educacional no Rio Grande do Norte entre 1924-1928*; Menezes (2009), *A moda e o celibato pedagógico: pressupostos éticos e higienistas na educação da década de 1920*; Amorim (2010), *Do mestre aos discípulos: o legado de Nestor dos Santos Lima*; Azevedo (2020), *As viagens pedagógicas de Nestor dos Santos Lima e a educação no Rio Grande do Norte na Primeira República*.

<sup>18</sup> Teoria criada pelo estudioso britânico Francis Galton (1822-1911), em 1883. A Eugenia é o estudo de elementos sob controle social que poderiam melhorar ou empobrecer as futuras gerações, física e mentalmente. Para isso, a hereditariedade teria um papel fundamental na transmissão de características desejáveis a uma raça humana

humanitária com sua condição” (MENEZES, 2009, p. 104-105). Para ele, o trabalho docente era incompatível com as obrigações domésticas de uma mulher casada; seria impossível realizar todas as atividades com perfeição devido ao desgaste físico e mental da profissão.

Retomando o questionamento anterior: permanecer solteira seria um critério para o desenvolvimento das funções docentes? Lamentavelmente, o caminhar pelos arquivos não nos possibilitou endossar esse questionamento sobre Lourdes Guilherme, apenas fazer prospecções com base nos dados e nas referências citadas. Sendo esta uma discussão ampla, faz-se necessário um maior aprofundamento das fontes e de embasamento teórico, investigação com potencial para uma nova pesquisa, coadunando-se às discussões acerca do celibato pedagógico.

Todos esses preceitos e concepções permearam o imaginário social acerca do feminino do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Compreender as representações em torno do feminino no período estudado ajuda-nos a entender os papéis desempenhados e os percalços enfrentados por Lourdes Guilherme, assim como redesenha a cultura escolar da qual ela fazia parte, auxiliando na montagem final desse concerto harmônico. Afinal, “só se entenderá a mentalidade escolar quando entendermos a mentalidade de quem nela atua: mulheres, homens e a relação entre ambos” (PINHEIRO, 2009, p. 54).

Mesmo com as dificuldades da atuação profissional feminina, Lourdes Guilherme fez-se presente e atuante, sendo mencionada frequentemente por seu desempenho responsável e competente como professora de piano e canto orfeônico em diversas instituições, entre elas: Atheneu Norte-Riograndense, Escola Normal de Natal, Escola Doméstica (ED), Instituto de Música do Rio Grande do Norte (IMRN) e Escola Industrial de Natal (EIN). Nesta última, exerceu cargo de confiança enquanto coordenadora e, por vezes, substituiu o diretor Irineu Martins de Lima, o qual permaneceu na direção da instituição entre os anos de 1962 e 1964.

A professora Lourdes Guilherme também assumiu a direção do IMRN no ano de 1952, tornando-se a primeira e única mulher na direção do Instituto, desafiando, em muitos aspectos, princípios anteriores a ela. Mesmo o acesso à educação e ao trabalho sendo permitido no século XX, às sombras de concepções antecedentes, a frequência feminina em espaços escolares era entendida como prejudicial à ordem natural das coisas e a ocupação de cargos de decisão, direção, como algo incompatível com a condição feminina (NASCIMENTO, 2018). Diante do exposto, as elucidações realizadas neste primeiro momento norteiam as reflexões e análises das fontes desta composição.

---

superior. Os ideais eugenistas foram difundidos no Brasil no início do século XX, trazendo como princípio o higienismo e o controle da procriação dos indivíduos deficientes e com doenças tidas como hereditárias. (GOLDIM, 1998)

## 1.2 AFINANDO OS INSTRUMENTOS: A LOCALIZAÇÃO DOS ACERVOS E FONTES DA PESQUISA

Recorremos a Certeau (1982) para entender o trabalho do pesquisador no tratamento com as fontes e acervos, dando relevo ao *status* de documento. De acordo com ele, a história

consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori* (CERTEAU, 1982, p. 80, grifos do autor).

No centro do trabalho do historiador, estão as fontes, os documentos, materiais que dão testemunho de um passado. As fontes documentais são importantes matérias-primas da historiografia, circunscrevendo eventos e personalidades em determinadas épocas e contextos, qualificando a busca em arquivos como uma importante etapa do trabalho científico no campo da história. À vista disso, é imperioso debater acerca dessa organização e produção para identificar e caracterizar os arquivos e fontes indispensáveis na escrita desta história. Barros (2019) afirma que “para olhar o passado e prendê-lo de alguma forma – mas, sobretudo, para compreendê-lo por dentro, permitindo-nos fazer interpretações adequadas sobre as relações humanas e sociais –, precisamos analisar atentamente os vestígios e tudo o mais que tal passado nos deixou”.

Esses debates possibilitam-nos refletir sobre o papel de arquivos e fontes para o ofício de historiador, especialmente na ressignificação da própria História. Sem as fontes, versadas na contemporaneidade por muitas formas, como documentos escritos, depoimentos orais, objetos etc., não seria possível compreender o passado humano, suas rupturas e seus desdobramentos no presente. “É no fluir das fontes que a História encontra sua própria história” (BARROS, 2019, documento não paginado).

Para este estudo, é indubitável a importância da compreensão do cotidiano e das práticas sociais das quais Lourdes Guilherme fazia parte. Para tanto, faz-se necessária a consulta em documentos governamentais, mas, também, em fontes ditas não oficiais, que registram aspectos sutis da vida cotidiana, como costumes e comportamentos, elementos significativos da História Cultural. Isso porque, no bojo dessa perspectiva, vislumbrar “as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de

sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar etc.,” tal como destacado por Chartier (1990, p. 14), possibilita a construção de um panorama mais amplo.

O caminhar por esse campo vasto e “incerto”, arquivos e fontes, proporciona aos pesquisadores a emoção de fazer parte de algo maior, de poder, de alguma maneira, juntar as peças do quebra-cabeça do passado e reconstruir a história, contexto, personalidades e eventos. “Encontrar os documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação que todos que passaram pela experiência recordam com prazer, e os move a novamente retornar à pesquisa” (BACELLAR, 2006, p. 49).

As emoções sentidas vivenciadas durante as pesquisas em acervos físicos e digitais reafirmaram meu desejo de inserção no campo de estudo, assim como o ímpeto de conhecer melhor a professora Lourdes Guilherme.

A investigação em arquivos e fontes tem proporcionado novas descobertas, mas também alguns desafios que se impõem aos pesquisadores, entre eles: dificuldade de acesso a arquivos particulares por negativa de seus “guardiões”; desorganização ou extravio de materiais em alguns arquivos; fechamento temporário e/ou restrição de acesso a esses espaços de guarda devido à pandemia da Covid-19<sup>19</sup>.

No que tange aos arquivos privados, Bacellar (2006, p. 43) alerta:

muita documentação, no entanto, permanece nas mãos de familiares ou de empresas (ou acaba destruída por herdeiros desinteressados). Cabe ao historiador investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para tentar ter acesso a esses acervos tão preciosos, sendo esse uma das barreiras da pesquisa historiográfica.

Nesse caso, valemo-nos de acervos públicos a partir de pesquisa às fontes disponíveis. Majoritariamente, utilizamos documentos provenientes dos Arquivos Públicos do Estado do Rio Grande do Norte e de repositórios digitais do país.

No que concerne à procura por vestígios e fontes sobre o objeto de estudo, o primeiro desafio diz respeito a informações básicas acerca da biografada, tais como: onde e quando nasceu Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, pertencimento à família e familiares em destaque, formação profissional, locais onde exerceu o magistério e data de morte. Parecem

---

<sup>19</sup> A pandemia da Covid-19, causada pelo denominado novo coronavírus SARS-CoV-2, teve seu início declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, estendendo-se até os dias atuais, em 2023, como endemia, ocasionando milhões de mortes e afetando o desenvolvimento econômico, social e, principalmente, os sistemas de saúde de todo o planeta, o que acarretou uma crise mundial.

informações simples, mas são peças a serem montadas, resíduos despercebidos, em muitos momentos, notas musicais soltas que ganharão sentido apenas com sua junção e composição.

Com o propósito de responder à questão de pesquisa e operacionalizar a consecução dos objetivos estabelecidos para esta dissertação, foram imperativas a busca e a consulta em acervos, principalmente nas instituições em que a Professora Lourdes Guilherme teve sua atuação. Com esse intuito teve início o inventário de arquivos e fontes que dariam possibilidade de respostas às indagações.

No Arquivo Geral do IFRN – *Campus Natal Central* –, primeira instituição visitada, foram encontrados a ficha funcional, a ata de posse, o cadastro pessoal da servidora e um acervo iconográfico composto por 9 fotografias. Nesses documentos, foram obtidas as informações básicas que são indícios do percurso da professora biografada, como: nome completo, data de nascimento, nome do irmão, estado civil, formação profissional, endereço, função exercida na Escola Industrial de Natal, campo de interesse, tempo de serviço, além de dados gerais referentes à instituição. As imagens selecionadas ilustram sua atuação em aulas, sua participação em eventos cívicos e relação com colegas de trabalho.

No que tange às imagens selecionadas no Arquivo Geral do IFRN – fotografias que ilustram as práticas pedagógicas desenvolvidas por Lourdes Guilherme no âmbito da EIN –, ancorados nos princípios teorizados por Foucault (2012), os registros iconográficos eleitos elucidam os comportamentos e as posturas desejosos aos estudantes e professores de instituições de ensino industrial no período estadonovista.

Com o propósito de corroborar com os anseios do Governo Vargas, persistindo durante a década de 1950 por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, as fotografias demonstram o disciplinamento requerido ao espaço educativo, em especial nas aulas de canto orfeônico. De acordo com Foucault (2012), a escola pode ser compreendida como uma importante instituição disciplinadora ao lado de hospitais e prisões, onde médicos, guardas e professores seriam os responsáveis pela execução das punições em caso de indisciplina.

A respeito desse disciplinamento imprescindível na estrutura educacional requerido às escolas, Foucault (2012, p. 134) afirma:

encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro (entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas).

Nota-se que a engrenagem disciplinadora sempre esteve presente nos espaços educativos. As molas dessa engrenagem estão presentes nos gestos e posturas, na disposição dos discentes e na organização espacial dos ambientes representados nas fotografias/fontes selecionadas para esta dissertação e discutidas ao longo desta composição.

Dando continuidade à seleção de fontes, posteriormente, através do contato estabelecido via e-mail com Arilene Lucena de Medeiros, responsável pelo Arquivo Geral do IFRN, foram acessados: o livro “Registro de atas das sessões de professores”, de 1962 a 1964; o Boletim Informativo Comemorativo do 60º Aniversário da “ETFRN”, 1969; a Portaria de nomeação de diretorias da Associação dos Ex-Alunos da EIN, 1965; uma homenagem póstuma à professora Lourdes Guilherme, realizada por Nivaldo Ferreira; um compilado de fontes, contendo listas de materiais didáticos, catálogo de materiais, partitura, ofícios trocados entre diferentes instituições, entre elas a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI)<sup>20</sup>, uma lista das gravações que integrariam a discoteca da escola (documentos abarcam o período compreendido entre 1947 e 1962); um documento pedindo o envio da nota de canto orfeônico, 1952; a Portaria de luto oficial pela morte da professora Lourdes Guilherme, 1971; a relação de professores da EIN em 1952 e as respostas da “enquete” realizada no curso especial de treinamento de oficinas, 1948. Essas fontes têm auxiliado na compreensão do papel desempenhado por Lourdes Guilherme na instituição mencionada, assim como sua prática docente.

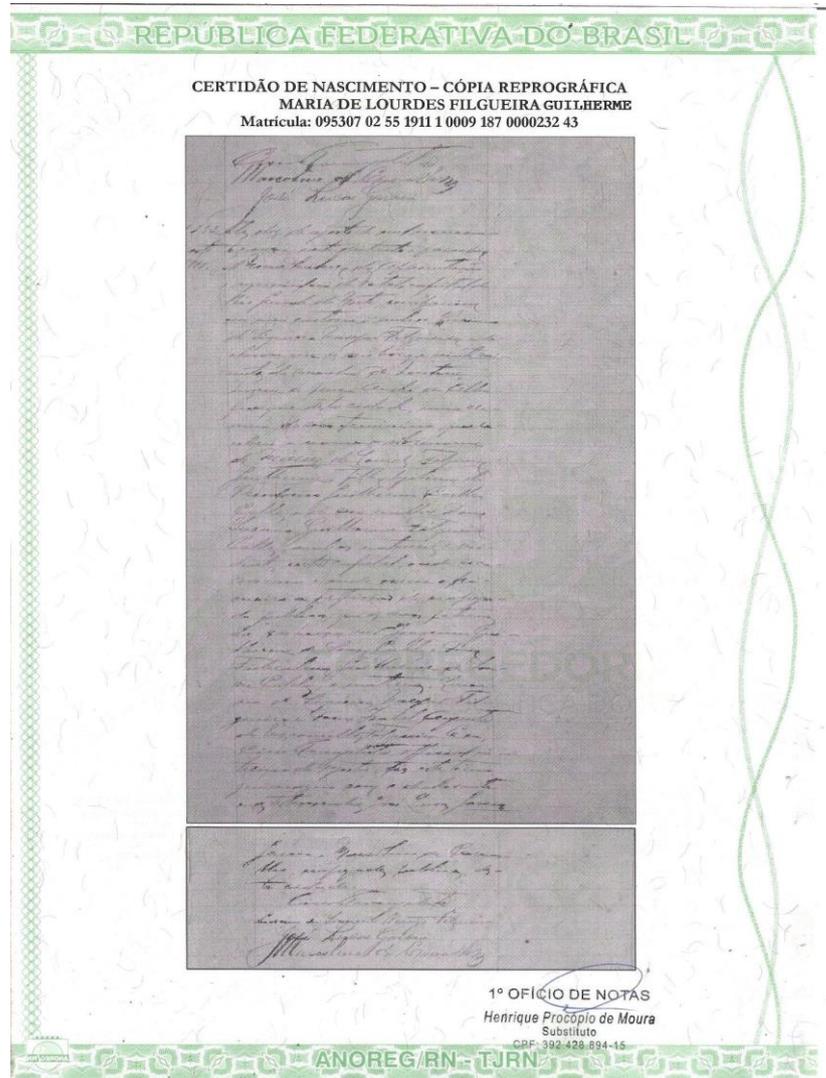
Entretanto, algumas informações permaneciam desconhecidas, como nome dos pais, naturalidade, data de morte, entre outros, tornando fundamental a busca em arquivos cartoriais. De acordo com Bacellar (2006, p. 38), “os documentos cartoriais são também preciosos para a pesquisa histórica e enfrentam sérios riscos de conservação”, o que explicaria a dificuldade em encontrar a Certidão de Nascimento de Lourdes Guilherme.

Tendo em vista a importância desses dados, realizaram-se visitas a 3 cartórios, 1º, 3º e 4º Ofício de Notas de Natal-RN, sendo selecionados, com base na data de criação e sob orientação da Profa. Francinaide Nascimento, os mais antigos da cidade. Foram necessárias várias visitas até conseguir encontrar o registro de nascimento de Lourdes Guilherme no 1º Ofício de Notas (Figura 1), localizado na Rua Mossoró, n.º 332/340, Bairro Cidade Alta, Natal/RN. Elucidando, finalmente, o nome de seus pais e sua naturalidade:

---

<sup>20</sup> Comissão criada em 1946 com o propósito de estabelecer uma aproximação entre os Estados Unidos da América e o Brasil. Entre as várias ações desenvolvidas, temos: o apoio técnico e financeiro para ajudar no desenvolvimento do ensino industrial brasileiro e o “intercâmbio” de profissionais (SOUZA; CAMPOS; MEDEIROS NETA, 2021).

Figura 1 – Cópia reprográfica da certidão de nascimento de Lourdes Guilherme



Fonte: 1º Ofício de Notas de Natal – RN (1911).

A cópia reprográfica cedida pelo Cartório é de difícil compreensão, como é possível verificar na Figura 1, não apenas por envolver questões da paleografia, uma escrita antiga, mas, principalmente, pela falta de qualidade da imagem. Felizmente, com a cópia reprográfica, o cartório emitiu um modelo de certidão de nascimento. Nela, foi possível identificar com maior facilidade o nome completo de Lourdes Guilherme, sua data de nascimento e naturalidade (Figura 2).

Figura 2 – “Certidão de nascimento de inteiro teôr”, cópia reprográfica

**1º OFÍCIO DE NOTAS DE NATAL – RN**  
CNPJ/MF Nº 08.523.631/0001-05 - CEI (INSS) 512075318409  
 Rua Messias, 332/240 - Cidade Alta - Natal-RN CEP: 59220-090  
 FONES: (84) 3222-8658 - (84) 3222-0166 - (84) 3222-4997 - (84) 3222-3883  
 E-mail: oficonatal@procuracao@rnmail.com / oficonatal@oficonatal.com  
 Bel. JAIRO PROCOPIO DE MOURA - Tabelião Público

**1º OFÍCIO DE NOTAS**  
**Jairo Procopio de Moura**  
 Tabelião  
 Henrique Procopio de Moura  
 Substituto  
 CPF: 392.428.894-15

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO  
 DE INTEIRO TEÔR - CÓPIA REPROGRÁFICA**  
**MARIA DE LOURDES FILGUEIRA GUILHERME**  
 Matrícula: 095307 02 55 1911 1 0009 187 0000232 43

CERTIFICO que a cópia que integra esta certidão foi extraída por processo reprográfico do assento de nascimento em nome de **MARIA DE LOURDES FILGUEIRA GUILHERME**, o qual está inscrito na matrícula: **095307 02 55 1911 1 0009 187 0000232 43**, lavrada nesta serventia aos **10 (dez)** de agosto de **1911 (mil novecentos e onze)**, no Livro **09 (nove)**, às fls. **187v (cento e oitenta e sete verso) a 188 (cento e oitenta e oito)**, sob o nº de ordem **232 (duzentos e trinta e dois)** conforme faculta o artigo 19, parágrafo 1º, da Lei Federal 6.015. O presente documento é composto por (02) duas imagens reprográficas que abrangem o inteiro teor da Certidão de Nascimento a qual reproduzimos no verso desta Certidão acima referenciada. **TODO O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. ESTÁ CONFORME O ORIGINAL AO QUAL ME REPORTO E DOU FÉ.** Dada e passada nesta Cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, aos **23 (VINTE E TRÊS)** de **SETEMBRO** do ano de **2021 (DOIS MIL E VINTE E UM)**. Do que para constar, eu, \_\_\_\_\_, Tabelião Público Substituto deste Cartório do 1º Ofício de Notas, que a fiz digitar, subscrevo, dato e assino em público e raso do que uso; dou fé. \*\*\*\*\*  
**NATAL (RN), 23 de setembro de 2021.**

\_\_\_\_\_  
 Tabelião Público Substituto  
 1º Ofício de Notas - Natal (RN)

 Selo Digital n:  
RN202100953070086114QEP

**1º OFÍCIO DE NOTAS**  
**Jairo Procopio de Moura**  
 Tabelião  
 Henrique Procopio de Moura  
 Substituto  
 CPF: 392.428.894-15

**1º OFÍCIO DE NOTAS**  
**Jairo Procopio de Moura**  
 Tabelião  
 Henrique Procopio de Moura  
 Substituto  
 CPF: 392.428.894-15

 **AA000480746**

Fonte: 1º Ofício de Notas de Natal – RN (2021).

Intencionando compreender os pormenores da prática educativa da professora, foi pesquisado também acerca das instituições em que ela exerceu atividades administrativas e funcionais. Bacellar (2006, p. 44, grifos do autor) afirma que:

o historiador que se aventura nos arquivos, de qualquer época, deveria ter preocupações em **conhecer o funcionamento da máquina administrativa** para o período que pretende pesquisar. Estar ciente, por exemplo, das mudanças de nomenclatura e competências das repartições ao longo do tempo, em especial em momentos de mudança institucional profunda, como a Independência, a instalação da Regência, a Proclamação da República ou o Estado Novo. As mudanças na administração se fazem sentir na documentação resultante da atuação de cada órgão.

Para tanto, as buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional fizeram-se indispensáveis. Foram realizadas consultas em três diferentes periódicos, *Diário de Natal*<sup>21</sup>, *A Ordem*<sup>22</sup> e *O Poti*<sup>23</sup>, utilizando como descritor o nome da professora entre aspas (“Lourdes Guilherme”). No jornal *Diário de Natal*, verificamos um total de 69 ocorrências, classificadas conforme o conteúdo abordado na matéria: 4 de cunho familiar, 35 de teor social, 4 de conteúdo religioso e 26 de temática profissional; no jornal *A Ordem*, foram obtidas 162 ocorrências, prevalecendo as matérias de cunho religioso, 85 ocorrências, e logo depois as matérias com temática social, um total de 52, o profissional com 24 e o familiar com apenas 1 ocorrência; no jornal *O Poti*, o número de ocorrências foram de apenas 8, organizadas entre 3 matérias de cunho profissional e 5 de teor social.

Observa-se o quão profícuas foram as buscas na Hemeroteca Digital, entretanto, devido ao grande número de matérias abordando os mais diversos temas relativos à vida de Lourdes Guilherme, fez-se necessária uma seleção dos textos jornalísticos que seriam fundamentais para a construção desta dissertação. À vista disso, deu-se prioridade às matérias que tinham maior relação com a área profissional e com os aspectos familiares que ajudariam a traçar o perfil profissional e social da professora Lourdes Guilherme.

Ao término da seleção dos textos encontrados nos periódicos, obtivemos um total de 27 artigos publicados no jornal *Diário de Natal*, entre 1949 e 1971; 33 artigos publicados no Jornal *A Ordem*, entre 1935 e 1966; e dois artigos no jornal *O Poti*, entre 1954 e 1962. As matérias ilustram os contextos familiar, religioso, profissional e social vivenciados pela professora Lourdes Guilherme.

---

<sup>21</sup> Jornal criado em 18 de setembro de 1939 sob a denominação de *O Diário*. Tinha como seus fundadores importantes nomes da sociedade potiguar, Aderbal de França, Djalma Maranhão, Waldemar Araújo e Rivaldo Pinheiro. Foi apenas em 1947 que adotou o título de *Diário de Natal*, permanecendo em circulação até outubro de 2012 (LABIM, 2023).

<sup>22</sup> Jornal de cunho religioso, ligado à Igreja Católica, fundado no ano de 1935 pela Congregação Mariana de Moços. Saiu de circulação pela primeira vez em 31 de dezembro de 1953, retornando em 1962 até 1967. O referido jornal foi criado com o propósito de contribuir para o restabelecimento da ordem em todas as atividades humanas, sem estabelecer nenhum vínculo partidário (MELO, 2002).

<sup>23</sup> O jornal *O Poti* foi lançado em 1954 pelo jornal *Diário de Natal*. No início, circulava pela manhã, enquanto o *Diário de Natal* circulava no horário da tarde. Foi apenas em 1958 que *O Poti* passou a ser um jornal dominical, com reportagens sobre a cidade de Natal, sendo extinto em 2009 e relançado em 2011 (BEZERRA; KNEIPP, 2017).

Quadro 1 – Pesquisa no jornal *A Ordem* sobre a professora e maestrina Lourdes Guilherme (1935-1966)

<b>TÍTULO DA MATÉRIA</b>	<b>JORNAL</b>	<b>DATA/ANO</b>	<b>CUNHO</b>
Congregação Mariana de Moços – As festas Commemorativas de seu 17º aniversario	<i>A Ordem</i>	16 junho de 1935	Religioso
A festa do Instituto de Musica	<i>A Ordem</i>	01 de novembro de 1936	Social
Collegio da Immaculada Conceição – Revalidação de diplomas	<i>A Ordem</i>	27 de fevereiro de 1936	Social
Entrega dos diplomas aos alunos que terminaram o curso Theoria e o Cultura Geral do Instituto	<i>A Ordem</i>	20 de outubro de 1936	Social
Instituto de Musica do Rio Grande do Norte – entrega de diplomas	<i>A Ordem</i>	28 de outubro de 1936	Social
Escola de Commercio de Natal – as festas de amanhã	<i>A Ordem</i>	27 de novembro de 1936	Profissional
Instituto de Musica – exames de junho	<i>A Ordem</i>	10 de junho de 1937	Social
Palácio do Governo	<i>A Ordem</i>	16 de junho de 1938	Profissional
Sociais aniversário	<i>A Ordem</i>	8 agosto de 1942	Social
Palácio do Governo	<i>A Ordem</i>	7 de abril de 1942	Profissional
Palácio do Governo	<i>A Ordem</i>	03 de novembro de 1942	Profissional
Juventude, etc.	<i>A Ordem</i>	6 de setembro de 1943	Religioso
Nomeado diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico do Departamento N. de Educação	<i>A Ordem</i>	05 de janeiro de 1943	Social
Palácio do Governo	<i>A Ordem</i>	26 de março de 1943	Profissional
Sociais	<i>A Ordem</i>	11 de agosto de 1943	Social
Sociais	<i>A Ordem</i>	27 de janeiro de 1944	Social
Aniversários	<i>A Ordem</i>	09 de agosto de 1945	Social
Palácio do Governo	<i>A Ordem</i>	22 de fevereiro de	Profissional

		1945	
Instalados os primeiros Departamentos Diocesanos de Ação Católica	<i>A Ordem</i>	28 de outubro de 1946	Religioso
Festividades na Escola Industrial de Natal	<i>A Ordem</i>	16 de dezembro de 1947	Profissional
Floração das Pascoas Coletivas	<i>A Ordem</i>	12 de junho de 1948	Profissional
Instalado, ontem, o 1: Clube das Donas de Casa – interessante iniciativa do SAPS e do SAM	<i>A Ordem</i>	28 de julho de 1948	Social
Uma visita ao Instituto de Música – situação econômica – professores e cursos	<i>A Ordem</i>	12 de março de 1952	Profissional
Aberto mais um curso no Instituto de Música	<i>A Ordem</i>	12 de fevereiro de 1953	Profissional
Realizou-se a 8a. Sabatina Musical	<i>A Ordem</i>	09 de novembro de 1953	Profissional
Comentários sociais – exposição de pintura à porcelana	<i>A Ordem</i>	22 de setembro de 1962	Social
Comentários sociais – Encontro de professores do ensino industrial	<i>A Ordem</i>	15 de setembro de 1962	Profissional
Transmissão de cargo	<i>A Ordem</i>	15 de setembro de 1962	Profissional
Criado o curso técnico na EIN	<i>A Ordem</i>	22 de dezembro de 1962	Profissional
Exposição de porcelana	<i>A Ordem</i>	27 de julho de 1963	Social
Porcelana brazonada	<i>A Ordem</i>	17 de outubro de 1964	Social
Exposição de louça pintada à mão: galeria	<i>A Ordem</i>	23 de outubro de 1965	Social
Informação	<i>A Ordem</i>	17 de dezembro de 1966	Social

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (2023).

Com a finalização do Quadro 1, identificamos não apenas matérias ligadas diretamente à vida social, religiosa e profissional da professora e maestrina Lourdes Guilherme – viagens, participações e organização de eventos, exposições artísticas, nomeações –, bem como informações que fazem referência ao contexto da época. Exemplo disso é o caso da matéria que

registra a nomeação do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos para o CNCO em 1943 e o texto jornalístico que reporta a criação na EIN do Curso Técnico correspondente ao segundo ciclo do Ensino Secundário.

O Quadro 2 corresponde às matérias jornalísticas selecionadas no jornal *Diário de Natal*.

Quadro 2 – Pesquisa no jornal *Diário de Natal* sobre a professora e maestrina Lourdes Guilherme (1949-1971)

<b>TÍTULO DA MATÉRIA</b>	<b>JORNAL</b>	<b>DATA/ANO</b>	<b>CUNHO</b>
A semana da pátria – iniciadas as suas comemorações sabado, na Escola Industrial de Natal	<i>Diário de Natal</i>	05 de setembro de 1949	Profissional
Falecimentos (sra. d. Suzana Filgueira Guilherme)	<i>Diário de Natal</i>	11 de setembro de 1949	Familiar
Entre No's (Os novos papéis desempenhado por homens e mulheres)	<i>Diário de Natal</i>	28 de fevereiro de 1949	Social
Faleceu o sr. Teodorico Guilherme	<i>Diário de Natal</i>	25 de março de 1950	Familiar
Teodorico Guilherme de Souza Caldas	<i>Diário de Natal</i>	27 de março de 1950	Familiar
Berta Guilherme	<i>Diário de Natal</i>	10 de julho de 1951	Familiar
O Dia da Bandeira na Escola Industrial	<i>Diário de Natal</i>	23 de novembro de 1951	Profissional
Inauguração das novas instalações do IMRN.	<i>Diário de Natal</i>	05 de setembro de 1952	Profissional
Missão artística Musical	<i>Diário de Natal</i>	12 de outubro de 1952	Social
Reabertura, hoje das aulas do Instituto de Música do Estado	<i>Diário de Natal</i>	01 de março de 1952	Profissional
Abertas as matriculas no Instituto de Musica	<i>Diário de Natal</i>	11 de fevereiro de 1953	Profissional
Bolsas de Canto Orfeônico no Conservatório Nacional	<i>Diário de Natal</i>	13 de março de 1953	Profissional
Homenagem á diretor do Instituto de Música	<i>Diário de Natal</i>	19 de julho de 1953	Profissional

Viajou ao Rio a professora Lourdes Guilherme	<i>Diário de Natal</i>	1953	Profissional
Reportagem Social	<i>Diário de Natal</i>	20 de novembro de 1961	Profissional
Ensino Industrial Técnico	<i>Diário de Natal</i>	17 de setembro de 1962	Profissional
A Escola Industrial	<i>Diário de Natal</i>	18 de setembro de 1962	Profissional
Professores da Escola Industrial de Natal fazem encontro: 6 a 8	<i>Diário de Natal</i>	22 de agosto de 1962	Profissional
Lourdes Guilherme fez curso de decoração: porcelana	<i>Diário de Natal</i>	08 de fevereiro de 1962	Social
Professora Lourdes Guilherme de parabéns	<i>Diário de Natal</i>	19 de setembro de 1962	Profissional
Escola Industrial transformada em Colégio Técnico Industrial	<i>Diário de Natal</i>	08 de janeiro de 1963	Profissional
Lourdes Guilherme e a sua arte	<i>Diário de Natal</i>	18 de julho de 1964	Social
Passado musical	<i>Diário de Natal</i>	21 de junho de 1968	Social
O objetivo das Doroteias é construir a sede própria	<i>Diário de Natal</i>	1969	Religioso
Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – Nota de Falecimento	<i>Diário de Natal</i>	12 de fevereiro de 1971	Social
Professora Lourdes Guilherme	<i>Diário de Natal</i>	13 de fevereiro de 1971	Social
Homenagem a Lourdes Guilherme	<i>Diário de Natal</i>	08 de maio de 1971	Social

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (2023).

Após a disposição das matérias jornalísticas selecionadas no jornal *Diário de Natal*, observou-se, mais uma vez, a presença numerosa de textos que abordam a vida social e profissional. Além disso, também é possível encontrar matérias que vislumbram o contexto social, como é o caso do texto jornalístico que discorre sobre a transformação da Escola Industrial em Colégio Técnico Industrial e a criação de mais dois cursos, Mineração e Estradas, e a matéria de 1949, que discorre sobre a emancipação feminina no século XX. O Quadro 3 expõe as duas matérias selecionadas no jornal *O Poti*.

Quadro 3 – Pesquisa no jornal *O Poti* sobre a professora e maestrina Lourdes Guilherme (1954 e 1962)

TÍTULO DA MATÉRIA	JORNAL	DATA/ANO	CUNHO
Uma sabatina do Instituto de Musica	<i>O Poti</i>	10 de setembro de 1954	Profissional
Diretor foi tentar a liberação de verbas	<i>O Poti</i>	09 de setembro de 1962	Profissional

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (2023).

Sendo o jornal *O Poti* um periódico mais jovem que os outros já citados, *A Ordem* e o *Diário de Natal*, é natural que o número de artigos fosse menor. A maioria dos textos que citava o nome Lourdes Guilherme era posterior a sua morte e estava ligada quase exclusivamente ao Coral Profa. Lourdes Guilherme<sup>24</sup>. Entretanto, fez-se possível selecionar 2 matérias, ambas sobre o IMRN.

Entre os assuntos abordados nesses periódicos, temos: nome e profissão dos irmãos, relações sociais estabelecidas pela família com a Igreja Católica e a caridade, homenagens à professora, nota de falecimento, aulas e exposições de pintura em porcelana, participação na Associação das Ex-Alunas Dorotéias e no Centro Social Padre Perestrello, atuação no Instituto de Música do Rio Grande do Norte (IMRN) e na Escola Industrial de Natal (EIN) e sua participação em eventos cívicos.

Barros (2019) nos orienta sobre o papel dos periódicos como fontes históricas, os benefícios e os desafios. Por sua natureza assídua e seus diferentes tipos, o jornal se qualifica como um documento de largo alcance, produção multiautoral, diversidades de assuntos e representação da realidade. Sobre esta última característica, é imperativo mencionar que os jornais não estão livres de interferências, posicionamentos do autor, interesses políticos ou ideologias que podem interferir na escrita, cabendo ao pesquisador identificar e decifrar esses elementos. Diante disso, é indubitável “tomar o jornal como objeto historiográfico, ou tampouco utilizá-lo adequadamente como fonte histórica, sem partir dessa compreensão mínima acerca dos jogos de interesses que atravessam os jornais” (BARROS, 2019).

No ímpeto de encontrar mais vestígios sobre o contexto e as relações estabelecidas por Lourdes Guilherme com seus pares, a busca continuou. Na Associação Mães Criando Arte,

<sup>24</sup> Coral criado em 1975 pelo diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) na época, professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, para homenagear a professora Lourdes Guilherme.

localizada à Rua João Paulo XXIII, n.º 12, Bairro de Mãe Luiza, Natal/RN, fundada no ano de 1973 sob o nome de Clube de Mães Lourdes Guilherme<sup>25</sup> (Figura 3), foram disponibilizados uma imagem e um desenho. A senhora Zuleide Silva, presidente da instituição, contou que não teve a oportunidade de conhecer a professora Lourdes Guilherme, assim como as outras integrantes da Associação, apenas ouviu falar sobre as atividades exercidas por ela na comunidade. Ao término da visita, presenteou-nos com um encarte com a história do Clube de Mães.

Figura 3 – Fachada do Clube de Mães Lourdes Guilherme



Fonte: Acervo da autora (2022).

Em acervos particulares, cedidos pela Profa. Dra. Francinaide Nascimento, minha orientadora, e seu esposo, o Prof. Ms. Alanderson do Nascimento, selecionados em pesquisas anteriores, há: duas (2) matérias da revista *Som*<sup>26</sup>, enumerando o indicador profissional do Instituto de Música do Rio Grande do Norte (IMRN), Lourdes Guilherme encontra-se responsável pelo piano; uma (1) matéria do jornal *A ordem* sobre a formatura da segunda turma de Solfejo e Teoria em 1936; e o registro funcional da servidora.

No Museu Villa-Lobos (MVL), foram realizadas buscas no acervo digital. Apesar disso, nada foi encontrado. Ao realizar contato via e-mail, a museóloga responsável informou que a

<sup>25</sup> Nome concedido como forma de homenagem, porque Lourdes Guilherme realizava atividades voluntárias na comunidade.

<sup>26</sup> Revista *Som*, periódico sobre música e educação musical. Circulou na cidade de Natal entre as décadas de 1930 e 1940 (NASCIMENTO, 2021).

instituição não dispunha de documentos referentes aos alunos do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO). Contudo, em seu acervo, existia uma carta escrita por Lourdes Guilherme em 1953 (Figura 4), endereçada à Arminda Villa-Lobos, esposa do maestro Heitor Villa-Lobos. A missiva teve cópia cedida para a pesquisa. Entendemos que as missivas contam um pedaço da história, social e privada, em conformidade com Veronez (2016, p. 203, grifos do autor), o qual destaca:

Uma característica marcante e própria deste tipo de prática de escrita das cartas é a capacidade que o “eu” epistolar (quem escreve) tem de se tornar presente e/ou ausente para o seu interlocutor (quem lê), num movimento racionalizado, recortado e interessado. O missivista sabe o momento adequado de aproximar-se ou afastar-se do receptor epistolar, dependendo sempre da ocasião e do tema da missiva.

Nesse documento (Figura 4), é possível vislumbrar a dedicação da professora ao solicitar à sra. Arminda “cuidado” para com duas bolsistas enviadas de Natal para estudar no CNCO, Iracema de Oliveira e Yara Bezerra, ambas do Instituto de Música do Rio Grande do Norte, e o empenho em conseguir junto ao Ministro da pasta de Educação a concessão de bolsas para a formação de professores em canto orfeônico. Tal empenho foi descrito por Lourdes Guilherme em sua carta à esposa de Heitor Villa-Lobos: “nem imagina, como lutei no principio (sic) do ano, ia no INEP<sup>27</sup>, para conseguir as duas bolsas. Ia diariamente ao Ministério” (CNCO, 1953).

O documento epistolar apresenta particularidades por ser um objeto de individualidade e subjetividade que coloca os sujeitos em diálogos, por vezes, com assuntos íntimos com vistas a um destinatário específico. Além de ser um documento datado, com representações biográficas, a carta tem função sociocomunicativa e é expressão de uma prática social. Na carta em tela, a professora Lourdes Guilherme expõe intencionalidades e questões íntimas de suas alunas em missão formativa. À Arminda Villa-Lobos, escreve:

Natal, 25/10/53

D. Arminda:

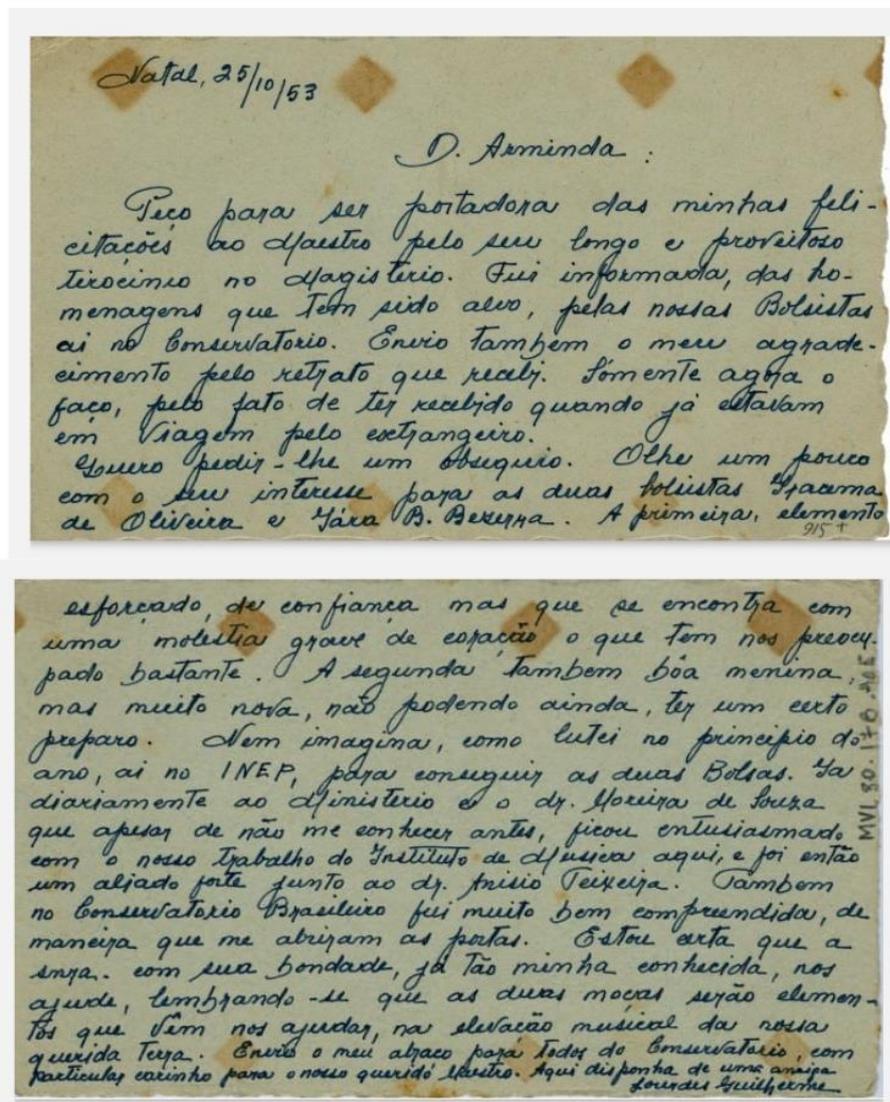
Peço para ser portadora das minhas felicitações ao maestro pelo seu longo e proveitoso tirocínio no magistério. Fui informada das homenagens que têm sido alvo, pelas nossas Bolsistas aí no Conservatório. Envio também o meu agradecimento pelo retrato que recebi. Somente agora o faço, pelo fato de ter recebido quando já estavam em viagem pelo estrangeiro.

Quero pedir-lhe um obséquio. Olhe um pouco com o seu interesse para as duas bolsistas Iracema de Oliveira e Iara B. Bezerra. A primeira, elemento

<sup>27</sup> Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

esforçado de confiança, mas que se encontra com uma moléstia grave de coração, o que tem nos preocupado bastante. A segunda, também boa menina, mas muito nova, não podendo ter ainda um certo preparo. Nem imagina como lutei, no princípio do ano aí no INEP, para conseguir as duas Bolsas. Saí diariamente ao Ministério e o Dr. Moreira de Souza, que apesar de não me conhecer antes, ficou entusiasmado com o nosso trabalho no Instituto de Música aqui, e foi então um aliado forte junto ao Dr. Anísio Teixeira. Também no Conservatório Brasileiro fui muito compreendida, de maneira que me abriram as portas. Estou certa que a senhora com sua bondade, já tão minha conhecida, nos ajude, lembrando-se que as duas moças serão elementos que vêm nos ajudar, na elevação musical da nossa querida terra. Envio meu abraço para todos do Conservatório, com particular carinho para o nosso querido maestro. Aqui disponha de uma amiga.  
Lourdes Guilherme.

Figura 4 – Carta escrita por Lourdes Guilherme endereçada à Arminda Villa-Lobos, em 1953



Fonte: Museu Villa-Lobos (1953).

A Escola Estadual Lourdes Guilherme, instituída pelo Decreto n.º 7.488, de 17 de novembro de 1978, está localizada na Rua São Miguel dos Caribes, s/n, Conjunto Jiqui, Natal-RN, e também foi criada para homenagear a professora e artista Lourdes Guilherme. Isabel de Lima, então diretora da instituição, informou que a comunidade escolar só teve conhecimento da importância de Lourdes Guilherme após pesquisas realizadas pelos alunos para a Feira de Ciências no ano de 2018. A investidura dos discentes renderam algumas fontes. Dessa forma, obteve-se acesso a: dois (2) documentos abordando dados biográficos, um emitido pela ETFRN e o outro sem identificação; o Decreto de criação da escola publicado no *Diário Oficial*; uma (1) imagem da professora, desenho; duas (2) publicações da Associação das Antigas Alunas Dorotéias; o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, “Nós, do RN”; e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição com informações sobre Lourdes Guilherme.

Após visita realizada à Escola Estadual Lourdes Guilherme, uma das fontes encontradas mencionava o trabalho realizado pela professora em instituições no Rio de Janeiro. A Escola Técnica Federal Celso Suckow, atual CEFET-RJ, foi uma delas. Ao realizar contato via e-mail com a responsável pelo Arquivo Geral, Valdete Barbosa, foram disponibilizados três (3) documentos que faziam referência à presença da professora Lourdes Guilherme durante os meses de novembro e dezembro do ano de 1956 e janeiro de 1957.

No Memorial do Atheneu, localizado no prédio do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, em consulta realizada ao livro de “Registro de termo de compromisso e posse prestados pelos professores (1940 a 1945)”, foi encontrado o termo de compromisso assinado pela professora Lourdes Guilherme no ato de sua posse como auxiliar da cadeira de música, datado de 4 de abril de 1942.

Do Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte, importante instituição de guarda de fontes imprescindíveis à escrita da história do estado, foram selecionadas sete (7) matérias pertencentes ao jornal *A República*<sup>28</sup>, entre os anos de 1941 e 1945. Elas abordavam temas de ordem social, como notas em comemoração ao aniversário da professora Lourdes Guilherme, e de ordem geral, com textos sobre a música na Era Vargas, aniversário do Estado Novo, popularização da música de Heitor Villa-Lobos nos EUA e a importância da inclusão da educação musical nas instituições educacionais.

Em uma das últimas instituições visitadas, Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, situada no Bairro Cidade Alta, Natal-RN, foram localizadas fotos da instituição e

---

<sup>28</sup> Jornal criado no ano de 1889 por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, primeiro Governador do Rio Grande do Norte. O jornal “em pouco tempo se tornou o órgão oficial do governo republicano”, trabalhando em favor da propaganda e da disseminação dos interesses do governo potiguar (COSTA, 2019, p. 96).

de seu provedor, Teodorico Guilherme, assim como o livro de matrícula dos irmãos, recortes de matérias jornalísticas sobre eventos organizados pela Irmandade e o papel desempenhado pelo seu provedor.

Outra importante fonte para a realização desta pesquisa foi identificada de forma despreziosa em um pequeno livro de memórias, *O livro de José* (1998). O material em questão foi escrito por José Maria Guilherme, meio-irmão de Lourdes Guilherme. O livro descreve, de forma breve, eventos importantes vivenciados por seu autor, entre eles: o relacionamento conturbado com os irmãos, Lourdes, Berta e Joaquim Guilherme. O texto não fala da vida profissional de Lourdes Guilherme, mas expõe sutilezas do seu relacionamento familiar.

Não obstante, o esquadramento sobre o percurso da professora Lourdes Guilherme e a sua contribuição ao ensino de música da EIN à luz de fontes primárias parecia insuficiente. Para tanto, fez-se necessária a realização de pesquisas por trabalhos acadêmicos que abordassem o tema. Assim, realizamos buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), usando como descritor o próprio nome da professora, mas nada foi encontrado.

Por fim, executamos pesquisas no Google Acadêmico. Apenas um (1) artigo foi localizado, *A professora Lourdes Guilherme e o Canto Orfeônico na Escola Industrial de Natal (1945-1968)*, de autoria de Medeiros Neta e Silva (2017). O trabalho mencionado aborda a atuação educativa da professora na EIN sob as mudanças promovidas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, evidenciando eventos importantes de sua vida profissional e formativa com base em documentos institucionais da EIN, entre os quais fotografias, depoimentos orais, leis e decretos.

Entretanto, vale mencionar que, apesar da inexistência de pesquisas acadêmicas acerca da professora biografada, a professora Lourdes Guilherme é frequentemente mencionada em trabalhos que fazem referência à Escola Industrial de Natal, ao Instituto de Música do Rio Grande do Norte e ao ensino de música em Natal. Ela aparece como personagem coadjuvante, secundária, mas com relevância. Esse fato ratifica a sua importância para a presente investigação. Entre os trabalhos realizados estão os bibliográficos que nos servem ao diálogo analítico, como Galvão (2019), Medeiros (2011), Nascimento (2021) e Silva (2012). Esses escritos acadêmicos abordam a vida e obra do Maestro Waldemar de Almeida, expoente da música potiguar e professor de Lourdes Guilherme, a evolução histórica da Escola de Aprendizes Artífices até o CEFET, a estrutura e organização do IMRN e a trajetória histórica de EIN.

Além dessas fontes, utilizamo-nos da legislação educacional do período, principalmente leis e decretos. No que diz respeito às leis e regulamentações de ensino:

Não podemos entender um sistema de educação sem a sua regulamentação. Tomamos a lei como um indicador da forma como se organizava juridicamente uma dada sociedade, como produto desta sociedade, em um dado contexto histórico e, portanto, fazendo parte da cultura que a instituiu (STAMATTO, 2012, p. 281).

A atividade de afinar os instrumentos, localizar os acervos e fontes de pesquisa compõe o fazer do pesquisador, confere transparência à investigação e ao constructo possível a partir do caminho trilhado, dos indícios elencados para o ofício historiográfico.

### 1.3 DEFININDO TOM E RITMO: A HARMONIA TEÓRICO-CONCEITUAL

Tomando por base Nosella e Buffa (2013, p. 60), “[...] a própria leitura das fontes não é fácil e depende da ótica teórica e ética e da política do pesquisador”. Sinalizamos, assim, a relevância da escolha por referenciais teórico-conceituais para o embasamento das análises, bem como para orientação metodológica.

Por sua inserção historiográfica, a presente demanda por vestígios históricos, arquivos e documentos que possam circunscrever o contexto e as relações sociais estabelecidas pela professora Lourdes Guilherme, assim como suas experiências, fez-se imperativo o uso de fontes não oficiais. Essa categoria de fonte apreende detalhes omitidos pelas fontes oficiais, essenciais para a ressignificação da história.

Ginzburg (1989, p. 144), em seus escritos sobre o paradigma indiciário e a analogia estabelecida com o “método morelliano”<sup>29</sup>, possibilita-nos uma maior compreensão sobre o papel dessas fontes “menores”: “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis”.

Posto isso, temos a aproximação desse objeto de estudo com a história cultural, campo que oferece espaço para a utilização de novos métodos e fontes, principalmente para a ampliação da concepção e de tipos de documentos. Emerge desse entendimento a circunscrição

---

<sup>29</sup> Método criado por Giovanni Morelli, historiador da arte, que consistia em identificar os verdadeiros autores de obras artísticas com base em pequenos detalhes, muitas vezes, negligenciados.

de um estudo que aglutina a história de vida de uma mulher professora com a cultura escolar elaborada, também com sua participação, de uma instituição educativa de Ensino Industrial. Isso porque, corroborando Amorim (2010, p. 39), os modos de pensar, viver e sentir são tão importantes quanto documentos institucionais e governamentais. Como vivia e pensava a professora Lourdes Guilherme? Que marcas ela legou à instituição em atuação profissional como professora e maestrina?

Para tanto, valemo-nos de fontes documentais, sinais, indícios de sua trajetória, a fim de problematizar os fatos ordinários do cotidiano, por vezes, secundarizados.

As atividades do cotidiano, as notícias da época e os espaços de atuação dos sujeitos, quando reunidos, constituem um cenário que representa a vida de uma determinada sociedade. O cotidiano, que não era visto nos documentos oficiais produzidos pelo Governo, passa a ser retratado seja por meio da literatura, das imagens ou da investigação acerca da cultura dos indivíduos. (AMORIM, 2010, p. 39).

Inscrito nessa conjuntura e tomando por base os estudos de Chartier (1990; 1991) sobre a História Cultural Francesa, é possível afirmar que a vida cotidiana está mergulhada no mundo cultural, atribuindo a práticas corriqueiras e experiências um valoroso papel para a pesquisa historiográfica. Para Amorim (2010, p. 39), “na educação, a ampliação do campo documental pode revelar aspectos fundamentais do processo educacional do passado, contribuindo na tarefa de captar em outros níveis, a diversidade social”, detalhes omitidos, em muitos aspectos, dos documentos oficiais, leis, normas e relatórios governamentais, e necessários para a operação historiográfica.

Nesse sentido, as referências documentais já localizadas auxiliam na compreensão do contexto histórico, da relação de Lourdes Guilherme com os pares, das visões de mundo e das experiências trocadas por esses indivíduos, tornando-as responsáveis por produzir representações sobre produtos e práticas culturais. Apesar disso, precisamos ter em mente que nenhum texto/documento mantém uma relação transparente com a realidade que apreende, pois esta também é composta pela percepção de quem a escreve, o contexto, o emocional. Isso significa dizer que as experiências estabelecem o modo como percebemos e interpretamos determinada prática e produto cultural. Por esse motivo, a utilização de fontes de natureza diversas faz-se tão importante para a inteireza do objeto de estudo.

Para Barros (2005, p. 131), uma prática cultural não seria “apenas as instâncias oficiais da produção de cultura, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador”. Dessa forma, a presente pesquisa analisa uma prática

cultural, a atuação pedagógica e educativa, composta por um modo de ensinar, planejar e refletir em uma sociedade específica, em período e espaço delimitados, impregnado por conceitos, hábitos e preconceitos.

Nesse aspecto, é importante destacar que a produção de um bem cultural está necessariamente inscrita sob esses dois polos: prática e representação. Logo,

um sistema educativo inscreve-se em uma prática cultural, e ao mesmo tempo inculca naqueles que a ele se submetem determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado repertório lingüístico e comunicativo que será vital para a vida social, pelo menos tal como a concebem os poderes dominantes. [...] as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais (BARROS, 2005, p. 134).

Dessa forma, o sistema educativo e a sociedade dos quais a Professora Lourdes Guilherme fazia parte impuseram sobre ela um modo de ver e de se comportar como professora, mulher, gestora e religiosa. Todos esses “modos de ver” impelidos pela época, lugar, costumes etc. são representações, e, nesse caso específico, é a representação de uma mulher professora do século XX (BARROS, 2005, p.131). Essa representação gera práticas culturais, modos de vida, comportamentos e normas de convivências, sendo esse o propósito ao pesquisar sobre o contexto e as relações sociais estabelecidas por Lourdes Guilherme.

Com o propósito de compreender a prática pedagógica e educativa de Lourdes Guilherme, algumas informações foram elencadas como “modeladoras” dessa prática cultural e das representações percebidas nesse cenário, são elas: a realidade do ensino de música e do ensino industrial e o papel da mulher no século XX.

De antemão, antes de enumerarmos os eventos modeladores da prática pedagógica e educativa desempenhada pela professora Lourdes Guilherme, faz-se importante compreender o que constitui esses dois conceitos e a relação estabelecida entre eles. Prática educativa e prática pedagógica são sinônimos?

Franco (2016) teoriza sobre os aspectos que diferenciam e que aproximam os dois conceitos. O primeiro faz referência às atividades desempenhadas pelo docente em sala de aula, concretizando o processo educacional de fato; o segundo, prática pedagógica, tem relação com as atividades desenvolvidas em sala de aula. Contudo, elas seguem uma finalidade, intencionalidade que guia toda a prática didática, envolve aspectos da formação do professor, os espaços-tempos escolares, as opções conscientes sobre a organização do trabalho docente e

as expectativas. Ou seja, a prática educativa sem a prática didática pode constituir um ensino sem propósito, apenas um fazer docente sem intencionalidade.

Dessa forma, “a prática pedagógica docente está profundamente relacionada aos aspectos multidimensionais da realidade local e específica, às subjetividades e à construção histórica dos sujeitos individuais e coletivos” (FRANCO, 2016, p. 540), o que coloca a prática pedagógica como sujeito do seu tempo/espço, não alheia às concepções pedagógicas vigentes e ao momento histórico em que se situa a experiência docente. É dentro desse conceito basilar que as experiências estabelecidas por Lourdes Guilherme, enquanto professora, serão discutidas.

O contexto modelador da prática pedagógica e educativa desempenhado por Lourdes Guilherme é resultado da inserção do Brasil no sistema econômico capitalista já nas primeiras décadas do século XX, inclusão que possibilitou o início das políticas de formação profissional e a reformulação no ensino de música, denominado a partir desse momento de Canto Orfeônico, por meio do Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, e maior abertura para a atuação profissional feminina. E a promulgação do Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro e 1942, Lei Orgânica de Ensino Industrial, proporcionando mudanças significativas nessa modalidade de ensino, entre elas a obrigatoriedade da educação musical por meio do canto orfeônico para alunos com até 18 anos de idade e a necessidade de formação específica para os professores da disciplina, originando o CNCO. Perspectivas e acontecimentos que influenciam na organização da EIN e na prática de seus professores.

Com efeito, a maneira como a mulher e a Educação Profissional eram compreendidas pela sociedade brasileira do século XX geraram representações, práticas, costumes e modos de conceber a atividade docente nessa modalidade de ensino. Dessa forma, é possível afirmar a valorosa contribuição do contexto econômico e social na prática docente de Lourdes Guilherme, visto que certamente sem isso não seria possível compreender e discutir o ensino de canto orfeônico exercido por ela. Chartier (1990, p. 16-17) confirma esse preceito quando menciona que a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

Nesse âmbito, toda pesquisa histórica deve partir do objeto, das formas e dos códigos e não dos supostos grupos. Depreende-se a legitimidade de parte da professora Lourdes Guilherme e de sua prática, e não do grupo do qual ela fazia parte, o que não exclui o seu papel na construção das práticas e representações.

Ao privilegiar apenas a classificação socioprofissional, esqueceu-se de que outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, podiam dar conta, com maior pertinência, dos desvios culturais. Assim sendo, as pertencas sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício (CHARTIER, 1991, p. 180-181).

Os pesquisadores centraram as análises apenas na função exercida por Lourdes Guilherme. Sem levar em consideração suas relações familiares, formação e *práxis* educativa, elementos que a diferenciam dos demais membros de sua categoria profissional, a pertinência da pesquisa seria inviável.

No que concerne à busca por fontes e vestígios para a construção do itinerário pessoal, profissional e formativo da professora Lourdes Guilherme, individualidades que a caracterizam, o método indiciário de Ginzburg (1989) fez-se necessário, tendo em vista a dispersão de fontes para a escrita desta história. Neste percurso, buscamos pistas nas fontes para responder aos questionamentos elencados.

A escolha também pelo método se deve à necessária apreensão dos detalhes e informações, antes despercebidos. A organização e sistematização dos dados, dos indícios obtidos através da leitura de trabalhos acadêmicos, documentos institucionais, matérias jornalísticas, fontes privadas, fotos etc., possibilita a reconstrução do percurso social e profissional vivenciado por Lourdes Guilherme. É a análise dos pormenores que nos permite compreender o cenário em que esses eventos se desenvolveram. Dessa forma, Ginzburg (1989, p. 157) afirma que “o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”. Ainda no que se refere ao método indiciário, trata-se de uma

proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, *baixos*, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano. (GINZBURG, 1989, p. 149-150, grifo do autor).

Nesse sentido, servimo-nos dos princípios teóricos e metodológicos da História Cultural. Dela, incorporamos os conceitos de práticas e representações, tomados de Roger Chartier (1990), conceitos centrados em características individuais e na introdução de novos objetos e fontes históricas; e do Paradigma Indiciário, método interpretativo guiado por fontes tidas como marginais.

Diante da complexidade da temática pesquisada, que envolve o percurso de vida de uma professora em uma instituição educativa, é inevitável a interligação entre diferentes saberes e conceitos, dos quais se destacam os fundantes, memória e história.

A pesquisa toma como base as categorias de estudo relativas à operação historiográfica: História das disciplinas escolares, para a qual nos embasamos em André Chervel (1990); Gênero, em que nos servimos dos estudos de Michelle Perrot (2005; 2006; 2007); *a posteriori*, portanto, das fontes, emergiram as categorias Ensino de Música e Canto Orfeônico, as quais foram analisadas também a partir das análises de Chervel (1990).

Para fins de estudos, detemo-nos em outros referenciais, a saber: História da Educação Profissional, para a qual nos amparamos em Ciavatta (2015) e Cunha (2005); História das Instituições Educativas, em que encontramos respaldo em Gatti Júnior (2002) e Magalhães (2004); História da Profissão Docente à luz de Cardozo (2014), Nóvoa (2002), Pintassilgo (2014) e Saviani (2007; 2009); e, por fim, Feminização do magistério, em que nos servem as pesquisas de Almeida (1998). Na tentativa de compor uma apresentação final digna da harmoniosa contribuição empreendida por Lourdes Guilherme para a sociedade natalense do século XX, serão organizados três (3) grandes ensaios, antecedendo a realização do *grand finale*.

No primeiro ensaio, sob o título *Abertura: um prelúdio possível*, evidenciam-se, por meio das cifras que delimitam esta narrativa – o recorte temporal, os objetivos, as fontes e suas contribuições, o método e a justificativa –, elementos metódicos, essenciais para a execução final dessa composição, a melodia e o ritmo que serão seguidos por esta “partitura”.

No segundo ensaio, intitulado *Sonorizando contornos: Lourdes Guilherme e o Ensino de Música no Brasil*, optamos pela organização e delimitação dos *naipes*<sup>30</sup> que compõem essa peça musical, ou seja, o contexto histórico-social que envolve a inclusão do canto orfeônico como prática educativa no ensino da música brasileira, a contratação da professora Lourdes Guilherme na Escola Industrial de Natal e a organização desta instituição.

---

<sup>30</sup> Nome dado aos grupos/famílias de instrumentos que compõem uma orquestra.

Por seu turno, no terceiro ensaio, *Do Allegro ao Adagio: a battuta da maestrina e professora Lourdes Guilherme*, são evidenciados os últimos acertos no andamento da melodia produzida sobre a prática educativa de Lourdes Guilherme, delineando aspectos gerais de sua origem, formação acadêmica e profissional.

E, finalmente, o último ato, denominado *Coda Final: um desfecho necessário*, espaço destinado à apresentação final desta peça musical, concretizam-se todos os ensejos, planos, configurações e ensaios, desenhados com habilidade e dedicação por seus componentes.

Chegamos ao momento de conclusão deste “primeiro ensaio”. Afinaram-se os instrumentos e estabeleceu-se a harmonia da composição por meio dos indícios/fontes que constituem a memória histórica sobre Lourdes Guilherme e sua atuação educativa, uma vez que o grupo do qual fez parte em muito se desfez. Halbwachs (1990, p. 81) alerta-nos que “o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”. Dessa forma, faz-se oportuno reiterar nossa intenção de registro – mesmo neste contexto contingente da escrita – de parte das memórias e histórias acerca da Professora e Maestrina Lourdes Guilherme e da Escola Industrial de Natal.

## 2 SONORIZANDO CONTORNOS: LOURDES GUILHERME E O ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL

“Instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história.” (CERTEAU, 1982, p. 77).

Fundamentando-se em Certeau (1982), este capítulo, dividindo-se em duas seções, aborda aspectos fundamentais do lugar, cenário dos acontecimentos que guiaram a inserção do ensino de música, canto orfeônico, e a prática pedagógica desenvolvida por Lourdes Guilherme enquanto professora de música em diversas instituições, em particular na Escola Industrial de Natal.

Inicialmente, delimitamos a inclusão da disciplina de canto orfeônico como prática escolar, leis e especificidades, assim como a legislação e reformas responsáveis pelo regimento do Ensino Industrial no contexto brasileiro no século XX. Além da síntese discutida na primeira seção, discorreremos sobre a criação, estrutura e organização da Escola Industrial de Natal.

Nesse crescendo, o objetivo é situar a inclusão do canto orfeônico nos currículos escolares como um instrumento de controle político ligado inicialmente ao governo do presidente Getúlio Vargas, estendendo-se até a década de 1960 como uma ferramenta de disciplinamento “necessário”, sobretudo na Educação Industrial, sendo este o panorama que influenciou a *práxis* pedagógica estabelecida pela professora Lourdes Guilherme na Escola Industrial de Natal.

### 2.1 A COMPOSIÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA NO IDEÁRIO ESTADONOVISTA: UM BREVE PANORAMA DO CANTO ORFEÔNICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na perspectiva da execução de uma apresentação final digna da melodia de vida composta pela professora Lourdes Guilherme, este segundo ensaio optou pela distribuição e organização de seus integrantes, *naipes*, a saber: a cidade de Natal entre as décadas de 1940 e 1960, no contexto histórico-político brasileiro, como também a constituição e organização da Escola Industrial de Natal no âmbito de reformas educacionais no país, sendo esses elementos indispensáveis para a sonorização desta composição, responsáveis, em grande medida, pelo percurso seguido por Lourdes Guilherme enquanto mulher, professora e artista.

A concretização desta sonorização é um dos elementos basilares para a “estreia desta peça musical”, ocorrendo apenas ao término dos três (3) ensaios (capítulos) propostos inicialmente. Para tal, a delimitação de contornos e a apresentação do contexto vivenciado por Lourdes Guilherme são imprescindíveis, possibilitando-nos fazer inferências sobre as escolhas e os caminhos seguidos por essa professora de canto orfeônico. Dessa forma, “excluir do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise”, sem o contexto, a historiografia torna-se inviável (CERTEAU, 1982, p. 76).

Segundo Certeau (1982, p. 77) “levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou ‘edificante’), nem a-tópica (sem pertinência)”, uma vez que as relações estabelecidas pelo lugar são de natureza complexa, permitindo algumas abordagens e proibindo outras.

Ainda no que diz respeito ao lugar, Arrais (2017, p. 7-8, grifos do autor) continua a discussão ao afirmar o seguinte:

nessa entidade complexa que é a cidade, os fenômenos se encadeiam de diversas maneiras, e as vidas se cruzam de um modo multifacetado que nem os métodos do historiador são capazes de capturar, nem a imaginação pode apreender. As possibilidades de encadeamento das narrativas sobre as vidas e os acontecimentos dentro da cidade são inesgotáveis, e os historiadores, mesmo que construam suas narrativas partindo de documentos autênticos, não podem oferecer ao leitor os fatos “como realmente se passaram”, mas apenas enredos plausíveis.

Nesse caso específico, a cidade de Natal, décadas de 1940 a 1960, está circunscrita ao contexto brasileiro marcado pelo industrialismo, ascensão da educação profissional, do escolanovismo<sup>31</sup>, do modernismo e de regimes políticos autoritários e centralizadores etc., sendo estes apenas alguns dos encadeamentos possíveis. Quais relações esse contexto pode ter inferido na práxis desenvolvida por Lourdes Guilherme? Que barreiras impostas pela sociedade foram enfrentadas por essa personagem?

É devido a essa relação complexa/multifacetada e cheia de possibilidades que não entramos nessa discussão com respostas prontas e nem garantimos narrativas exatas, afinal, os fatos históricos “enunciam, na linguagem de análise, *escolhas que lhes são anteriores*, que não resultam, pois, da observação – e que não são nem mesmo *verificáveis*, mas apenas *falsificáveis*

---

<sup>31</sup> Foi um movimento de renovação da educação brasileira que teve início na década de 1930 sob a influência do norte-americano John Dewey.

graças a um exame crítico” (CERTEAU, 1982, p. 66, grifos do autor). Essa afirmação se deve, sobretudo, às inovações no campo da historiografia, inauguradas no século XX, quando “as idéias de produção da verdade absoluta e do saber absoluto em história foram colocadas em xeque”, abandonando-se o princípio positivista, até então dominante nas produções acadêmicas (ARAÚJO; GATTI JÚNIOR, 2002, p. 6).

Entretanto, sem essas múltiplas relações não seria possível o redesenho da composição/história de Lourdes Guilherme e, muito menos, de sua práxis enquanto professora de canto orfeônico na educação profissional.

Ciavatta (2015, p. 39) afirma que “apenas uma visão histórica dos problemas vividos no país pode dar os instrumentos para a compreensão dos rumos da Educação Básica e da Educação Profissional”. Nesse caso, a contextualização histórica poderá auxiliar-nos a entender o processo de inserção do canto orfeônico como prática obrigatória nas instituições educativas do Brasil e como essa inclusão, nova necessidade, influenciou a formação e a prática educativa de Lourdes Guilherme.

O enredo que será desenvolvido neste ensaio terá seu início anunciado a partir das alterações ocorridas no governo brasileiro com o Golpe de 1930, importante marco na história política do país, conflito que levou Getúlio Vargas a assumir a chefia do governo provisório (1930-1934) e estreou o início de uma nova era. Entre os vários pontos que sofreram alterações nesse período, temos: redução de poder das oligarquias latifundiárias, aumento da dependência política da classe trabalhadora, repressão às expressões políticas da sociedade civil, regime político autoritário inspirado no fascismo italiano e mudanças no sistema educacional (CUNHA, 2005).

A escolha por dar início à contextualização a partir desse marco temporal não foi por acaso, uma vez que, na década de 1930, mais precisamente em 1937, “o Estado assumiu um novo papel, intervindo direta e intensamente na economia, promovendo a industrialização”, processo que intensificou a necessidade de profissionais capacitados para as novas exigências do capital (CUNHA, 2005, p. 18).

No tocante às influências pedagógicas que regiam o sistema educacional brasileiro na passagem para o século XX, o movimento denominado de Escola Nova, impulsionado por ideais modernistas e pelo interesse da burguesia industrial, “surgiu para propor novos caminhos a uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 132).

Ainda sobre o escolanovismo, “era um movimento educacional que se inseria no processo de industrialização e de desenvolvimento que os países centrais já viviam: abertos a

estímulos ideológicos, buscavam orientação e meios, em vista de cobrir as necessidades de mão-de-obra produtiva e rendosa nas fábricas” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 133).

Santos, Prestes e Vale (2006) afirmam que diante desse cenário e da necessidade de preparar a população urbana e rural para as novas exigências do mercado, a educação renovadora seria uma “condição primeira para que se consolidasse a economia capitalista industrial e fosse garantido o desenvolvimento do País. O ensino seria exigência a todo trabalhador, que deveria adquirir um mínimo de instrução” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 136).

Esse sopro renovador na educação brasileira, escola nova, permaneceu por muito tempo sob a influência de outras concepções educacionais, em especial da pedagogia católica. Saviani (2020, p. 13) alerta-nos: “é importante, pois, não perder de vista que a sucessão de diferentes fases com o predomínio, também sucessivo, de diferentes concepções, não significa que a fase anterior esteja, de fato, superada”. Isso justificaria a presença do pensamento católico no sistema educacional através de seus representantes e dos manuais adotados por eles, fato que gerou conflito entre as instituições públicas e privadas nas primeiras décadas do século XX.

Esse contexto conturbado na virada do século, disputa do espaço educacional com os educadores católicos, teve outros agravantes. Cunha (2005) afirma que o governo de Getúlio Vargas, instituído em 1930, não tinha propriamente um projeto educacional. O plano (de governo) fazia pouca referência à educação e à formação para o trabalho, ajudando a evidenciar a natureza dualista do sistema educacional empreendido no Brasil desde a sua institucionalização, ou seja, elite *versus* pobres, escolas humanistas e escolas técnicas. Aos filhos da classe trabalhadora, a educação continuava destinada à formação profissional, enquanto os filhos dos dirigentes caminhavam pelo Ensino Secundário, única forma de realizar os exames vestibulares em preparação para o Ensino Superior.

Em vários momentos, ficava evidente a dependência estabelecida por Getúlio Vargas com relação à educação e questões sociais: “dizia-se aí que o proletariado urbano e rural necessitava de *dispositivos tutelares*, entre os quais a educação e a instrução, particularmente as ministradas pelas escolas técnico-industriais e agrárias” (CUNHA, 2005, p. 18, grifos do autor). Ou seja, a instrução como instrumento de controle, ideal estabelecido no governo do então presidente.

Outro importante marco do início da Era Vargas foi a remoção da saúde pública e da educação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a criação de um ministério próprio, intitulado Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930. A inauguração desse novo órgão

marcou o início da valorização do homem pela educação e pela higiene, concepção estimada no projeto governamental do Governo Provisório.

Ainda assim, segundo Cunha (2005, p. 22), “no que diz respeito à formação escolar da força de trabalho, a única medida significativa a assinalar, nos primeiros seis anos da Era Vargas, refere-se ao ensino para pessoal apenas indiretamente ligado à produção”, ensino comercial.

Com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, inaugurou-se um novo cenário na formação profissional brasileira, a exemplo do Art. 129, que deliberou a responsabilidade sobre essa modalidade de ensino para o Estado, indústrias e sindicatos:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

Outro importante marco desse período ocorreu através da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que instituiu a mudança de denominação e organização das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 por meio do Decreto n.º 7.566, transformando-os em liceus. Esses liceus teriam a missão de propagar o ensino profissional dos vários ramos e graus por todo o território nacional.

Segundo Cunha (2005, p. 35), “até dezembro de 1941, a organização do ensino industrial no Brasil era bastante diferenciada e confusa”. Logo, com o objetivo de padronizar o ensino de ofícios, o então ministro da educação na época, Gustavo Capanema, organizou uma comissão com o propósito de elaborar diretrizes para o ensino industrial brasileiro, acarretando a criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial. A presente lei resultou de uma composição entre os interesses do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, mesmo que conflitantes em muitos aspectos.

O Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabeleceu “as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é

o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca” (BRASIL, 1942b).

Logo de início, fica evidente uma das inovações estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, o ensino profissional passou a ficar concentrado no grau médio. Dessa forma, o ensino primário ficou destinado à formação geral (CUNHA, 2005).

O Decreto-Lei n.º 4.073/1942 estabelecia que o ensino industrial deveria atender aos interesses do trabalhador, realizando formação profissional e humana; aos interesses das empresas, proporcionando mão de obra adequada às novas necessidades do mercado; e aos interesses da Nação, com a preparação dos agentes mobilizadores da economia brasileira (BRASIL, 1942b).

No panorama estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, alguns pontos merecem destaque, são eles: concessão do direito de “igualdade” entre homens e mulheres para ingressar nos cursos industriais, desde que dentro dos princípios estabelecidos como “adequados” para o “sexo frágil”; organização dos ciclos, ordens e seções do ensino industrial, assim como os objetivos estabelecidos em cada um; possibilidade de ingresso do concluinte do curso técnico no ensino superior, oportunidade negada até então, desde que o curso tenha relação direta com a formação técnica concluída; organização curricular dos cursos industriais, de mestria e técnicos, divididos entre disciplinas de cultura geral e cultura técnica e o estabelecimento das práticas educativas.

Sobre as práticas educativas, atividade obrigatória para os alunos regulares dos cursos industriais, de mestria e técnicos, ficaram estabelecidas as práticas de educação física para os estudantes até 21 anos de idade; a “educação musical, obrigatória até a idade de dezoito anos, e que será dada por meio de aulas e exercícios do canto orfeônico” (BRASIL, 1942b); aos alunos do sexo masculino, a educação pré-militar e, às mulheres, a educação doméstica.

Faz-se necessário ressaltar que, desde a década de 1930, o ensino de canto orfeônico já se fazia presente no currículo do curso ginásial por meio do Decreto n.º 24.794, de 14 de julho de 1934, sob a premissa que considerava o ensino do Canto Orfeônico como meio de renovação e de formação moral e intelectual. “É uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo; considerando a utilidade do canto e da música como fatores educativos e a necessidade de difundir, disciplinar e tornar eficiente e uniforme a sua pedagogia” (BRASIL, 1934b).

No que se refere à ideologia nacionalista, uma das concepções fundamentais do canto orfeônico tomou forma no cenário brasileiro no início do século XX, juntamente com o

movimento modernista. O modernismo, além de explorar a renovação da arte brasileira<sup>32</sup> através da construção de uma identidade nacional artística, tinha como pressuposto “a ideia de construção da Nação Brasileira, pautada por ideais de identidade, unidade, coletividade e progresso” (OLIVEIRA, 2011a, p. 15), o que incluía a modernização dos centros urbanos e a disseminação de concepções higienistas.

Nessa concepção nacionalista, a música erudita, ou de concerto, deveria ter como fonte de inspiração o folclore, gênero que expressaria a mais pura identidade nacional. Incentivou-se, assim, o estudo sistemático do folclore musical brasileiro, estudos que serviram de base para obras musicais e educacionais de algumas gerações de compositores que abraçaram a ideologia nacionalista (OLIVEIRA, 2011a, p. 17).

Observa-se que, mesmo com o canto orfeônico trabalhando na disseminação de princípios caros à modernização da sociedade brasileira, a presença obrigatória desta prática educativa nos cursos industriais e técnicos só foi possível em 1942, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, momento-chave para o desenrolar da melodia composta por esta dissertação.

O ano de 1942 foi marcado por muitas alterações no sistema educacional brasileiro, entre elas: criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, instituição responsável por organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários; criou-se também Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO), criado a partir do Decreto-Lei n.º 4.993, de 26 de novembro de 1942, estabelecimento destinado a formar profissionais capacitados ao magistério de canto orfeônico, necessidade engendrada com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial; também em 1942, por meio do Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro, foi estabelecida a organização da rede federal de ensino industrial, que extinguiu os Liceus Industriais, transformando-os em Escolas Industriais Federais, sendo esse o caso do Liceu Industrial de Natal, que nesse mesmo ano passou a se chamar Escola Industrial de Natal.

Esse é o contexto de inserção de Lourdes Guilherme como professora de música a partir do canto orfeônico na rede federal de ensino industrial, conjuntura responsável por novas demandas, entre elas: profissionais qualificados para instruir a força de trabalho cada vez mais

---

<sup>32</sup> Movimento que teve sua estreia na Semana de Arte Moderna, entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. Esse importante evento instaurou definitivamente o modernismo no cenário artístico e cultural brasileiro através das artes visuais, da literatura, da dança e da música. Entre os participantes estavam os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade, os artistas Di Cavalcante e Victor Brecheret e o maestro e compositor Heitor Villa-Lobos.

dependente do capital e do regime de governo estabelecido por Getúlio Vargas, guiado por princípios fascistas e pelo militarismo crescente. Esses preceitos estabeleceram, entre outras coisas, o canto orfeônico como prática obrigatória nos currículos dos cursos industriais de todo país, desenhando sua composição e seus objetivos, assim como a preparação dos mestres que seriam responsáveis por difundir tal conhecimento.

Dessa forma, eram competências estabelecidas ao CNCO pelo Decreto-Lei n.º 4.993, de 26 de novembro de 1942:

a) formar candidatos ao magistério do canto orfeônico nos estabelecimentos de ensino primário e de grau secundário; b) estudar e elaborar as diretrizes técnicas gerais que devam presidir ao ensino do canto orfeônico em todo país; c) realizar pesquisas visando à restauração ou revivescência das obras de música patriótica que hajam sido no passado expressões legítimas da arte brasileira e bem assim ao recolhimento das formas puras e expressivas de cantos populares do país, no passado e no presente; d) promover, com a cooperação técnica do Instituto Nacional de Cinema Educativo, a gravação em discos do canto orfeônico do Hino Nacional, do Hino da Independência, do Hino da Proclamação da República, do Hino à Bandeira Nacional e bem assim das músicas patrióticas e populares que devam ser cantadas nos estabelecimentos de ensino do país (BRASIL, 1942d).

Tendo por base os princípios estabelecidos a partir do Decreto-Lei n.º 4.993/1942, e o momento histórico vivido no Brasil, com destaque para a transição da Primeira República para Segunda República; para o desenvolvimento de um novo projeto industrial e para a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, o patriotismo ganhou protagonismo. Entre estes estava a ruptura dos moldes administrativos tradicionais que, acompanhados de uma revolução cultural pautada na ideia de progresso, ajudaram a estabelecer a ideologia nacionalista adotada em todas as esferas do setor público (OLIVEIRA, 2011a).

O artigo publicado no jornal *A República* no ano anterior à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial e da criação do CNCO, “a formação da consciência (sic) musical brasileira”, edição do dia 13 de julho de 1941, transcreve o ideal de educação musical desejável à nação. Segundo o autor da matéria, o ensino de música não deveria ser concentrado apenas na formação artística, como o que ocorria em escolas especializadas e conservatórios. O canto orfeônico deveria auxiliar na formação de cidadãos com consciência coletiva, condescendente com o civismo e com o nacionalismo – princípio já estabelecido no início da década de 1930, com a Reforma Francisco Campos, Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, deliberação responsável pela organização do ensino secundário em nível nacional. Entre as matérias estabelecidas no currículo a partir da Reforma Francisco Campos, o ensino de música,

denominado de Canto Orfeônico, foi incorporado oficialmente no curso ginásial do Distrito Federal, na época o Rio de Janeiro, e em estabelecimentos de nível secundário de todo o país.

O Decreto n.º 24.794/1934 estendeu o ensino de canto orfeônico a todo estabelecimento de ensino ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo facultativo em instituições de ensino superior e obrigatório nas escolas primárias. Entretanto, foi apenas com a publicação do Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que o canto orfeônico alcançou o Ensino Industrial.

No dia 13 de julho de 1941, o jornal *A República* publica o artigo “A formação da consciência musical brasileira”, reafirmando o compromisso do ensino de canto orfeônico com a ideologia disseminada pelo Governo Vargas: “aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo e integrá-la na própria vida e na consciência (sic) nacional – eis o milagre realizado em dez anos pelo Governo do Presidente Getúlio Vargas” (A FORMAÇÃO..., 1941).

Os caracteres psicológicos da nossa raça, e os seus processos de evolução histórica, indicavam claramente o caminho a seguir: só a implantação do ensino musical na escola renovada, por intermédio do canto coletivo, seria capaz de iniciar a formação de uma consciência (sic) musical brasileira. Efetivamente, o canto orfeônico é um totalizador de fatores educacionais os mais complexos (A FORMAÇÃO..., 1941).

O texto publicado um ano antes da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, revela o desejo de estender essa prática educativa com o propósito de auxiliar na propagação de princípios disciplinadores camuflados na ideia de coletividade e consciência nacional – fato concretizado no ano seguinte.

No tocante ao Ensino Industrial após a promulgação do Decreto-Lei n.º 4.073/1942, Cunha (2005) afirma que, nos 19 anos que se seguiram à publicação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, o número de escolas que ofereciam cursos básicos industriais teve um aumento considerável, saltando de aproximadamente 97 para 339 cursos, sendo essas instituições, em sua grande maioria, pertencentes à rede pública.

Apesar disso, ele deixa claro a existência de dúvidas sobre a verdadeira contribuição das escolas industriais para a formação da força de trabalho fundamental às indústrias brasileiras, apontando três pontos que justificam essas dúvidas: a rigidez da lei estabelecida em 1942, que impedia a realização de adaptações cruciais às novas necessidades do mercado na década de 1950; a excessiva burocracia que dificultava processos simples; e as elevadas taxas de evasão dessas instituições.

Nesse sentido, essas instituições educativas e a Lei Orgânica chegaram ao final da década de 1950 com baixo prestígio. Segundo Cunha (2005, p. 155), “nas escolas industriais, mostravam a necessidade urgente de modificar os cursos básicos industriais, se não acabar com eles”, sendo este o panorama que alimentou as discussões para a construção do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1961, debatida durante treze anos, de 1948 a 1961.

Outro importante marco para a educação brasileira foi a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, momento marcado pela volta dos educadores liberais ao centro das discussões e decisões do governo, o que ajudou a estabelecer, entre outras coisas, um novo cenário para a educação. Cunha (2005, p. 155) destaca:

O sistema educacional dirigido pelo Estado Novo não foi destruído, continuando em vigor todos os decretos, decretos-leis, portarias e outros instrumentos normativos. Mas, a reabertura do Congresso Nacional e as práticas eleitorais vigentes fizeram com que fossem elaboradas leis que, gradativamente, iam modificando aquele sistema.

Isso nos leva a afirmar que um registro de intencionalidade não deixa de existir quando outra lei é instituída, é um processo que exige tempo para a mudança. Para tanto, cabe ao pesquisador atentar-se a tal prerrogativa.

A Constituinte de 1946 estabeleceu, entre outras coisas, a organização da educação e dividiu a responsabilidade pela instrução dos cidadãos com empresas, industriais, comerciais e agrícolas, “garantindo” o direito à educação aos operários e seus filhos. Entre os princípios enumerados no Art. 168, apenas dois itens aludem à educação do trabalhador, a saber:

- III – as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;
- IV – as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores” (BRASIL, 1946b).

À vista disso, tendo por base as informações obtidas através da leitura de documentos institucionais, Stamatto (2012) alerta-nos sobre o papel fundamental desempenhado pelas Leis, Decretos, normativas, entre outros, compreendidos como o resultado histórico da ação dos homens. Ao analisar a Lei, destaca que “ela não é um vestígio qualquer do passado, pois contempla a intencionalidade de seu registro por poderes instituídos em uma determinada época” (STAMATTO, 2012, p. 277). As circunstâncias aludidas por essas fontes delimitam contornos e definem caminhos para a pesquisa historiográfica.

Esses documentos são marcados pela temporalidade e pelo espaço de sua produção, mas, principalmente, sublinhados pelo poder de quem os produziu. Entretanto, não podemos cair na falsa ideia de exatidão; nenhum documento, mesmo aqueles grifados pelas relações de poder, como é o caso de documentos jurídicos, foram aplicados no momento exato de sua instituição e muito menos com total efetividade das prerrogativas estabelecidas. Dessa forma, Stamatto (2012, p. 280, grifos do autor) faz-nos um alerta:

compreendemos que não se pode confundir a promulgação da lei com o que foi ou não cumprido, daquilo que foi estabelecido. Porém, não podemos ignorar a determinação jurídica, considerando-a como se fosse “letra morta” quando se pretende reconhecer as implicações da legislação nas políticas educacionais.

Outro importante marco para a qualificação de professores para o magistério do canto orfeônico foi o Decreto-Lei n.º 9.494, de 22 de julho de 1946, Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico. Essa prerrogativa dispunha sobre a organização do ensino de canto orfeônico em Conservatórios para formação de professores.

Art. 1º O ensino de canto orfeônico terá por finalidade: I - Formar professôres de canto orfeônico; II - Proporcionar aos estudiosos os meios de aquisição de cultura musical, especializada, de canto orfeônico; III - Incentivar a mentalidade cívico-musical dos educadores. (BRASIL, 1946c)

As diretrizes presentes ao longo do Decreto-Lei n.º 9.494/1946 reúnem elementos essenciais para a normalização da qualificação essencial a esses mestres, adequando às novas necessidades, ou seja, formar professores aptos às demandas do sistema educacional da época, aumento de demanda e disseminadores de princípios cívicos e morais.

Na esteira da promulgação da legislação que vai organizar os diferentes níveis de ensino, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Decreto-Lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946, demarcou outro evento importante para a década de 1940. Esta é a entidade responsável pelas escolas de aprendizagem comercial e pelos cursos de continuação ou práticos e de especialização para os trabalhadores do comércio (BRASIL, 1946a). Esse foi o período considerado como um dos mais fortes para a educação: período de redemocratização política, entre 1946 e 1964, e o ápice de todas as mudanças educacionais ocorridas neste período culminou com a LDB de 1961.

Dando continuidade ao redesenho do cenário conjuntural da educação brasileira no século XX, destacamos que a década de 1960 é lembrada por dois importantes marcos

educacionais: a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e o Decreto n.º 51.215, de 21 de agosto de 1961, que promove uma mudança significativa do ensino de canto orfeônico, sob a denominação de Educação Musical.

Com a LDB/1961, os alunos concluintes dos cursos da educação profissional puderam continuar seus estudos no ensino superior, em contraposição ao que dispunham as Leis Orgânicas da década de 1940. Em seu artigo 47, está disposto que “o ensino técnico de grau médio abrangia os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial” (BRASIL, 1961a). Pelo mesmo dispositivo, “os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino” (BRASIL, 1961a). Ou seja, o contexto apresentava as contradições das mudanças nas diretrizes econômicas, políticas e sociais.

Na década de 1960, a escolarização dos jovens ainda era incipiente. Contudo, nos grandes centros urbanos, impulsionados pela industrialização crescente do país, existia a necessidade de mão de obra qualificada, “ao mesmo tempo em que crescia a pressão social por políticas públicas que dessem conta das demandas educacionais. O número de jovens que chegava ao Ensino Secundário aumentava também crescendo a necessidade de ampliação das vagas no Ensino Médio e no Ensino Superior” (ASSIS; MEDEIROS NETA, 2015, p. 193).

No tocante às mudanças promovidas pelo Decreto n.º 51.215, de 21 de agosto de 1961, a prática educativa do canto orfeônico foi substituída pela Educação Musical, recurso estabelecido em Jardins de Infância, Escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais de todo o Brasil (BRASIL, 1961b).

Entre as finalidades estabelecidas pelo Decreto n.º 51.215 para as Escolas Secundárias e Normais, temos:

I - Atividades curriculares: a) ampliação dos conhecimentos teóricos tratados nos cursos anteriores; b) ampliação das atividades coletivas; c) *ampliação dos conhecimentos da História da Música, geral, e nacional* relacionando-a intensamente à História Universal e, sempre que possível, às outras artes [...]; d) *fornecer conhecimentos de formas musicais e elementos de apreciação musical* (BRASIL, 1961b, grifos nossos).

Esse decreto substituiu a prática do canto orfeônico pela Educação Musical. Apesar disso, as práticas pedagógicas não diferiam das que eram anteriormente vivenciadas nas instituições de ensino, uma vez que os professores de música nas escolas eram praticamente os mesmos (NASCIMENTO, 2021).

A reforma no ensino de música ficou por conta da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, uma vez que estabeleceu como conteúdo obrigatório a Educação Artística nos currículos escolares de 1º e 2º graus, excluindo a Educação Musical. Nascimento (2021, p. 31) afirma que tal deliberação provocou “alterações na formação profissional destes professores, pois a referida lei não especificava qual das linguagens artísticas estava contemplada dentro deste novo componente curricular”. Por essa LDB, o professor de música passou a ser polivalente, tendo em vista que dele foram requeridos outros conhecimentos técnico-científicos no âmbito das artes, em vez de somente música, conforme explicado anteriormente:

Nesta nova configuração de atuação e conseqüentemente de formação, o professor de música passou a exercer uma função polivalente, pois precisava abordar em suas atividades escolares os conteúdos de outras áreas do conhecimento das artes, além do trabalho com a música. Do ponto de vista da presença da música na escola, esta realidade fez com que ela perdesse o espaço que já havia sido conquistado no período em que o canto orfeônico era obrigatório nas escolas públicas (NASCIMENTO, 2021, p. 31).

Em termos comparativos, a nova conjuntura justificaria o “esvaziamento” da educação musical nas escolas brasileiras a partir da década de 1970, caracterizando o atual cenário da disciplina. O Quadro 4 ilustra de forma breve o panorama das principais leis e decretos que constituíram o ensino de música/canto orfeônico no Brasil durante o século XX.

Quadro 4 – Breve panorama do Canto Orfeônico na educação no Brasil

LEGISLAÇÃO	PROGRAMA DE ENSINO	ENSINO
Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931 - Reforma Francisco Campos. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.	Ensino Secundário – Curso Seriado Fundamental: 1a série: Canto Orfeônico 2a série: Canto Orfeônico 3a série: Canto Orfeônico	Obrigatório
Decreto n.º 24.794, de 14 de julho de 1934.	Facultativo em estabelecimentos de ensino superior, comercial e outros. Obrigatório em escolas primárias de todo país.	Facultativo / obrigatório
Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial.	Educação musical, obrigatória até a idade de dezoito anos, que será dada por meio de aulas e exercícios do canto orfeônico.	Obrigatória
Decreto-Lei n.º 4.993, de 26 de novembro de 1942, criação do	Formar professores de canto orfeônico para estabelecimentos de ensino	-

Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO).	primário e de grau secundário	
Decreto-Lei n.º 9.494, de 22 de julho de 1946. Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico.	Dispõe sobre a organização do ensino de canto orfeônico em Conservatórios para formação de professores. Estabelece a prerrogativa de que apenas os professores diplomados poderiam exercer o magistério do canto orfeônico.	Obrigatório
Decreto n.º 51.215, de 21 de agosto de 1961.	Substituição da prática educativa do canto orfeônico pela Educação Musical. Organizada da seguinte forma: Jardins de Infância e Escolas Pré-Primárias - sob a forma recreativa; Escolas Primárias, Secundárias e Normais - na forma de atividades curriculares e extracurriculares.	Obrigatório

Fonte: Elaboração própria com base na legislação educacional (2023).

Sendo este ensaio organizado em dois momentos, chegamos ao ensejo de uma pequena pausa para refletir sobre os pontos discutidos na primeira parte deste exercício, definindo-se, de forma breve, o ritmo seguido pelo ensino industrial e a prática da educação musical no Brasil, em particular o canto orfeônico.

## 2.2 NO COMPASSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL (1942 A 1968)

Focalizando nossas lentes sobre a cidade de Natal-RN nas primeiras décadas do século XX, provinciana em muitos aspectos, definida por Maranhão (2004, p. 64) como a melhor cidade do mundo para se viver e descrita poeticamente por ele como “a encruzilhada dos continentes, a esquina do globo, debruçada para o Atlântico, olhando para a Europa”, chegamos à Escola Industrial de Natal, o palco onde se desenvolve esta composição.

Antes disso, porém, faz-se necessário circunscrever o contexto que envolveu a cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX. Arrais (2017, p. 13) alerta-nos sobre a complexidade que reside na empreitada de redesenhar esse espaço, uma vez que “a cidade é o

resultado de muitas ações, realizadas em diversas escalas. Essas ações compreendem um largo leque, que vão dos investimentos do capital, nas suas mais diversas formas e volumes, às práticas cotidianas das pessoas que a habitam”. Todavia, não nos aprofundaremos nesses múltiplos agentes pertencentes a esse enredo, apenas situaremos o contexto de criação e implantação da Escola de Aprendizes Artífices, assim como suas mudanças de institucionalidade e necessidades.

A cidade de Natal, nas primeiras três décadas do século XX, foi marcada pela instalação do regime republicano<sup>33</sup>, espaço de tempo demarcado por grandes mudanças e modernização das cidades, interesses sanitaristas movidos pelo ideal higienista; remodelação da cidade, novo traçado das vias urbanas; “implantação de equipamentos de água, esgoto, energia elétrica e transportes urbanos” (ARRAIS, 2017, p. 32). O autor ainda acrescenta:

*o novo* emergia em todas as partes da cidade de Natal. A iluminação elétrica fizera entrada na cidade, como a grande novidade do século XX, o bonde era novo, o automóvel mais novo ainda. A velocidade e potência do automóvel modificava a referência dos sentidos confrontados com os deslocamentos, proporcionava outras formas de apreciar a paisagem, e a nota vibrante de suas rodas nas estradas fecundava uma arte que extraía sua modernidade das pelejas que estabelecia com a tradição (ARRAIS, 2017, p. 33, grifos do autor).

As novidades implantadas durante o período modificaram o dia a dia da cidade e as relações estabelecidas entre os espaços e seus moradores, afetando no surgimento de novas instituições e no funcionamento das já existentes, alterando tradições e as redes de sociabilidade. A Figura 5 ilustra o processo de modernização pelo qual a capital potiguar passou no início do século XX. Na imagem do Jardim Público da Praça André de Albuquerque, é possível vislumbrar a evolução urbanística por meio dos trilhos do bonde e a pavimentação das vias urbanas.

---

<sup>33</sup> O período republicano tem início em 1889 com o fim da monarquia. Esse momento marca o início de uma nova era no país, indo até 1964. Segundo Arrais (2012, p. 32), “O regime republicano procurou associar sua imagem a uma perspectiva científica do mundo e a uma intervenção racional sobre a natureza.”

Figura 5 – Passagem do bonde elétrico pela Praça André de Albuquerque, primeiras décadas do século XX



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB (2013).

Esse breve redesenho da capital potiguar, situando o espírito modernista que se apossou das cidades brasileiras no período republicano, serve de arcabouço para a contextualização do cenário social e educativo do recorte, visto que toda pesquisa historiográfica “se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 56).

Sendo esse o caminho adotado para a escrita desta composição, foram delimitados o tempo e o espaço, o contexto econômico e o cultural, conjunturas que envolveram a passagem do século. Dessa forma, fez-se possível realizar prospecções sobre os fatos que motivaram a instalação e a permanência da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, assim como a formação e a prática pedagógica desempenhada pela professora Lourdes Guilherme. Ainda na iminência dessa discussão, este subtópico não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da EIN, ainda que tal motivação, buscas por revelar o passado, sempre desperte no pesquisador sentimentos de êxtase (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Os estudos sobre instituições escolares ainda são um campo em desenvolvimento, sendo este campo uma importante categoria de estudo do presente texto. De acordo com Nosella e Buffa (2013), a categoria de pesquisa vem desenvolvendo-se, sobretudo, a partir dos anos 1990, fato que não exclui a existência de produções acadêmicas sobre essa temática em momentos anteriores, porém de forma pouco expressiva.

Para melhor compreender a organização e disposição de pesquisas sobre instituições escolares no Brasil, Nosella e Buffa (2013) dividem as produções acadêmicas sobre a história da educação em três momentos: o primeiro compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, período anterior à criação dos programas de pós-graduação no país – sendo a elaboração da LDB, aprovada em 1961, e a expansão do ensino superior os dois fatores que mais contribuíram para essas produções científicas; o segundo, situado entre as décadas de 1970 e 1980, foi marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-graduação em Educação; e, por fim, o terceiro, a partir da década de 1990, é caracterizado pela consolidação da pós-graduação.

Sobre as pesquisas realizadas a partir da década de 1990, Nosella e Buffa (2013, p. 19) afirmam:

é justamente nesse terceiro momento que são privilegiados temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares. A nova história, a história cultural, a nova sociologia e a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas dos anos 90 para cá.

Apesar da distância temporal, o campo da História da Educação Profissional continua com essa lacuna. Assim, a presente pesquisa lança luz às categorias, a fim de contribuir com a ampliação dos estudos nesse cenário, a saber: instituições escolares, disciplinas escolares, práticas educativas e gênero. Nosella e Buffa (2013) continuam a discussão sobre os procedimentos permitidos pela escola dos Annales, da chamada nova história francesa, ao dar relevo à transformação operada com os objetos de pesquisa, a maneira de trabalhar do historiador e as concepções de história. “Essas novas abordagens, [...] histórias da vida privada, das pessoas simples, de seu cotidiano, da vida doméstica, religiosa, sexual, todos objetos negligenciados no passado” são hoje relevantes na historiografia e necessários à construção de cenários particulares (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 63).

No entanto, faz-se fundamental a articulação do particular com o geral, ou seja, para compreender a atuação educativa de Lourdes Guilherme enquanto professora de Canto Orfeônico da Escola Industrial de Natal – caso particular, restrito a uma localidade e tempo

específicos, marcado por vivências e experiências privadas –, será necessário compreender também o contexto histórico e econômico do país, como se deu a instituição e organização da disciplina a nível nacional e a constituição da EIN. Esse procedimento permite prospectar os caminhos percorridos por sua prática pedagógica e compreender as interferências do seu lugar, possível apenas através da relação entre o particular e o geral.

Outro aspecto diz respeito à ampliação das fontes e, conseqüentemente, sua concepção. Esse fato impõe novas perspectivas tanto ao objeto como também às análises.

No que concerne à história da educação, as memórias, histórias de vida, (escritas ou orais), livros, cadernos de alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, correspondências epistolar, relatórios, fotografias, plantas baixas dos prédios e muitas outras fontes encontradas em arquivos públicos e particulares são importantíssimas. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 63).

Essa possibilidade de ida aos acervos em busca de vestígios e respostas às questões de partida é a motivadora do ofício historiográfico que operacionalizamos.

Isso quer dizer que o pesquisador deve proceder na investigação como um caçador que sabe existir caça naquele lugar e a procura; mas não sabe exatamente onde, quando e o que vai encontrar. O pesquisador sabe que os eventos políticos sempre influenciam a escola, mas não sabe como tal fato ocorre (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 66-67).

A EIN, *locus* desta pesquisa, tem sua história iniciada no dia 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto n.º 7.566, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), instituições destinadas ao ensino profissional primário gratuito.

O então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha<sup>34</sup>, determinou a criação das 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital dos Estados da República. Segundo Medeiros Neta, Nascimento e Rodrigues (2012, p. 97), “o decreto ainda estabelecia a criação das Escolas de Aprendizes Artífices como um dever do Governo da República no intuito de formar cidadãos úteis à Nação” sob o argumento da exigência constante da população de facilitar o caminho da classe proletária para vencer as dificuldades pela subsistência (BRASIL, 1909).

Apesar de sua constituição estar ligada à formação profissional dos artífices, Arrais (2017) afirma que a função higienizadora das Escolas de Aprendizes Artífices se sobrepunha à função econômica, uma vez que o Decreto n.º 7.566 deixa evidente o papel assistencialista da

---

<sup>34</sup> Assumiu a presidência após a morte do Presidente Afonso Pena, ficando no poder de junho de 1909 até novembro de 1910.

presente instituição. Esta era destinada a habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna com o objetivo de fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuos que os afastassem da ociosidade, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909) – objetivo reiterado nos requisitos para o ingresso na instituição, visto que o Decreto n.º 7.566 estabelecia que os artífices deveriam ter entre 10 e 13 anos de idade, não sofrer de doença infectocontagiosa e nem possuir defeito físico que pudesse impedir o aprendizado do ofício, exigências que restringiam o ingresso dos artífices.

Inaugurada no dia 3 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices de Natal foi instalada no antigo prédio do Hospital da Caridade Jovino Barreto, localizado na Rua Presidente Passos, Bairro Cidade Alta. No que diz respeito à sua organização, “as Escolas começaram a funcionar com cinco oficinas, as quais deveriam estar em consonância com as características econômicas dos estados que as recebiam. Em Natal, foram escolhidas as oficinas de marcenaria, serralheria, alfaiataria, sapataria e funilaria” (ARRAIS, 2017, p. 128). Sobre a estrutura, o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, versava:

Art. 8º. Haverá em cada Escola de Aprendizes Artífices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem (BRASIL, 1909).

No ano de 1913, o então Governador do Estado, Alberto Maranhão, cedeu ao Governo Federal a escritura pública do prédio da Avenida Rio Branco, n.º 743, que abrigaria a escola durante 53 anos (1914-1967). Ver Figura 6.

Figura 6 – Prédio da Avenida Rio Branco



Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1914).

Em conformidade com Medeiros Neta, Nascimento e Rodrigues (2012, p. 99, grifos das autoras), a mudança de endereço demonstrava não apenas a demarcação de uma geografia escolar, mas também que a instituição ampliava seu campo de atuação pedagógico, reconfigurando o seu currículo e ressignificando as práticas de formação dos *filhos dos outros*<sup>35</sup>.

Se por um lado os princípios são destaque para a composição de um ideário pedagógico, a materialidade, por outro, também tem sua relevância. Nesse âmbito, o espaço ganha relevo, assim como outros utensílios e artefatos. É válido o destaque ao fato de que o prédio preserva ainda atualmente parte da arquitetura escolar e alguns artefatos provenientes das práticas realizadas. Para Nosella e Buffa (2013, p. 38), “no caso de escolas técnicas, há também a necessidade de preservar um outro tipo de material, os instrumentos técnicos.”

Em um contexto de pouco incentivo, sobretudo financeiro, para a preservação do patrimônio histórico-cultural, o IFRN dispõe desse monumento arquitetônico, bem como de importante acervo para a historiografia da educação:

No Brasil, a preservação da memória não é um problema que atinge apenas as instituições escolares; de um modo geral, há um descuido com documentos do

<sup>35</sup> Expressão utilizada por Silva (2012) em sua tese *Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)*, tem por objetivo fazer referência ao propósito da instituição no momento de sua criação: a EAA era uma instituição destinada aos filhos dos pobres. Dessa forma, seria entendida como uma escola para os **filhos dos outros**.

passado. Felizmente, alguns são mais duradouros, tais como prédios escolares, e preservam o passado, apesar de nossa displicência (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 38).

Corroboramos haver um descaso, desprezo, abandono que, por vezes, leva à destruição dos patrimônios públicos e privados representativos da história nacional, tais como estruturas arquitetônicas, espaços públicos, entre outros.

Ainda sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Natal, a Figura 7 ilustra o projeto desenvolvido pela Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico<sup>36</sup> para a reforma do prédio que abrigava a instituição, iniciada no ano de 1922 e que chegou ao início da década de 1930 sem conclusão após uma série de paralisações. O projeto baseava-se nos pressupostos de modernização almejados pela sociedade potiguar, “em consonância com o ideal de cidade moderna originária da *Belle Époque* francesa, cujo modelo urbanístico influenciara os projetos de intervenção na capital da República, no início do século XX”. (MEDEIROS, 2011, p. 27, grifo nosso).

Figura 7 – Projeto arquitetônico do edifício da Escola de Aprendizes, década de 1930



Fonte: Arquivo Histórico do *Campus Natal Central* (1930).

<sup>36</sup> O Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico foi uma comissão criada pelo governo federal com o propósito de avaliar e propor soluções para os problemas encontrados nas EAAs (BARBARESCO *et al.*, 2022).

Seguindo o encadeamento dos eventos que inspiraram a doce melodia composta pelos atores integrantes dessa instituição centenária, professores, gestores, alunos, sociedade, entre outros, chegamos ao ano de 1937, período em que a escola passou a ser denominada de Liceu Industrial de Natal (1937-1942). Essa mudança de institucionalidade ocorreu após a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde, a partir da publicação da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.

Silva (2019, p. 31) reitera que “por meio dessa reforma, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus, em vista da iminente necessidade de contingentes adicionais de trabalhadores qualificados”. Apesar dessa mudança, essas escolas estão inseridas em um contexto nacional movido pelo ideal pró-industrialismo, e não é possível evidenciar “mudanças na oferta dos cursos da antiga Escola de Aprendizes Artífices. Aliás, em muito se assemelhava ao que já vinha sendo ofertado” (SILVA, 2019, p. 31).

Com a chegada da década de 1940, mais precisamente o ano de 1942, o ensino industrial passou a ser protagonista do ideal de nação desenvolvida política, social e economicamente. Segundo Silva (2019, p. 34), “nesse momento, o ensino industrial poderia ser considerado a mais urgente demanda de uma economia que acelerava o processo de industrialização”.

Diante da necessidade de formar mão de obra adequada às novas exigências do capital, profissionais treinados e habilitados para as indústrias brasileiras, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Em decorrência dessa Lei:

impõe-se uma nova organização às escolas profissionais da rede federal, transformando os antigos Liceus em Escolas Industriais ou em Escolas Técnicas. No caso específico da cidade de Natal, seria instalada a Escola Industrial voltada para a formação de Artífice, em algumas áreas do ensino industrial básico (SILVA, 2019, p. 37).

A Escola Industrial de Natal, instalada em 1942, estabelecida no prédio da Avenida Rio Branco, antiga Rua Nova, Bairro Cidade Alta, permaneceu sobre esta institucionalidade até o ano de 1965, momento em que passa a ser denominada de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte em função da Lei n.º 4.759/1965. Segundo Gurgel (2007, p. 155):

Já sob a nova denominação, em 1967, foi inaugurado o novo prédio na Avenida Senador Salgado Filho, nº 1559, Natal - RN. [...] E mais uma vez, em 1968, por meio da Portaria nº 331, a Escola passou a ser chamada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Gurgel (2007, p. 156) continua: os vários nomes pelos quais “foi sendo batizada a instituição, na realidade, são uma consequência das transformações ocorridas no segmento industrial do País, as quais se pretendia acompanhar” o constante desenvolvimento e aumento da necessidade por profissionais qualificados. Finalizamos nossa linha do tempo em 1968 por razão do encerramento das atividades desempenhadas por Lourdes Guilherme na Escola em julho de 1968.

Vale lembrar que o objeto deste trabalho não é a instituição, e sim a prática desenvolvida por Lourdes Guilherme enquanto professora da Escola, assertiva que justificaria uma breve discussão sobre o histórico da instituição, não uma análise dos pormenores que envolveram sua criação e as mudanças de nomenclatura.

É chegado o iminente final deste ensaio. Para alcançar o objetivo pretendido neste subcapítulo, faz-se necessário compreender o Ensino de Música na Escola Industrial de Natal, que tinha como protagonista o Canto Orfeônico e o papel desempenhado por Lourdes Guilherme, maestrina e professora. Para tal fim, foram realizadas várias pesquisas por arquivos e fontes com o propósito de compreender o programa de ensino estabelecido para a Prática Educativa do Canto Orfeônico.

Sobre a organização das práticas educativas, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, estabeleceu: “Art. 28. Para o ensino das disciplinas e das práticas educativas, serão organizados, e periodicamente revistos, programas, que deverão conter além do sumário das matérias, a indicação do método e dos processos pedagógicos adequados” (BRASIL, 1942). Podemos observar o rigor com o qual eram tratadas as disciplinas, dado que até o método e os procedimentos pedagógicos deveriam ser descritos.

Ainda sobre a organização dos planos de ensino, Silva (2019, p. 60) discorre:

esse detalhamento de como o processo de ensino e aprendizagem nas escolas da rede de ensino profissional deveria ser planejado, desenvolvido e avaliado evidencia os mecanismos de controle postos em prática pelo Ministério da Educação/Diretoria de Ensino Industrial. Os programas das disciplinas, por exemplo, eram propostos e encaminhados por essa Diretoria e distribuídos aos professores e mestres das oficinas com o propósito de orientar o trabalho. Quanto aos exames escolares, eram utilizados como controle da aprendizagem/comportamento e disciplinamento dos alunos.

Conjecturamos sobre o papel atribuído à Diretoria de Ensino Industrial, com relação à organização dos programas de ensino das disciplinas da educação de nível industrial, que pretendia propor e encaminhar os programas de ensino aos professores e mestres. Tal afirmativa

nos permite concluir que os programas das disciplinas tinham como base um parâmetro nacional a ser seguido.

Tendo por base a assertiva anterior e o fato de não termos localizado o programa específico desempenhado por Lourdes Guilherme nas aulas de canto orfeônico, mas às prescrições nacionais, chegamos ao seguinte questionamento: como conceber a *práxis* desenvolvida pela professora Lourdes Guilherme no âmbito da Escola Industrial de Natal sem a presença de tal indício/fonte?

Para essa empreitada, fizemos prospecções com base nas diretrizes nacionais, dispersas por diferentes documentos, pistas para a reconstrução desse plano de ensino musical, enevado pela falta de fontes locais. O procedimento adotado na análise das fontes tomou por base os princípios estabelecidos no Paradigma Indiciário, examinando os pormenores descritos nas diretrizes educacionais consultadas e decifrando os indícios encontrados. Sobre o Paradigma Indiciário, Ginzburg (1989, p. 152) elucida:

a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”. Talvez a própria idéia de narração (distinta do sortilégio, do esconjuro ou da invocação).

Conforme Ginzburg (1989), iniciamos nossas buscas por indícios através do livro *Solfejos: originais e sobre temas de cantigas populares, para o ensino de canto orfeônico* (1940), de autoria de Heitor Villa-Lobos (1887-1959). A obra foi produzida, composta e editada pelo maestro enquanto membro da Superintendência Educacional e Artística (SEMA)<sup>37</sup>.

Já no prefácio do livro, Villa-Lobos explica que o material produzido teve por base o Programa de Ensino de Música desenvolvido em 1934, destinado às escolas primárias e secundárias. O material em questão foi “adotado nos cursos do Serviço de Educação Musical e Artística da Prefeitura do Estado da Guanabara, no Colégio Pedro II e outros estabelecimentos de ensino do Brasil”, representando um caminho no redenho proposto neste subcapítulo (VILLA-LOBOS, 1940). Sobre o programa proposto no manual:

---

<sup>37</sup> Órgão criado em 1932 por meio do empenho do Diretor-Geral de Instrução Pública do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, Anísio Teixeira. Esse órgão seria responsável pela aplicação, organização e fiscalização do ensino de Canto Orfeônico nas escolas do Distrito Federal, na época Rio de Janeiro, e ficaria sob a responsabilidade do Maestro e compositor Heitor Villa-Lobos (OLIVEIRA, 2011).

Baseado no decreto n.º 19.890, de 8 de abril de 1931 da Reforma do Ensino, referendado por S. Excia. Dr. Getulio Vargas, torna-se obrigatório o ensino de canto orfeônico, em cujo regulamento de ensino geral encontra-se elaborado o programa dessa disciplina, o qual se refere sobre a Música do seguinte modo: “O ensino do canto orfeônico destina-se a desenvolver no aluno a capacidade de aproveitar a música como meio de renovação e de formação moral, intelectual e cívica. No início predomina o estudo prático, ensinando-se da teoria e do solfejo o que fôr indispensável ao desenvolvimento imediato dos alunos. E indispensável escolherem-se composições de autores de real mérito, preferindo-se as que já se tenham incorporado ao patrimônio artístico nacional. Os cantos deverão ajustar-se à idade dos alunos, proporcionando-lhes o necessário meio de adestramento dos órgãos auditivos e da fonação e despertar-lhes o sentido do ritmo. E recomendável a prévia leitura da letra dos cânticos, para que se lhes facilite o compreensão do sentido e da expressão musical. Só depois de sabido o canto haverá comentários teóricos e musicais, corrigindo-se, então, os defeitos notados na execução do trecho, tendo-se particularmente em vista, o ritmo, a entoação e a ditação. Não se deve omitir a caracterização típica, quando o exigir a natureza da canção, como por exemplo nas canções regionais baseadas em motivos de folclóre” (VILLA-LOBOS, 1940, grifos do autor).

Villa-Lobos (1940) situa o programa da disciplina de canto orfeônico exposto no manual *Solfejos: originais e sobre temas de cantigas populares, para o ensino de canto orfeônico*, 1º volume, a partir do Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, Reforma Francisco Campos, normativa responsável pela organização do ensino secundário. O Decreto também estabeleceu o canto orfeônico como matéria constituinte do currículo de nível secundário adotado oficialmente em nível federal. O Quadro 5 ilustra os principais pontos discutidos no programa da disciplina exposto por Villa-Lobos (1940).

Quadro 5 – Programa da disciplina de Canto Orfeônico destinado ao ensino de nível secundário

Objetivo	Conteúdos e métodos
	No início deve predominar o estudo prático, teoria e solfejo <sup>38</sup> .
	É indispensável a escolha de composições de autores de mérito, dando preferência aos que já estejam incorporados ao patrimônio artístico nacional. O uso de composições conhecidas facilita o aprendizado.

<sup>38</sup> Solfejo refere-se ao exercício de entoação necessária à leitura de uma partitura, pronunciando as notas e marcando o compasso.

Desenvolver no aluno a capacidade de utilizar a música como meio de renovação e de formação moral, intelectual e cívica	Os cantos deverão ajustar-se à idade dos alunos, proporcionando a forma mais eficiente de adestramento dos órgãos auditivos e da fonação e despertar nos alunos o sentido do ritmo
	Recomenda-se a leitura prévia das letras dos cânticos, para facilitar na compreensão do sentido e da expressão musical. Só depois da leitura é que haverá discussões teóricas e musicais.
	Evidenciar características típicas das canções, como é o caso das músicas regionais baseadas no folclore.

Fonte: Elaborado pela autora com base do texto de Villa-Lobos (1940).

Observa-se a presença de orientações sobre os conteúdos que deveriam ser abordados, mas também a forma como as aulas e os temas seriam ministrados. Outro ponto que merece destaque é a clara adequação do programa com os preceitos estabelecidos pelo governo do Presidente Getúlio Vargas, presentes por meio de termos como “moral”, “ordem e civismo”, assim como a clara valorização de canções nacionais ligadas ao folclore.

De acordo com Oliveira (2011b, p. 2), o governo brasileiro patrocinou o projeto do Canto Orfeônico proposto por Villa-Lobos devido a sua função de difusor de mensagens de motivação nacional/ufanista, representante da “proposta de construção de uma Nova Nação Brasileira que sacralizava o conceito de brasilidade com a proposta da reforma do ensino, tornando-se, assim, o maior investimento brasileiro em termos de educação musical e artística”.

Sobre o manuscrito em questão, *Solfejos: originais e sôbre têmeas de cantigas populares, para o ensino de canto orfeônico* (1940), Villa-Lobos expõe os pontos originais do Programa Oficial do Ensino da Música e Canto Orfeônico adotados sob a orientação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico:

- 1.º - O canto orfeônico como finalidade cívica.
- 2.º - Califasia, Califonia e Caliritmia.
- 3.º - Declamação rítmica.
- 4.º - Exortação.
- 5.º - Modo de classificação. Seleção e Colocação de Vozes.
- 6.º - Afniação Orfeônica.
- 7.º - Efeitos Orfeônicos.
- 8.º - Manossolfa desenvolvido.
- 9.º - Canto Orfeônico.
- 10.º - Efeitos de timbres diversos no Orfeão.
- 11.º - Ditado, cantado e rítmico.
- 12.º - Pesquisas, arranjos e adaptação do Ensino Folclórico nas Escolas, para educação e formação do gosto artístico.
- 13.º - Aplicação da “Melodia das Montanhas” (Processo que facilita aos alunos criar melodias, despertando o gosto para as composições musicais).
- 14.º - Divisão da classe em quatro grupos, (para facilitar a disciplina orfeônica e a distribuição das vozes).
- 15.º - “Ouvintes”.
- 16.º - Alunos Regentes, Compositores e Solistas.
- 17.º - Sala-ambiente.
- 18.º - Prova de memória visual e auditiva.
- 19.º - Prova de discernimento de genero e estilo da Música.
- 20.º - Prova de conhecimento dos Instrumentos de Banda e Orquestra.
- 21.º - “Quadro Sinótico” para o Estudo Geral da Música Popular Brasileira.
- 22.º - “Gráfico Planisfério Etnológico da Origem da Música no Brasil.”
- 23.º - Aplicação dos principais fatôres para

formação da consciência musical e compreensão da utilidade do Canto Orfeônico na formação civico-social do aluno (VILLA-LOBOS, 1940, grifos do autor).

Entre os pontos listados na citação, observamos, mais uma vez, a valorização do civismo, com canções folclóricas e nacionalistas; conceitos técnicos como ritmo, afinação, classificação das vozes, timbres, entre outros, compõem os conteúdos que deveriam ser contemplados nos espaços escolares; os métodos, a organização do espaço educativo e sugestões de atividades avaliativas também são mencionados como elementos essenciais do plano de ensino da disciplina.

Vale salientar que esse era o Programa Oficial do Ensino da Música e Canto Orfeônico adotado exclusivamente pela orientação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO), embora não tenhamos encontrado documentos que afirmem que este foi o programa seguido pela professora Lourdes Guilherme em suas aulas. Em entrevistas realizadas por Silva (2019) para a construção de sua tese, um de seus ex-alunos descreveu como eram as aulas de canto orfeônico na EIN:

nesse sentido, segundo o ex-aluno Júlio Alves Hermínio (2010), o programa dessa disciplina ministrada pela professora Lourdes Guilherme envolvia “conteúdos de teoria musical, biografia de autores de música clássica, história da música e técnicas musicais. Os instrumentos de suas aulas eram o piano e as partituras. Suas avaliações consistiam em que identificássemos que música e compositor clássico estava tocando em seu piano” (SILVA, 2019, p. 220, grifos do autor).

Fundamentamo-nos na descrição do programa proposto pelo CNCO e nas lembranças do ex-aluno Júlio Hermínio. Com isso, identificamos pontos de observância em comum, como é o caso do estudo de elementos técnicos. Todavia, o que mais chamou atenção foi o modelo de avaliação adotado por Lourdes Guilherme, as provas de memória auditiva sugeridas pelo programa do CNCO, semelhança que nos levaram a fazer prospecções sobre a possível adesão de parte desse programa por parte da EIN.

Ainda dentro dessa discussão, ao caminhar pelas fontes consultadas no Arquivo Geral do IFRN, recuperamos lista de interesse, pesquisa de preço e de materiais adquiridos pela instituição, compostos por discos de vinil, filmes e instrumentos direcionados às práticas musicais da instituição. Os quadros 6 e 7 referem-se ao inventário dos materiais de ensino da Prática Educativa do Canto Orfeônico.

Quadro 6 – Inventário da Escola Industrial de Natal (discos de vitrola)

Material	Orçamento	Ano
Disco de vitrola - Beethoven, Sonata Patetica	70, 00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Beethoven, Sonata Moonlight	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Bach, ieh ruf-zu hiz herr jesu christ	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Grieg, Concerto Aminor (Álbum com 3 discos)	270,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Gruber, Noite silenciosa - Adeste Fidelis	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Tosti, Serenata	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Massenet, Elegie	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Brahms, Ballade in G minor op 118	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Chopin, Valsa	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Chopin, Scherzo	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Chopin, Concerto nº 1 (álbum com 4 discos)	340,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Chopin, Mazurka	70,00 Cr\$	1950
Disco de vitrola - Mazurka, op. 33 nº 1	-	1951
Disco de vitrola - Hino Nacional Brasileiro (fantasia)	-	1951
Disco de vitrola - Chopin, Rapsódia Húngara	-	1951
Disco de vitrola - Albeniz, Evocación	-	1951
Disco de vitrola - Chopin, Scherzo op. 31	-	1951
Disco de vitrola - Beethoven, Sonata ao luar (2 discos)	-	1951
Disco de vitrola - Wagner, Os mestres cantores	-	1951
Disco de vitrola - Bach, Christmas oratorio	-	1951
Disco de vitrola - Wagner, Pilgrims Chones	-	1951
Disco de vitrola - Handel, Messiah	-	1951
Disco de vitrola - Glazunov, Chopiniana op. 46	-	1951
Disco de vitrola - Stravinsky, Suite de Purcinella	-	1951
Disco de vitrola - Schubert, Rondo em lá menor (violino)	-	1951
Disco de vitrola - Mozart, Uma pequena serenata	-	1951
Disco de vitrola - Grieg, Romance	-	1951

Disco de vitrola - Drdla, Souvenir	-	1951
Disco de vitrola - Peccia, Colombetta	-	1951
Disco de vitrola - Mascagni, Cavalleria rusticana	-	1951
Disco de vitrola - Martini, Plaisir d'amour	-	1951
Disco de vitrola - Brahms, Dança hungara	-	1951

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Arquivo Geral do IFRN (2023).

Entre as composições presentes no Quadro 6, é possível verificar a presença quase que absoluta de canções eruditas, pertencentes a diferentes escolas: Classicismo, Romantismo e Barroco. Também é possível observar a existência de uma composição de ordem nacionalista, Hino Nacional Brasileiro, confirmando a adoção de conteúdos exigidos no programa da disciplina. Da mesma forma, tal reflexão pode ser observada no Quadro 7.

Quadro 7 – Inventário da Escola Industrial de Natal (filmes)

Material	Orçamento	Ano
A orquestra sinfônica	Cr\$ 1.250,00	1949
Brincando de música	Recebido de empréstimo da Filмотeca Municipal	1949
Mestres da música nº 4 (violoncelos)	Recebido de empréstimo da Filмотeca Municipal	1949
Mestres da música nº 6 (quartetos)	Recebido de empréstimo da Filмотeca Municipal	1949

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Arquivo Geral do IFRN (2023).

Um ponto que merece destaque nesta investigação é a inexistência de composições populares, ligadas ao folclore, nas listas de canções consultadas no Arquivo Geral do IFRN. No

*Boletim da CBAI*, publicado em 1960, chama-se atenção para a importância das músicas folclóricas no canto orfeônico:

o canto orfeônico é hoje professado com incontestável apuro em todo o mundo civilizado e a sua importância capital consiste em educar socialmente o aluno, desenvolver o gosto pelo canto em conjunto, assim como em *despertar o interesse pela música folclórica de seu país* (CBAI, 1960, p. 15, grifos nossos).

No entanto, nos escritos de Medeiros (2011, p. 53) sobre as aulas da professora Lourdes Guilherme, é enfatizada a “predominância de cânticos folclóricos e patrióticos no repertório trabalhado com os estudantes”. Tal afirmação é evidenciada no relato de seus ex-alunos, como é o caso de José Tácito Pereira Rocha, aluno da Oficina de Alfaiataria, sobre o relato do seu teste vocal: “A canção fazia parte do folclore musical brasileiro, que ao lado dos hinos patrióticos, constituía o programa do canto coral popular a ser ministrado pela professora sob a denominação de canto orfeônico” (MEDEIROS, 2011, p. 51).

Por fim, chegamos ao final deste segundo ensaio, momento dedicado à divisão e organização dos *naipes*, contextualização do Brasil e da cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX, circunscrevendo a Escola Industrial de Natal nesse cenário/palco com o seu compasso e ritmo próprio.

### 3 DO ALLEGRO AO ADAGIO: A BATTUTA DA MAESTRINA E PROFESSORA LOURDES GUILHERME

“Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública –, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho” (WOOLF, 2021, p. 18).

A música é marcada por sons e silêncios. Os sons são registros dos instrumentos, e, na sinfonia da vida de Lourdes Guilherme, destacam-se movimentos que demonstram o andamento deles e, conseqüentemente, sua intencionalidade enquanto regente.

Dessa maneira, tal como na música, elegemos movimentos como metáforas impressas às fases da vida daquela que atuou como professora e maestrina no Ensino Industrial no contexto norte-rio-grandense, deixando marcas indeléveis na história do canto orfeônico.

É evidente que essas fases não correspondem exatamente aos fatos, mas são pontos de encontro que se relacionam com algum aspecto de seu fazer docente e de musicista, também, por vezes, com sua vivência particular e familiar.

Para o *Allegro ou representações da Maestrina Lourdes Guilherme*, partimos de dados biográficos às formações obtidas pela professora e pela maestrina. Em *Moderatto: a atuação docente da Professora Lourdes Guilherme*, são evidenciados os princípios de sua prática docente. E, por último, em *Adagio ou sobre sua gestão e trânsitos institucionais*, destacam-se suas facetas na gestão de instituições de ensino.

#### 3.1 ALLEGRO OU REPRESENTAÇÕES DA MAESTRINA LOURDES GUILHERME

“O tempo biográfico tem andamento como na música desde o *allegro*<sup>39</sup> da infância que parece na lembrança luminosa e doce, até o *adagio*<sup>40</sup> da velhice”. É dessa forma que Bosi (2003, p. 24, grifo do autor) nos faz refletir sobre o vai e vem de acordes e ritmos: ora rápidos como as experiências da infância, ora lentos como o caminho que nos leva à velhice, melodia que compomos de nossa história.

Neste terceiro ensaio, optamos pela realização dos últimos acertos no andamento da melodia produzida sobre Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, delineando aspectos gerais de

<sup>39</sup> Nome dado a um movimento musical de andamento rápido.

<sup>40</sup> Nome dado ao movimento musical de andamento lento.

sua origem e priorizando a sua formação acadêmica e profissional. Com efeito, o andamento da presente composição seguirá do *allegro*, rápido e vivaz, nascimento e contexto familiar, até o *adagio*, lento e arrastado como uma sentença, evidenciando os percalços e desafios seguidos até a sua morte. Tudo isso perpassado pelo *moderatto*<sup>41</sup>, momento definido aqui pelos acontecimentos que constituíram a sua formação profissional, como o período estabelecido entre a juventude e a idade adulta.

Os ajustes necessários ao andamento desta peça musical utilizam como matéria-prima, além de fontes governamentais, o registro da cultura material escolar através de fotografias e a visão e a reflexão de terceiros, pesquisadores e jornalistas, sobre os acontecimentos vivenciados por Lourdes Guilherme e seus pares. Bosi (2003, p. 23) afirma que “quando essas ocasiões se dão, a memória desses eventos, mesmo quando participados, pode ser cooptada por estereótipos que nascem ou no interior da própria classe [...] ou de instituições dominantes como a escola, a universidade que são instâncias interpretativas da História”.

Dessa forma, os eventos discutidos com base em periódicos, depoimentos de ex-alunos extraídos de produções acadêmicas e escritos sobre a própria Escola Industrial de Natal não podem ser tomados como verdade absoluta, uma vez que influências de experiências individuais e do modelo social e político da época podem ajudar a construir um cenário equivocado. Nesse aspecto, damos vulto às concepções higienistas do momento e ao movimento político denominado Integralismo<sup>42</sup>. Entre tantos outros objetivos, nesse período buscava-se “racionalizar o espaço, estabelecer condições saudáveis de vida, organizar horários, atividades e alimentação e eliminar costumes perniciosos à sociedade são aspectos do dispositivo de normalização que denotam a influência higienista materializada no discurso educacional” (MENEZES, 2009, p. 98).

Le Goff (1990, p. 426) explica bem esse pressuposto quando afirma que, para tornar-se senhora da memória e do esquecimento, sendo esta “uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

---

<sup>41</sup> Nome dado ao movimento musical de andamento entre o lento e o rápido.

<sup>42</sup> Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento que nasceu com a ascensão das ideias radicais de direita inspirado no fascismo italiano. O movimento, fundado pelo jornalista Plínio Salgado em 1932, tinha como motivação o anticomunismo, o nacionalismo e a simpatia pelo fascismo europeu, tendo como propósito a formação de um novo povo: “comprometido com Deus, a Pátria e a Família, logo era imprescindível modelar esse novo homem, e a educação higiênica faria esse papel, pois controlava a saúde e as atitudes do indivíduo” (SILVA, 2013, p. 9).

Dessa forma, não apenas as informações descritas seriam importantes para a compreensão de uma época ou de um evento histórico, os dados omitidos e negligenciados também compõem esse quadro, uma vez que as escolhas e as decisões que lhes são anteriores à formulação de um documento governamental, registro de imagens, entre outras coisas, podem dizer muito mais para a historiografia. Certeau (1982, p. 67) alerta-nos: “nada dos ruídos de uma fabricação, de técnicas, de imposições sociais, de posições profissionais ou políticas perturbava a paz desta relação: um silêncio era o postulado desta epistemologia”, ou seja, nenhum desses pormenores se fazem evidentes nas fontes e registros, contudo, estão implícitos.

Halbwachs (1990), tematizando acerca da memória coletiva, exemplifica o papel das relações interpessoais, de interdependência, mas também de representações construídas socialmente. Ele mesmo se coloca para expressar sobre o imaginário social ao afirmar que o grupo nacional do qual fazia parte foi o responsável por ilustrar um certo número de acontecimentos, dos quais o autor afirma ter lembrança mesmo não tendo colaborado diretamente – apenas tomou conhecimento pelos jornais ou pelos diálogos com aqueles que participaram dos eventos.

Ou seja, o panorama que desejamos construir sobre a atuação educativa de Lourdes Guilherme é guiado por um conjunto de impressões, memórias e reflexões de terceiros, participantes desse contexto, uma vez que a memória é constituída e reafirmada pela lembrança de outros.

Ainda de acordo com Halbwachs (1990, p. 54), “carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura”. Tendo por base a presente afirmação sobre a memória coletiva e a histórica, não se pretende fazer uma reconstrução de todos os fatos vividos pela professora Lourdes Guilherme, mesmo tendo visitado e consultado vários arquivos e fontes. Sabe-se que as memórias são construídas a partir de fragmentos de seus narradores e de pistas, rastros, sinais deixados por esses momentos. É por meio desses resíduos, vestígios, textos acadêmicos, documentos, imagens e matérias jornalísticas que a composição dessa melodia é executada.

Dito isso, ratifica-se a inserção dessa escrita historiográfica a partir de perspectivas da História Cultural, a qual orienta a construção do objeto e a consecução dos objetivos a partir de perspectivas teórico-metodológicas em alinhamento.

Não se pretende, portanto, cair na tentação da pesquisa historiográfica positivista, princípio que estabelecia a reconstrução absoluta/verídica dos fatos sem levantar suspeitas e questionamentos sobre os acontecimentos descritos pelas fontes. Afinal, as fontes documentais, em sua grande maioria governamentais, falavam por si só, não necessitando de interpretações

e questionamentos. Pelo contrário, o ângulo assumido pela História Cultural estimula a diversidade de acervos e fontes, o cruzamento de vozes e olhares.

Com a assunção de um posicionamento teórico que orienta as metodologias, concepções, emergem novas categorias de fontes (orais, não governamentais, fotografias, privadas). Principalmente, cabe ao pesquisador desconfiar das fontes, de sua construção, das condições de salvaguarda. Emerge o momento caracterizado pela análise crítica de relatos e fontes, atentando para as nuances das relações estabelecidas entre os autores das fontes e os órgãos de controle da sociedade em que o fato é situado. Certeau (1982, p. 70) alerta-nos sobre a “fronteira mutável, entre o dado e o criado, finalmente entre a natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa”. Nessa perspectiva, podemos problematizar o papel do “não dito” na produção historiográfica, visto a relevância dos silêncios e o questionamento acerca de sua produção. São essas informações omitidas que nos ajudam a traçar questionamentos, a buscar novas referências para alimentar as discussões e, assim, a contestar informações antes tidas como absolutas.

Na historiografia, “cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”. (BOSI, 2003, p. 18). Omissões e esquecimentos podem dizer muito sobre um dado período, evento histórico, administração política e indivíduos. É a busca por essas nuances que alimenta a conclusão deste escrito. Nesse jogo de lembrar para não esquecer, emerge como objeto historiográfico no contexto educacional norte-rio-grandense a professora e maestrina Lourdes Guilherme.

Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, natural de Natal-RN, nasceu no dia 9 de agosto de 1911, filha de Teodorico Guilherme Souza Caldas e Suzana Filgueira Guilherme e neta do Comendador<sup>43</sup> Joaquim Guilherme de Souza Caldas<sup>44</sup>. Lourdes Guilherme, como era mais conhecida, viveu em uma família bem estruturada economicamente e respeitada socialmente, descrita no *Jornal Diário de Natal* (1950) como uma das famílias tradicionais da cidade de Natal. Seus pais eram membros de várias associações e grupos de caridade, fato que concedeu aos filhos uma posição confortável e boas oportunidades na sociedade.

---

<sup>43</sup> Recebeu o título de comendador em 1888 através da Imperial Ordem da Rosa (CASCUDO, 1972).

<sup>44</sup> Foi jornalista, poeta, político, tendo sido cinco vezes deputado provincial, e por último diretor do tesouro Estadual do Rio Grande do Norte. Exercendo forte influência na política potiguar, Cascudo (1972) afirma: “nos últimos decênios da monarquia, no Rio Grande do Norte, possuíamos duas autoridades supremas nos assuntos financeiros provinciais: – Eneas Leocrácio de Moura Soares, do Partido Liberal, e o comendador Joaquim Guilherme de Souza Caldas, do Partido Conservador”.

Figura 8 – Retrato de Lourdes Guilherme (a) Figura 9 – Retrato de Lourdes Guilherme (b)



Fonte: Clube de Mães Lourdes Guilherme (1983). Fonte: Escola Estadual Lourdes Guilherme (1981).

No que concerne à composição familiar, Lourdes Guilherme tinha três (3) irmãos: Berta Guilherme Trigueiro, professora de filosofia do Colégio Estadual de Natal e da Escola de Serviço Social; e Joaquim Guilherme, cirurgião-dentista, professor do Departamento de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde atuou como Diretor; e José Maria Guilherme<sup>45</sup>, irmão fruto de um relacionamento extraconjugal de Teodorico Guilherme com a Sra. Sebastiana Ávila.

Era comum ao homem ter relacionamentos extraconjugais, cabendo a uma das mulheres aceitar e à outra manter-se discreta e submissa, posto que a elas não era vantajoso ter a situação exposta – especialmente àquela que participava da relação fora do casamento, a qual era vista e julgada pela sociedade como alguém sem moral.

<sup>45</sup> Responsável pelo Consulado Geral do Rio Grande do Norte e escrevente do 22º Ofício de Notas do Rio de Janeiro (1960-1977).

José Maria Guilherme, em seu livro de memórias *O livro de José* (1998), ilustra um pouco a sua relação com o seu pai, Theodorico Guilherme, e com os irmãos. A aproximação entre os irmãos foi dificultada pelos preconceitos da sociedade da época.

As práticas sociais estabelecidas nas cidades brasileiras no início e até meados do século XX, em especial na cidade de Natal, eram abarrotadas “de preconceitos, tabus, falsa moral, vestidos com a roupagem do pútrido puritanismo” (GUILHERME, 1998, p. 21). Essa afirmação é constatada ao longo da busca por fontes e vestígios, documentos e periódicos, uma vez que em nenhum momento José Maria Guilherme é associado à família Guilherme. Dessa forma, o parentesco com Lourdes Guilherme só foi revelado a partir de indícios percebidos por meio do diálogo com um familiar de José Maria Guilherme e de seu livro de memórias.

Apesar da conduta social estabelecida na cidade de Natal, José Maria Guilherme (1998) afirma que o convívio com os irmãos, Lourdes, Joaquim e Berta, foi possível. Contudo, só aconteceu após a morte do pai. “A integração aos três filhos legítimos, meus irmãos, só se deu com a morte. A morte não só distancia como aproxima e une as pessoas e, nesse paradoxismo, ela é formidável” (GUILHERME, 1998, p. 26).

Poucas são as menções aos irmãos e ao relacionamento entre eles. Contudo, José Maria Guilherme, em um trecho de suas memórias, fala com carinho de sua irmã, Lourdes Guilherme, descrevendo a importância de sua presença em um momento de aflição: “ainda guardo o bilhete que minha irmã deixou e que, por sorte, recebi. Foi um alento chegado na hora certa. Sua grandeza espiritual enxugou as lágrimas de todos” (GUILHERME, 1998, p. 170).

A dificuldade em reconstituir o cenário familiar e social da maestrina se impõe pela escassa quantidade e variedade de fontes que abarque esses aspectos vividos por ela. Todavia, “baseados em indícios imperceptíveis para maioria”, foi possível redesenhar aspectos familiares, sociais e profissionais vivenciados por Lourdes Guilherme (GINZBURG, 1989, p. 145).

Sobre a posição social da família Guilherme, observa-se, em algumas matérias jornalísticas disponíveis nos periódicos *Diário de Natal* e *A Ordem*, primeiras décadas do século XX, a frequente menção ao nome desta família por meio da figura de seu patriarca, Theodorico Guilherme, fazendo referência, principalmente, à sua atuação como provedor da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, localizada no Bairro da Cidade Alta.

Theodorico Guilherme é descrito como homem honrado ligado à Igreja Católica, tendo também sido membro da maçonaria, integrante da Loja Evolução 2ª, antes de assumir seu posto na Irmandade.

Atuou como provedor da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos<sup>46</sup> por um período aproximado de 30 anos. A Irmandade, ainda em atividade, era um importante grupo religioso da cidade de Natal, responsável por manter viva antigas tradições religiosas advindas da cultura lusitana, como festas, procissões, rituais e a prática da caridade. Enquanto provedor, Teodorico Guilherme marcava presença nos eventos. Em 19 de março de 1937, participa da Procissão do Encontro, um festejo que compunha os ritos que antecedem a Semana Santa na Igreja Católica. A Figura 10 evidencia Teodorico Guilherme, trajando terno preto ao centro da imagem, olhando para o fotógrafo, em uma das procissões religiosas da Irmandade.

Figura 10 – Procissão do encontro. O deslumbrante préstito religioso pela Avenida Junqueira Ayres, na tarde de 19 de março de 1937



Fonte: Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (1937).

Qual seria a importância dessas informações para a construção desta dissertação? Considerando as discussões anteriores sobre a importância de compreender os lugares social, socioeconômico, político e cultural estabelecidos por Certeau (1982) como essenciais para a

---

<sup>46</sup> É a associação leiga mais antiga da cidade de Natal, com vestígios de sua existência desde 1725 (PONTES, 2008).

pesquisa historiográfica, a delimitação do contexto familiar vivenciado por Lourdes Guilherme ajuda-nos a fazer inferências sobre suas concepções e práticas.

A menção ao nome desta família em periódicos da época não se restringe apenas ao seu patriarca, Teodorico Guilherme. Lourdes Guilherme também era constantemente mencionada em matérias jornalísticas a respeito de sua atuação profissional, professora de música e de pintura em porcelana e no período em que atuou como diretora do Instituto de Música do Rio Grande do Norte. Contudo, faz-se importante destacar a presença de artigos relacionados à sua forte participação em grupos ligados à Igreja Católica, participação em festas religiosas e ritos litúrgicos – 89 ocorrências nos 3 periódicos consultados, perdendo apenas para as matérias de cunho social.

É possível inferir e prospectar sobre as influências estabelecidas por seus familiares com relação a sua proximidade com a Igreja Católica, a prática da caridade e a sua participação social. Esse tipo de comportamento, o religioso, era tido como uma qualidade esperada para as mulheres no contexto histórico-social. De acordo com Almeida (1998, p. 17-18):

no imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, [...]. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia ao arquétipo religioso da comparação com a Virgem da religião católica.

Era esta a representação feminina ideal, doce, delicada e obediente aos preceitos religiosos. Dessa forma, as “boas famílias” deveriam encaminhar suas filhas ao ideário cristão, sendo este o caso da professora Lourdes Guilherme. Durante toda sua vida, ela fez parte de diversos grupos ligados à Igreja Católica, entre os quais estão: Associação das Antigas Alunas Dorotéias, que tinha como componentes as ex-alunas da Escola Imaculada Conceição; Grupo Juventude Feminina Católica, tendo sido presidente (1936-?); Pia União de Santa Theresinha e diretora da Eschola Cantorum (1936-?). Além disso, colaborou com as atividades desenvolvidas pelo Padre Perestrelo no Morro de Mãe Luiza, na frente de trabalho João XXIII, e ajudou no trabalho desenvolvido na Creche e Evangelização do Morro Branco.

Sua ligação com a Igreja Católica também é percebida enquanto profissional, uma vez que, durante sua atuação como professora da Escola Industrial de Natal, além de exercer as atribuições direcionadas ao seu cargo, a referida mestra também é citada por seu afincamento religioso, o que demarcava a influência de concepções tradicionais, apesar do crescente avanço do escolanovismo.

Os primeiros indícios dessa formação religiosa na Escola de Aprendizes Artífices são percebidos no ano de 1936, mediante uma matéria do jornal *A Ordem* (1936) sob o seguinte título: “Com o início do Ensino Religioso na Escola de Aprendizes Artífices se inaugura em nosso estado uma obra meritoria que precisa estender-se ás escolas primarias, secundarias e normaes, segundo estabelece a nossa constituição (*sic*)”. No decorrer do texto, o autor deixa claro que foi uma iniciativa do Núcleo Noelista de Natal.

Tomando por base a Constituição da República de 1934, o Art. 153º determina que “o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (BRASIL, 1934<sup>a</sup>). Vale salientar que desde a promulgação de Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, o Brasil era um país laico.

Tendo como premissa as prerrogativas legais da Constituição de 1934 e as práticas de ensino religioso desenvolvidas na Escola de Aprendizes Artífices de Natal, é possível identificar apenas a presença de preceitos ligados a fé Católica, o que excluía outras manifestações religiosas. Cabe destacar que:

desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, não havia menção na legislação sobre as práticas religiosas dos meninos. No entanto, era freqüente a preparação destes para a primeira eucaristia e o acompanhamento do calendário de celebrações da Igreja Católica em Natal. Conforme observamos, a instituição estava impregnada do “espírito” religioso, o qual servia para fortalecer a obediência dos alunos às exigências institucionais (GURGEL, 2007, p. 195).

Fundamentados na afirmação de Gurgel (2007), observamos a influência estabelecida pela Igreja Católica desde a fundação da Escola de Aprendizes Artífices, com celebrações religiosas, catequese dos alunos e a presença de autoridades eclesiais sendo uma constante na instituição. Levando em conta ser o Brasil um Estado laico, não poderia existir na instituição a prática exclusiva de apenas uma confissão religiosa.

Ainda sobre o início da formação religiosa da Escola de Aprendizes Artífices, era de responsabilidade das Noelistas, jovens do sexo feminino formadas pela igreja com o propósito de propagar os ideais da Igreja Católica, o ensino, muitas vezes, do catecismo. Contudo, por meio das alterações ocorridas com a Constituição Nacional de 1937 e de 1946, algumas mudanças foram percebidas na organização do ensino religioso, entre elas o fato de ser ministrado por professores da própria instituição, o que justificaria a participação ativa de

Lourdes Guilherme nas formação religiosa dada aos alunos e com a organização de eventos religiosos desenvolvidos na instituição de educação profissional, como é o caso do sacramento da primeira eucaristia dos alunos da EIN (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – 1ª Comunhão dos alunos da EIN



Fonte: Arquivo Geral do IFRN, *Campus Natal Central* (1945a).

A Figura 11 evidencia a professora Lourdes Guilherme ao centro, ladeada por seis crianças do sexo masculino, três delas à esquerda e mais três à direita. À sua frente, uma mesa posta com toalha, guardanapos, louças, talheres e arranjos requintados, todos em tons claros, os quais demonstram a importância dada ao momento. A Figura 12 também ilustra a realização do sacramento da primeira comunhão dos discentes da instituição. Mais uma vez, a maestrina está no centro da fotografia. Observa-se, no entanto, que a cena acontece no pátio da EIN. Ressalta-se, a despeito das atividades religiosas, que a instituição àquela altura era laica.

Figura 12 – 1ª Comunhão dos alunos da EIN



Fonte: Arquivo Geral do IFRN, Campus Natal Central (1945b).

Ciavatta (2009) alerta-nos: a fotografia é um importante ator da mediação historiográfica, ajudando a preservar a materialidade escolar da época ilustrada e a identificar elementos como espaços, utensílios, materiais pedagógicos, como também ações e posturas corporais dos professores.

A fotografia como mediação é uma visão historicizada de objetos, singulares ou de acontecimentos, fenômenos cujo conhecimento deve ser buscado no conjunto articulado de relações sociais (estéticas, culturais, econômicas, políticas etc.) que o constituem no tempo e no espaço (CIAVATTA, 2009, p. 46).

É imprescindível a compreensão de que a fotografia, sozinha, não responde a todos os questionamentos. Ciavatta (2009, p. 46) afirma que é preciso outros recursos: “necessitamos de outras fontes documentários para identificá-la no tempo e no espaço, de modo a saber quem a produziu, a preservou, como está sendo utilizada, com que finalidade”.

Como resultado, mesmo não identificando o autor do registro e quem o preservou, e compreendendo o valoroso papel desempenhado pela fotografia na preservação da memória dessa escola, buscou-se consultar outras fontes, textos, matérias jornalísticas e documentos da própria instituição com o propósito de reconstruir, de alguma forma, esse contexto escolar.

Outro elemento que merece destaque é o rigor com o qual a referida professora se vestia: em todos os registros fotográficos, Lourdes Guilherme encontra-se vestida com roupas de modelagem sóbrias e cabelo preso, sempre indicando seriedade. A respeito disso, Cotta e Farage (2021) afirmam:

[...] é o senso comum perigoso de que as roupas consideradas mais sóbrias e profissionais, capazes de demonstrar competência e inteligência, são as que copiam o uniforme masculino no espaço público. As pessoas consideradas racionais acessam mais privilégios e são mais respeitadas do que as que são supostamente movidas pela emoção.

A professora Lourdes Guilherme vivia em um contexto de constantes estereótipos em torno do ser mulher e, principalmente, dos limites de atuação pública destinada ao feminino. Por conseguinte, precisava estabelecer respeito e resguardar sua posição na sociedade, sendo sua aparência uma das possíveis ferramentas para atingir essa finalidade (Figura 13).

Figura 13 – Da esquerda para a direita, sentados – Paulo Martins, Lourdes Guilherme, Paulino e Profa. Angelita Marinho na antiga escola da Av. Rio Branco



Fonte: Arquivo Geral do IFRN, *Campus Natal Central* (1947).

Mais uma vez, é possível observar o cuidado e o zelo da professora Lourdes Guilherme com sua apresentação. A imagem (Figura 13) ilustra um momento de aparente descontração entre colegas de trabalho e alguns alunos da instituição de ensino. A maestrina está no centro da fotografia ao lado da professora Angelita Marinho. Usa um vestido longo sem decote e os cabelos estão presos por um lenço, conferindo à professora uma posição de respeito e seriedade.

### 3.2 MODERATTO: A ATUAÇÃO DOCENTE DA PROFESSORA LOURDES GUILHERME

Em um movimento tal qual o *moderatto*, estão inseridos os acontecimentos formativos e de atuação profissional de Lourdes Guilherme, professora e maestrina na Escola Industrial de Natal e Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte.

A respeito da sua formação, é possível destacar que Maria de Lourdes Filgueira Guilherme concluiu o curso de nível médio em Contabilidade no Colégio Imaculada Conceição<sup>47</sup> (1923-1928), situado no Bairro de Petrópolis, Natal-RN. O início de sua formação musical foi como aluna do Curso do Maestro Waldemar de Almeida e do IMRN. Neste último, formou-se no curso de Teoria e Solfejo e, mais tarde, concluiu a formação Geral, de Piano e de História da Música, também sob orientação do maestro, que era diretor da instituição à época.

Sua formação em nível superior no Curso de Emergência para Professores foi realizada no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO), no Rio de Janeiro-RJ, em 1943, na instituição comandada e idealizada pelo maestro e compositor Heitor Villa-Lobos, um dos maiores expoentes da música no Brasil.

Villa-Lobos participou como animador, regente, educador e compositor, de um conjunto de ações que tinha como objetivo a fixação, por meio da música, da ideologia nacionalista do momento político vivenciado no Brasil dos anos de 1930. Neste sentido, o canto orfeônico passou a ser obrigatório em todas as escolas públicas brasileiras, necessitando de espaços onde fossem formados os professores que atuariam nestas escolas (NASCIMENTO, 2021, p. 28).

A formação no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico foi um marco na carreira profissional de Lourdes Guilherme, o que a colocou na posição de ser uma das poucas professoras com ensino superior na EIN. Este feito a incluiu como participante ativa<sup>48</sup> das mudanças ocorridas nas instituições de Ensino Industrial brasileiras após a promulgação do Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a denominada Lei Orgânica de Ensino Industrial.

---

<sup>47</sup> O Colégio Imaculada Conceição foi fundado por Irmãs da Congregação de Santa Dorotéia sob o incentivo de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henrique – Bispo de Paraíba, no dia 22 de fevereiro de 1902, com o propósito de inibir o crescimento da fé protestante na cidade de Natal e evangelizar através da educação. Inicialmente a instituição funcionava em regime de externato e internato apenas para o público feminino. Contudo, no ano de 1972, foi permitido também o ingresso de estudantes do sexo masculino, irmãos das alunas do Colégio (LYRA, 2010).

<sup>48</sup> Faz-se importante mencionar a presença de outras professoras na história da escola, entre elas Maria do Carmo Torres Navarro, primeira mestra da instituição, responsável pela formação geral dos aprendizes de artífices, ler, escrever e contar (FONSECA; SOUZA, 2014; NASCIMENTO, 2018).

Com a publicação dessa lei, “as instituições de ensino profissional conquistaram o direito de ofertar cursos de grau médio, o que alterava a sua estrutura curricular de formação básica” (MEDEIROS NETA; SILVA, 2017, p. 156). Outro ponto que merece destaque é a obrigatoriedade da educação musical, por meio de aulas e exercícios de canto orfeônico, para alunos com até 18 anos nos cursos industriais, de mestria, técnicos e pedagógicos (BRASIL, 1942b).

A criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico foi baseada na necessidade de superar o *déficit* de professores qualificados para lecionar essa disciplina nas escolas brasileiras após a promulgação da Lei Orgânica de Ensino Industrial. Foi nessa ambiência de necessidade por professores qualificados na área que ocorreu a contratação da professora Lourdes Guilherme pela EIN, em 15 de março de 1945, em regime de nomeação interina, sob a denominação de professor Padrão J<sup>49</sup> (Figura 14).

---

<sup>49</sup> Tendo por base o Decreto-Lei n.º 7.190, de 22 de dezembro de 1944, responsável por estruturar a carreira docente, o padrão J era designado para os professores responsáveis pelo ensino de mestria e de práticas educativas, sendo esse o caso de Lourdes Guilherme (BRASIL, 1944).

Figura 14 – Termo de posse, 1945

Termo de posse e exercício de Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, nomeada para exercer interinamente o cargo de professor pad. "J" da cadeira de Canto Orfeônico desta Escola Industrial, por decreto de 6 de março de 1945.

Aos quinze (15) dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e cinco (1945) a srta. Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, nomeada, interinamente, para exercer o cargo de professor padrão "J" da cadeira de Canto Orfeônico desta Escola Industrial, por decreto de 6 do corrente, publicado no Diário Oficial do dia 8 do mesmo mês compareceu perante o sr. Diretor desta mesma Escola para prestar o compromisso legal e tomar posse do referido cargo nesta Escola Industrial de Natal, Rio Grande do Norte. E eu, Ary de Melo Lima, escriturária classe "E", lavrei o presente termo que o sr. Diretor assina com o funcionário nomeado e pelo qual este último se empossado e assume o compromisso de desempenhar fielmente as funções que lhe competem.

Natal, 15 de março de 1945.

*[Assinatura]*  
 Maria de Lourdes Filgueira Guilherme  
 Ary de Melo Lima

Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1945).

A Figura 14 ilustra o termo de posse, manuscrito assinado pela professora Lourdes Guilherme quando tem início a sua carreira docente na EIn.

Termo de posse e exercício de Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, nomeada para exercer interinamente o cargo de professor pad. "J" da cadeira de Canto Orfeônico desta Escola Industrial, por decreto de 6 de março de 1945.

Aos quinze (15) dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e cinco (1945) a srta. Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, nomeada, interinamente, para exercer o cargo de professor padrão "J" da cadeira de Canto Orfeônico desta Escola Industrial, por decreto de 6 do corrente, publicado no Diário Oficial do dia 8 do mesmo mês compareceu perante o sr. Diretor desta mesma Escola para prestar o compromisso legal e tomar posse do referido cargo nesta Escola Industrial de Natal, Rio Grande do Norte. E eu, Ary de Melo Lima, escriturária Classe "E", lavrei o presente termo que o sr. Diretor assina com o funcionário nomeado e pelo qual este último se empossado e assume o compromisso de desempenhar fielmente as funções que ele competem.

Natal, 15 de março de 1945

Jeremias P. da Câmara Fo.  
 Maria de Lourdes Filgueira Guilherme  
 Ary de Melo Lima

Ainda sobre a natureza de sua contratação como professora de práticas educativas, Silva (2019, p. 176), em seus escritos, afirma: “na maioria dos casos, que, inicialmente, esses professores foram contratados em caráter provisório e transferidos, posteriormente, para o quadro efetivo, por determinação da Lei Federal”. Esse o caso de Lourdes Guilherme (Ver Figura 15).

Figura 15 – Registro funcional da servidora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme

REGISTRO FUNCIONAL DO SERVIDOR									
NOME <b>MARIA DE LOURDES FILGUEIRA GUILHERME</b>					MATRICULA <b>231.414</b>				
CARGO OU FUNÇÃO <b>PROFESSOR</b>					E. CIVIL <b>SOLTEIRA</b>		DATA NASC. <b>9/8/1911</b>		
ADMIS. READM. 1	TRANSF. REMOÇ. 2	APOSENT. DISPEN. 3	PROMO. MELHOR. 4	ELOGIO PENAL. 5	LICENÇA 6	FALTAS INJUSTIF. 7	FÉRIAS 8	GRATIFIC. 9	DIVERSOS 10
<b>HISTÓRICO</b>									
1	Foi nomeada por decreto de 21/6/938, para exercer, interinamente, o cargo de Professora do Coro Orfeonico da Escola Normal de Natal. Assumiu o exercício deste cargo no dia 7/7/938,								
3	Foi exonerada do cargo de Professora do Coro Orfeonico da Escola Normal de Natal, em 15/3/945,								
1	Nomeada por decreto de 6/3/945, para exercer, interinamente, o cargo de Professor padrão "J". (Canto Orfeonico B.I.Natal - D.E.I. - D.N.E.). Assumiu o exercício no dia 15/3/945. Foi efetivada neste mesmo cargo, na forma do artº 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a partir de 18 de setembro de 1946, cuja publicação foi feita no Diario Oficial de 21 de junho de 1949.								
8	Goza de férias escolares.								

Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1949).

Nome. Maria de Lourdes Filgueira Guilherme  
 Matricula. 231.414  
 Cargo ou função. Professor  
 E. Civil. Solteira  
 Data de Nasc. 9/8/1911

1. Foi nomeada por decreto de 21/6/938, para exercer, interinamente, o cargo de Professora de Coro Orfeonico da Escola Normal de Natal. Assumiu o exercício deste cargo no dia 7/7/938.  
 3. Foi exonerada do cargo de Professora do Coro Orfeonico da Escola Normal de Natal, em 15/3/945.

1. Nomeada por decreto de 6/3/945, para exercer, interinamente, o cargo de Professor padrão “J”. (Canto Orfeonico E.I.Natal - D.E.I. - D.N.E.). Assumiu o exercício no dia 15/3/945. Foi efetivada neste mesmo cargo, na forma do artº 23 de Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, a partir de 18 de setembro de 1946, cuja publicação foi feita no Diário Oficial de 21 de junho de 1949.

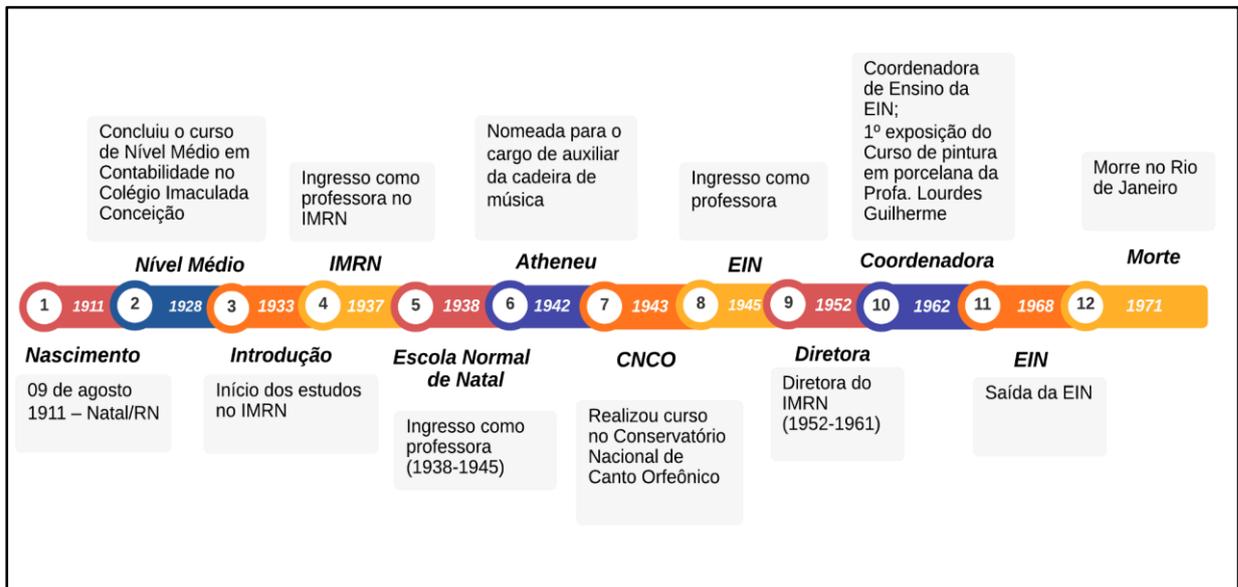
8. Goza de férias escolares.

Prosseguindo nas discussões sobre o CNCO, instituição criada por meio do Ministério da Educação e Saúde através do Decreto-Lei n.º 4.993, de 26 de novembro de 1942, tinha o objetivo de formar professores de nível primário e secundário para o ensino de Canto Orfeônico e, por meio dessa disciplina, preservar a música de caráter patriótico e o canto popular. De acordo com Santos, Ferronato e Mecenas (2019, p. 7), “os três primeiros cursos denominavam-se ‘de Férias’ (realizado em 2 meses); ‘de Emergência’ (processado em 1 semestre ou em 1 ano); e ‘de Especialização’ (efetivado em 2 anos)”.

O Conservatório Nacional de Canto Orfeônico serviu como modelo de currículo para os demais conservatórios que surgiram posteriormente pelo Brasil. Entretanto, ele teve suas atividades encerradas em 1967.

Em síntese, a Figura 16 ilustra os principais acontecimentos do seu itinerário formativo e profissional.

Figura 16 – Linha do tempo



Fonte: Imagem elaborada pela autora (2022).

Lourdes Guilherme era referenciada por seus ex-alunos e colegas (MEDEIROS NETA; SILVA, 2017) como uma mulher com forte presença de espírito e competência profissional, sendo essas características possivelmente, um dos motivos que levaram seus colegas de trabalho a escolherem-na como coordenadora de ensino da EIN no ano de 1962. “Essa escolha evidencia o lugar político-social assumido pela educadora Lourdes Guilherme no interior da EIN, num tempo em que a presença das professoras em espaços de poder no interior dessa instituição de ensino era inexistente” (MEDEIROS NETA; SILVA, 2017, p. 162).

Enquanto professora da instituição, estava envolvida tanto em atividades além da sala de aula como na organização de eventos cívicos e religiosos. Esses últimos direcionados à organização de sacramentos e festas litúrgicas ligadas ao catolicismo.

A *práxis* profissional da professora Lourdes Guilherme era perpassada por um dúbio fim: os bastidores e os holofotes, tendo em vista que as atividades se organizavam em aulas, ensaios e, finalmente, em apresentações públicas, sejam internas à instituição ou mesmo nos festejos para a sociedade.

as aulas ministradas pela professora Lourdes Guilherme na Escola Industrial visavam, sempre, às apresentações públicas: solenidades de diplomação, recepção a visitantes ilustres, comemorações alusivas ao aniversário da escola, horas cívicas do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha e até os desfiles de 7 de setembro (MEDEIROS, 2011, p. 52).

No período republicano, era comum que inúmeras festividades remetendo aos princípios cívicos ocorressem no âmbito escolar entrelaçando-se com o calendário civil e educativo.

Nesse contexto, a professora Lourdes Guilherme tinha o protagonismo assumido pela sua atuação em uma área que sintetizava os preceitos do momento. Da música abundavam ensinamentos aos cidadãos, cumprindo o papel de entreter e moldar os gostos, comportamentos ditos civilizados. Sobre sua imagem e imponência, no que diz respeito à atuação profissional na EIN, o relato do teste vocal do estudante Eufrásio Trindade da Silva elucida a representação em torno dela:

Estava com 16 anos e cursava a 3ª série quando entrara em contato com ela pela primeira vez. A experiência não fora das mais tranquilas, afinal de contas, nunca havia cantado em público antes. E ainda mais ali, diante daquela mulher alta, magra, enérgica, munida de uma batuta e de um diapasão, insistindo para que ele cantasse alguma coisa! (MEDEIROS, 2011, p. 51).

O estudante Eufrásio Trindade da Silva ilustra o papel desempenhado pela referida professora, no qual sua rigidez e autoridade ficam evidentes. “Sua presença de espírito, postura e competência profissional eram traços tão fortes nessa comunidade escolar que seu nome é mencionado por todos quantos conviveram com ela” (MEDEIROS, 2011, p. 52). A descrição da professora Lourdes Guilherme como figura próxima aos alunos, contudo rígida e disseminadora de valores morais e patrióticos, princípios estabelecidos pela sociedade brasileira no início do século XX, é constantemente mencionada nos escritos que fazem referência à EIN.

Posto isso, é importante ressaltar o contexto que envolveu a prática docente dessa professora e a inclusão obrigatória do canto orfeônico no ensino público. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela transição da Primeira República para a Segunda República, período evidenciado pela ascensão do presidente Getúlio Vargas e pela maior centralização de poder. “Essa ruptura dos moldes administrativos tradicionais fez-se acompanhar de uma revolução cultural que guiou a ideia de construção da Nação Brasileira, pautada por ideais de identidade, unidade, coletividade e progresso” (OLIVEIRA, 2011, p. 15). Em suma, a ideologia nacionalista predominava, a mesma que guiou a organização e o estabelecimento da disciplina de canto orfeônico e as aulas da professora Lourdes Guilherme.

Segundo Oliveira (2011a, p. 51-52):

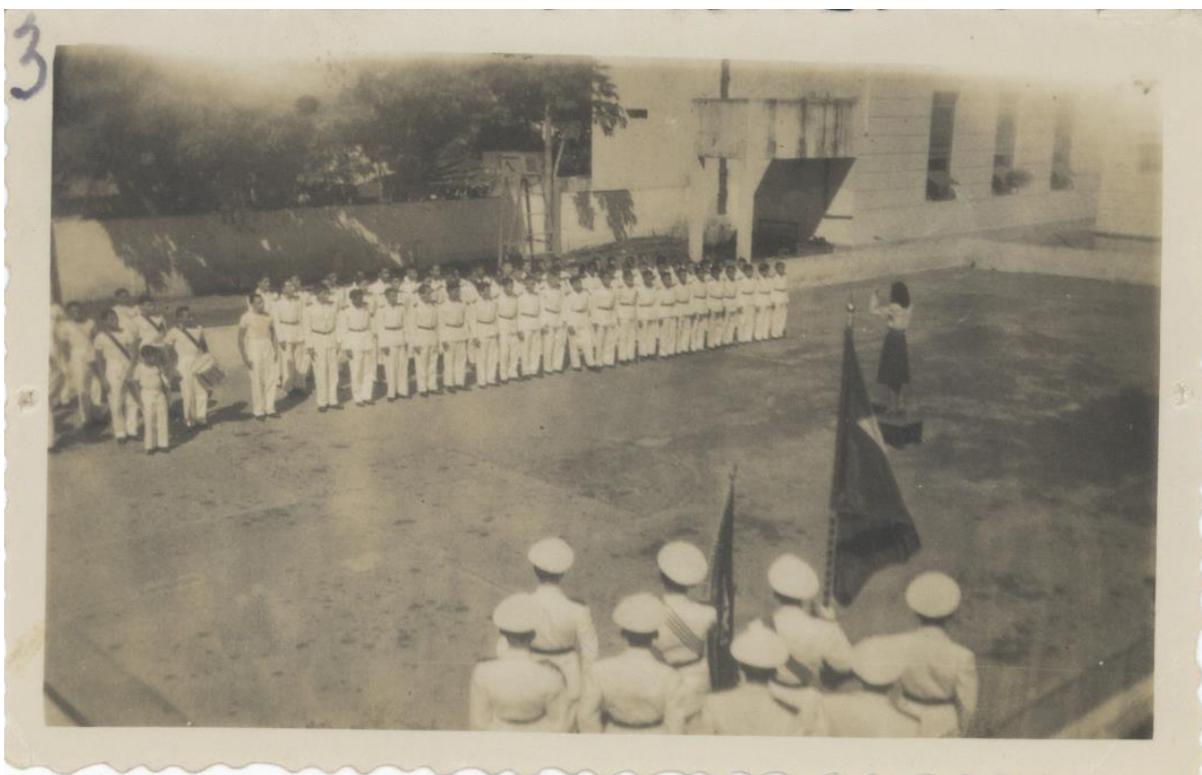
o princípio do plano pedagógico do ensino musical era propagar a música como elemento de cultura e civismo, visando nacionalizar, disciplinar

coletivamente e socializar a juventude através de hinos e canções cívicas patrióticos tanto nas salas de aula como em apresentações de eventos cívicos.

O canto orfeônico era uma ferramenta destinada a formar cidadãos disciplinados e com forte sentimento ufanista. Para isso, os conteúdos aprendidos nas aulas faziam referências a canções folclóricas e hinos patrióticos com o propósito de realizar grandes apresentações em eventos cívicos e religiosos. Em sua atuação educativa, Lourdes Guilherme efetivava fortemente esses conteúdos (Figura 17 e 18).

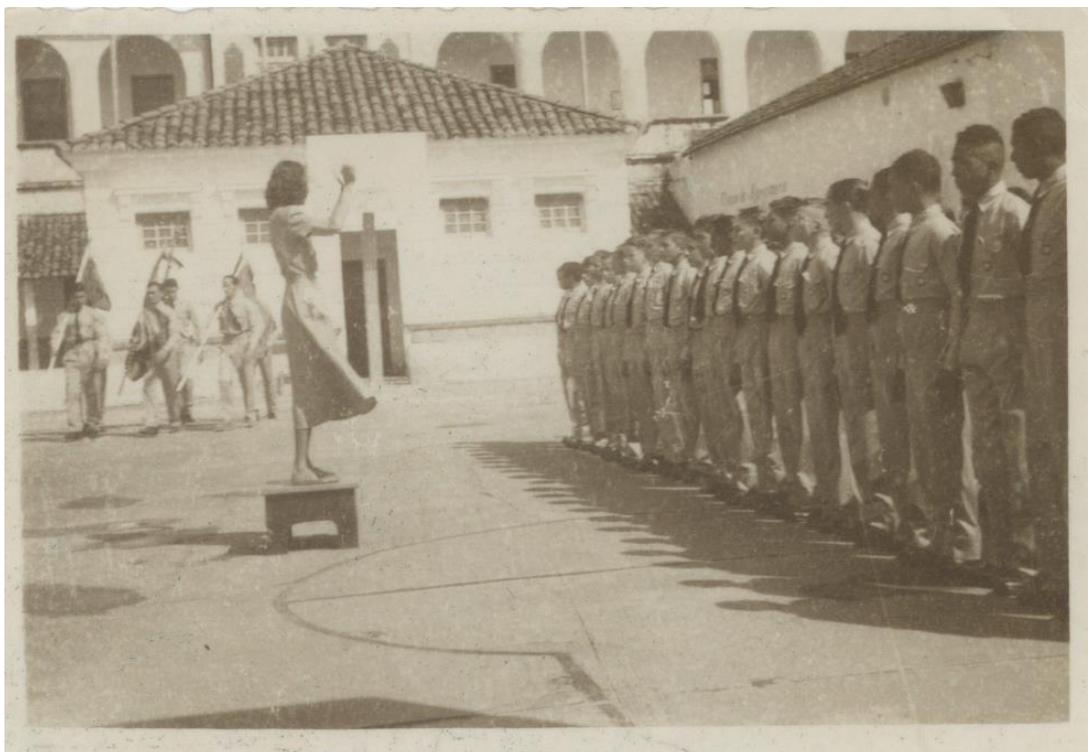
A atuação de Lourdes Guilherme em um dos momentos cívicos realizados no pátio do prédio da Rio Branco, da Escola Industrial de Natal (Figura 17 e 18), demonstra seu protagonismo e seu pioneirismo enquanto professora, em uma escola com a clientela formada apenas por meninos e com corpo docente majoritariamente masculino, assim como sua relevância na área, com autonomia e segurança em suas práticas profissionais.

Figura 17 – Profa. Lourdes guarda de honra, a banda e alunos em forma, cantando o hino nacional, em uma hora cívica, na quadra da antiga E.I.N. no ano de 1946



Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1946).

Figura 18 – Professora Lourdes e alunos da EIN, após uma hora cívica, cantando o Hino Nacional



Fonte: Elaborado a partir do Arquivo Geral do IFRN (19--).

A análise atenta das fotografias (Figura 17 e 18) possibilita discernir, sem dificuldade, a figura da professora Lourdes Guilherme, única mulher na cena, no que parece ser uma de suas atividades ordinárias do seu fazer. Apesar da pretensa casualidade do registro, que evidencia a chegada ou deslocamento de parte da banda, a professora Lourdes Guilherme, ao reger a outra parte dos rapazes, demonstra uma presença rígida, que se coloca em um patamar mais elevado que os aprendizes com o auxílio de um banco, posição que representa hierarquia e autoridade, qualidades esperadas de uma maestrina.

Os discentes, por sua vez, estão todos fardados, posicionados com peito estufado, braços junto ao peito, rigidamente perfilados em frente à professora e sob o seu comando, em posição de subordinação e direta alusão ao militarismo, preceito relacionado à prática do canto orfeônico.

A respeito do poder disciplinar presente nas escolas, em particular a EIN, Foucault (2012) afirma que, com o passar dos séculos e a chegada da Idade Moderna, o castigo, punição física, foi substituído pela “disciplinarização da alma” e o carrasco foi substituído por médicos, psiquiatras, guardas e educadores, colocando a escola como uma importante instituição disciplinar.

Foucault (2012, p. 133) entende que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”, princípios desejados para a classe trabalhadora e executados nas instituições de ensino através de alguns mecanismos, entre eles os de obediência estabelecidos com o militarismo, ordem e progresso, e a prática educativa do Canto Orfeônico.

A Escola Industrial de Natal, a partir de 1942, passou por mudanças em sua estrutura, acompanhando o mesmo processo ocorrido na educação profissional no Brasil, com a incidência da denominada Reforma Capanema. As relações de poder estavam impressas pelas práticas disciplinares:

A especificidade da disciplina está na produção de uma docilidade e eficiência, servindo-se da domesticação e da moralização. Não basta punir! É preciso vigiar, corrigir, reeducar, organizando o tempo e o espaço e formulando novas técnicas de vigilância. A pretensão: manter o poder sempre invisível, porém sempre potencialmente presente, sem precisar recorrer às imagens religiosas. Assim, no contexto da Modernidade, a escola se encaixa como uma das instituições que, fazendo uso da racionalidade, assume um lugar antes fortemente influenciado pelo modelo religioso, conhecido pelas constantes demonstrações de força para que as regras fossem observadas. (GURGEL, 2007, p. 27).

Além do aspecto infraestrutural da EIN, a música e o seu ensino eram excelentes ferramentas do disciplinamento do corpo. Os ensaios em si, a postura requerida, o ritmo, a cadência, o tempo, exigiam do estudante o controle de seus corpos, e, da professora, a vigilância e punição destes. A Figura 19 ilustra a professora Lourdes Guilherme durante uma aula de canto orfeônico na Escola Industrial de Natal e o controle e a vigilância empregados sobre os estudantes.

Figura 19 – Profa. Lourdes Guilherme regendo o canto orfeônico na Escola Industrial de Natal (1945-1955)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN, *Campus Natal Central* (1945; 1955).

Ainda sobre o teor disciplinador do canto orfeônico, o ex-aluno João Maria Cortez, discente da Escola Industrial de Natal entre os anos de 1959 e 1962, lançou mão de suas memórias sobre uma das práticas comuns à professora Lourdes Guilherme, a organização de apresentações em eventos cívicos:

eu me lembro que ela ensaiou isso bastante com os alunos de todas as séries da escola e no desfile de 7 de Setembro todos nós que íamos na marcha cantávamos. Era uma coisa assim que não existia na época [...], era apenas marchar acompanhado da banda. Cantamos em um percurso na Avenida Deodoro com essa música ensaiada [...], praticamente todas as aulas eram pra ensaiar e ela não queria que desentoesse, entendeu? *Ela olhava aluno por aluno, assim, nos olhos, pra ver quem tava cantando certinho* [...]. Eu posso até solfejar um pouco a letra. Era bem assim: Estudante Industrial/ sua missão é a maior missão / trabalhar pela verdade e por sua geração / marchar, marchar pra frente / lutar incessantemente / a vida ensinar / ideias avançar / e assim será bem maior / o seu valor varonil (MEDEIROS, 2011, p. 52-23, grifo nosso).

Nota-se por meio do trecho extraído dos escritos de Medeiros (2011) o poder disciplinador estabelecido por Lourdes Guilherme, que através de seu olhar coercitivo estabelece poder manipulador sobre os corpos, gestos, elementos e comportamentos (FOUCAULT, 2012).

Ainda no que diz respeito às escolhas estabelecidas por Lourdes Guilherme enquanto professora de canto orfeônico, as fontes consultadas demonstram a presença de cânticos folclóricos e patrióticos no repertório trabalhado com os estudantes, assim como a música erudita.

A compra e a consulta de materiais didáticos para EIN, descritos nos quadros 6 e 7, entre 1949 e 1951, evidenciam o forte interesse pela música erudita através da aquisição de discos de vitrola de compositores como Beethoven, Johann Sebastian Bach, Edvard Grieg, Chopin, Francesco Paolo Tosti, entre outros de mesma estirpe.

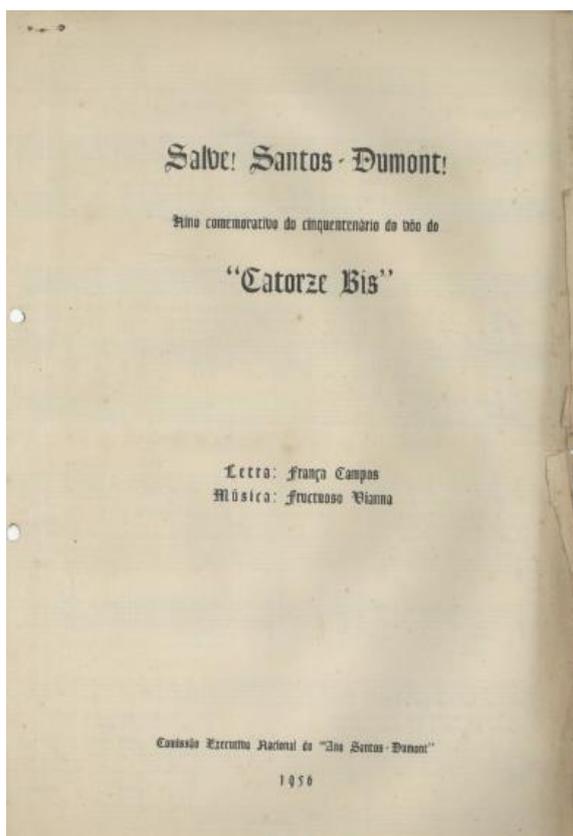
Contudo, canções cívico-patrióticas também faziam parte das aquisições, no documento “Gravações que irão integrar a discoteca da escola<sup>50</sup>”, de 1951, como é o caso do Hino Nacional Brasileiro. Em outra fonte, correspondência direcionada ao diretor da EIN por Octávio Martins, Chefe da SAI<sup>51</sup>, é enviado o hino “Salve! Santos Dumont” para execução em comemoração à semana Santos Dumont, relacionada ao cinquentenário do voo do 14 Bis (Figuras 20 e 21).

---

<sup>50</sup> Disponível no Arquivo Geral do IFRN.

<sup>51</sup> Sigla não identificada durante a pesquisa.

Figura 20 – Capa da partitura (1956)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1956).

Figura 21 – Partitura (1956)

Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1956).

Com a ascensão de compositores nacionais, a música produzida por eles também chegava à instituição escolar corroborando o nacionalismo presente em outros âmbitos sociais. Esse aspecto é reconhecido desde as práticas no início do século XX e tem sua intensificação nas décadas seguintes, com a emergência do canto orfeônico, do qual Maria de Lourdes Guilherme era representante no estado potiguar.

### 3.3 ADAGIO OU SOBRE SUA GESTÃO E TRÂNSITOS INSTITUCIONAIS

Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, em seu trânsito social e na configuração educacional norte-rio-grandense, destacou-se por papéis assumidos como gestora de instituições, acumulados com a atuação docente e como maestrina. A partir de sua formação, a professora prestou valorosa contribuição à educação atuando no ensino de Piano e Canto Orfeônico em diversas instituições do Estado do Rio Grande do Norte, entre as quais estão: o Atheneu Norte-Riograndense (1942-?), a Escola Normal de Natal (1938-1945), a Escola

Doméstica<sup>52</sup>, a Escola Industrial de Natal (1945-1968) e o Instituto de Música do Rio Grande do Norte (1937-1961). Além disso, ministrou cursos de pintura em porcelana, realizou exposições artísticas em várias instituições da capital (Figura 22) e exerceu cargos de cunho administrativo, tendo sido Coordenadora de Ensino e substituído o diretor da EIN e a diretora do IMRN.

Figura 22 – 2ª Exposição do curso de pintura em porcelana Lourdes Guilherme



Fonte: *A Ordem* (1963).

No que diz respeito ao seu trabalho como artista visual, Lourdes Guilherme renovou o cenário artístico na década de 1960 com os seus trabalhos de pintura em porcelana e azulejos e com a criação do I Curso de Pintura em Porcelana da cidade de Natal. Realizou, em conjunto com suas alunas, diversas exposições na capital potiguar, Escola Doméstica, Escola Industrial e na galeria de arte da Prefeitura de Natal. Para tanto, fez alguns cursos de aperfeiçoamento no Rio de Janeiro com a professora Gilda Morais, chefe de cerâmica da Escola Técnica Nacional, e com a professora Hilda Sódre (LOURDES, 1962).

---

<sup>52</sup> Não foi possível determinar o período exato de atuação da professora Lourdes Guilherme na Escola Doméstica de Natal por falta de dados para a análise.

Sobre a primeira exposição do Curso Particular da Professora Lourdes Guilherme, o jornal *A Ordem* discorre:

O que vimos na Exposição inaugural sábado último, na Escola Industrial de Natal, foi algo realmente belo e digno de nota. A professora Maria de Lourdes Guilherme, a criatura que nasceu para vencer, portadora de inegáveis qualidades de direção, e capacidade artística, fundou em Natal o I Curso de Arte Plásticas, no setor da pintura à porcelana. Com apenas 6 meses de funcionamento já deu ao público e aos incrédulos, uma demonstração irrefutável de sua força criadora (EXPOSIÇÃO..., 1962).

No tocante ao seu curso particular e às exposições realizadas em conjunto com suas alunas, damas da sociedade potiguar, o jornal *Diário de Natal* publica no dia 18 de julho de 1964:

e sobre a personalidade marcante de Lourdes Guilherme e da sua arte que eu pretendo dizer do meu encantamento na sua última exposição no salão de arte e cultura da Prefeitura. Figura popular das mais queridas, não se vulgarizou. Situou-se na admiração da cidade, em diversos ângulos sociais e artísticos, sem se dizer importante, nem convencida. Para cada elogio ela tem um sorriso ligeiro e simpático (LOURDES..., 1964).

A leitura atenta dessas matérias jornalísticas revela o prestígio alcançado por Lourdes Guilherme não apenas por pertencer a uma família abastada e por atuar como professora e orfeã em diversas instituições da capital potiguar, mas também por atuar como artista e incentivadora das artes plásticas.

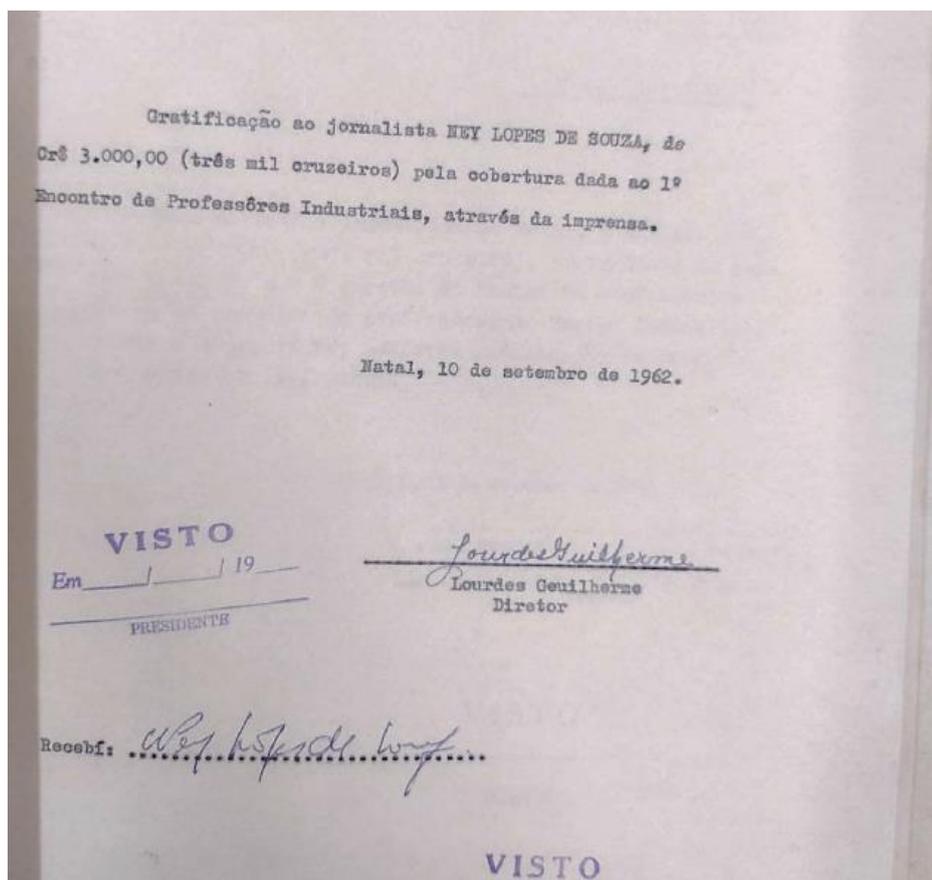
A professora foi “uma das poucas mulheres, entre as funcionárias da Escola Industrial, que tiveram a oportunidade de substituir interinamente o diretor em suas viagens de trabalho à capital” (MEDEIROS, 2011, p. 52), conforme ilustra o trecho extraído do jornal *O Poti*, de 09 de setembro de 1962. Atuou, ainda, enquanto assessora da direção nas ações de natureza pedagógica, cultural e administrativa do estabelecimento de ensino.

Diretor foi atender a liberação de verbas  
Garantia de funcionamento da Escola Industrial - A Federalização da Faculdade de Filosofia  
Viajou ao Rio de Janeiro o Professor Irineu Martins de Lima, Diretor da Escola Industrial que tratará da liberação de verbas para o estabelecimento que dirige e de outros assuntos ligados à Diretoria de Ensino Industrial do Ministério de Educação. Durante a sua ausência a Escola Industrial terá na direção a Professora Lourdes Guilherme (DIRETOR..., 1962).

A matéria discorre sobre uma viagem realizada pelo diretor da Escola Industrial de Natal, na época, Irineu Martins, ao Rio de Janeiro para tratar da liberação de verbas para a EIN e comunica que durante sua ausência a professora Lourdes Guilherme ficará responsável pela

direção da instituição. A referida matéria demonstra a confiança e o prestígio depositados pelo diretor da instituição em Lourdes Guilherme. A Figura 23 ilustra o papel desempenhado pela professora enquanto substituta do Diretor Irineu Martins.

Figura 23 – Documento assinado por Lourdes Guilherme durante o seu exercício como Diretora.



Fonte: Arquivo Geral do IFRN (1962).

As referências sobre a professora Lourdes Guilherme durante a década de 1960 nos periódicos consultados para a construção desta dissertação, *Diário de Natal*, *A Ordem* e *O Poti*, têm predominância de matérias relacionadas às exposições do curso particular realizado por ela para as damas da sociedade natalense, pintura em porcelana. Também são abordados temas de ordem administrativa, não existindo, porém, menção às apresentações musicais realizadas por ela, gerando alguns questionamentos.

Ancorados na legislação do ensino de música no Brasil, observamos que, na década de 1960, mais precisamente em 1961, através do Decreto n.º 51.215, o ensino de canto orfeônico acabara sendo substituído no currículo escolar pela Educação Musical e, mais tarde, pela

Educação Artística<sup>53</sup>, sendo esta uma possível justificativa para o desaparecimento das apresentações de canto orfeônico, organizadas pela professora Lourdes Guilherme, nos periódicos locais.

Outro ponto a ser discutido é o hiato de informações sobre os últimos anos de vida de Lourdes Guilherme, não existindo menção sobre as atividades desenvolvidas por ela depois de 1969, algo que impossibilita compor sua última viagem.

A melodia composta por Maria de Lourdes Filgueira Guilherme chegou ao seu fim no dia 10 de fevereiro de 1971, no alto de seus 59 anos de idade, no Hospital dos Servidores Públicos, em Guanabara-RJ. Ela foi sepultada na cidade do Natal no dia 12 de fevereiro do mesmo ano. Sua morte foi noticiada no *Diário de Natal* com homenagens e forte comoção da sociedade.

Professora Lourdes Guilherme

Saindo o féretro da Capela do Colégio da Imaculada Conceição, realizou-se na tarde de ontem, com um grande acompanhamento, o sepultamento da professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, falecida no dia 11, no Hospital dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro. A professora Lourdes Guilherme que se encontrava hospitalizada desde outubro último, era membro do Centro Social Parde Perestrelo, no Morro de Mãe Luiza, onde se distinguiu pelo trabalho social desenvolvido junto às famílias pobres. Era também presidente da Associação das Ex-Alunas Dorotéias e professora de Canto Orfeônico da Escola Técnica Federal. Em Natal, a professora Lourdes Guilherme se notabilizou também pelos cursos de pintura em porcelana que ministrou, a um sem número de turmas. Nascida em Natal e falecida aos 59 anos de idade a professora Lourdes Guilherme era filha do casal Theodorico Guilherme Coelho Caldas e Susana Filgueira Guilherme, falecidos (PROFESSORA..., 1971).

A ETFRN também prestou sua homenagem a Lourdes Guilherme. O trecho transcrito a seguir foi escrito pelo professor Nivaldo Ferreira<sup>54</sup>, sem data definida, *Homenagem póstuma à professora Lourdes Guilherme*:

Em nome do Sr. Presidente do Conselho de Representantes; em nome do Sr. Ditetor e de todos que fazem a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, aqui estou, querida e amada mestra, para prestar-lhe mais uma homenagem que você, ausente no Corpo Vivo, recebe nesta hora. Não será esta a última homenagem, pois essa demorar-se-á muito, no tempo e no espaço, antes de ser conhecida por você, pois, enquanto existir um aluno que foi lapidado pelas suas mãos de artista; enquanto viver um servidor que foi

<sup>53</sup> Informação obtida em um documento institucional da Escola Industrial de Natal, Portaria n.º 104-sDr, de 21 de março de 1968, onde classifica a educação física, educação religiosa e educação artística como matérias integrantes das práticas educativas.

<sup>54</sup> Nivaldo Ferreira da Silva ingressou na ETFRN no ano de 1970 como professor de história e mais tarde foi o primeiro diretor da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da ETFRN, atual IFRN *Campus Mossoró*.

alvo dos raios penetrantes da sua caridade; enquanto houver um colega que recorde a sinceridade e a ação, características de sua vida, você, professora Lourdes, será homenageada nêles. [...] Por tudo isto e muito mais, professora Lourdes, que a emoção do momento nos faça esquecer, certamente, a ETFRN é sumamente grata a você. Mas; não somente pelo seu trabalho, pelo seu ardor, entusiasmo e doação pessoal no desempenho de suas funções, como também, pela perfeita identificação que sempre existiu entre você e a nossa escola. Ver uma, era ver a outra (Arquivo Geral do IFRN, 1972?).

O trecho ilustra a importância da figura de Lourdes Guilherme para a ETFRN. Ao longo de um texto de três páginas, a professora é descrita pela execução exímia de suas atribuições, por sua personalidade marcante e caridosa e pela forte ligação com a instituição que trabalhou por 23 anos: “não se podia conceber Lourdes Guilherme dissociada da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e não se poderá, jamais pensar na ETFRN, exaltar-lhe os efeitos e escrever sua história, excluindo esta profetisa” (Arquivo Geral do IFRN, 1972?).

Sua participação atuante lhe rendeu uma posição social respeitável e o reconhecimento pelos serviços prestados. Em Natal, instituições e espaços públicos a colocam como patronesse, a fim de reconhecer seu prestígio e de homenagear tanta dedicação ao ensino de Música e à Arte. Entre as instituições, destacam-se: a Escola Estadual Lourdes Guilherme, instituição criada a partir do Decreto n.º 7.488, de 17 de novembro de 1978, localizada no Bairro de Neópolis (Figura 24); a Praça Professora Lourdes Guilherme, no Bairro de Lagoa Nova; o Coral Professora Lourdes Guilherme<sup>55</sup> do IFRN *Campus* Natal-Central (Figura 25), criado em maio de 1975; o Clube de Mães Lourdes Guilherme, fundado no ano de 1973, criado para promover a sociabilidade entre as senhoras do Bairro de Mãe Luiza; e o nome de uma sala na Escola de Música da UFRN.

---

<sup>55</sup> O Coral Professora Lourdes Guilherme foi criado pelo Padre Pedro Ferreira da Costa em 1975 e era inicialmente formado apenas por vozes masculinas, incluindo, posteriormente, a participação feminina, em 1979.

Figura 24 – Escola Estadual Lourdes Guilherme



Fonte: Imagem do acervo da autora (2022).

Figura 25 – Coral Professora Lourdes Guilherme



Fonte: Portal da memória IFRN (1970).

Por conseguinte, a professora se notabilizou a ponto de sua história de vida social e profissional confundir-se com a da sociedade norte-rio-grandense, principalmente com a da

educação e das instituições de ensino em que atuou no período. É, portanto, um personagem histórico de relevância. Halbwachs (1990, p. 78) afirma:

Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificam a vida de uma nação. Ela se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas, devido a que ela retém somente os fatos que interessam ao conjunto dos cidadãos, ou, se o quisermos, aos cidadãos como membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo que seja muito detalhada, ajude-nos a conservar e encontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico.

Esse é o caso de Lourdes Guilherme, personagem histórica da cidade de Natal, tendo sido professora de Piano e Canto Orfeônico em várias instituições educacionais, exercendo funções administrativas com desenvoltura excepcional e marcando o cenário artístico, não só com a música, mas também com a pintura. Assim, sua trajetória denota um importante período histórico do Rio Grande do Norte e do Brasil. A professora e maestrina usou de todas as possibilidades de atuação social que lhes foram permitidas.

É chegado o momento final, conclusão dos ensaios rumo à apresentação final, instante no qual se concretizam todos os ensejos, os planos e as configurações, desenhados com dedicação por seus componentes, tendo por protagonista a professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme.

#### 4 CODA FINAL: UM DESFECHO NECESSÁRIO

“ – Esta menina tem umas *ideias!* [...] Acostumada a pensar por si, a viver isolada, criara para o seu uso ideias e preconceitos próprios, às vezes largos, às vezes ousados, e que pecavam principalmente pela excessiva marca de casa” (QUEIROZ, 2012, p. 2).

Nesse trecho de *O quinze*, livro originalmente publicado em 1930, Rachel de Queiroz narra as histórias de vários personagens marcados pela grande seca que assolou o Nordeste em 1915. Entre as histórias, temos o percurso de vida de Conceição, uma professora normalista, e de sua avó, dona Inácia. Essa epígrafe descreve a visão que dona Inácia tinha de sua neta, moça de ideias modernas, que, com 22 anos, não falava em casamento.

Observa-se o desconforto da avó com o fato de sua neta, a professora Conceição, ter pensamentos, ideias e preconceitos próprios, dado que não era conveniente a mulher pensar por si, afinal, deveria aceitar tudo que a ela era imposto. Esse pequeno trecho ilustra o enredo vivenciado por muitas mulheres ao longo dos séculos: aceitar, obedecer, abnegar, entre tantos outros infinitivos. Raquel de Queiroz (2012) descreveu por meio da professora Conceição e da sua avó as lutas travadas entre mulher e sociedade.

Não podemos afirmar que Conceição, personagem de *O quinze*, seja uma representação fiel de Lourdes Guilherme – embora compartilhem a mesma profissão, professora, e coabitem o mesmo tempo e espaço, Nordeste no início do século XX –, uma vez que o espaço social ocupado por elas era diferente. A primeira levava uma vida humilde e a segunda tinha uma posição socioeconômica favorável. Ainda assim, no que diz respeito ao seu posicionamento atuante e até ousado para a época, as duas personagens se assemelham.

É dessa forma que chegamos ao iminente final, instante no qual se concretizam todos os anseios, materialização dos estudos/ensaios realizados ao longo desta pesquisa. Com o auxílio das fontes e das referências bibliográficas, recompomos a canção vivenciada por Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, afinamos os instrumentos, regemos o ritmo, a melodia e garantimos a harmonia da apresentação final.

Nesta *coda* final, que se coloca como desfecho necessário, retomamos a **questão de pesquisa** que guiou a construção deste texto dissertativo: quais as contribuições da Professora e Maestrina Lourdes Guilherme para o Ensino de Música e a educação norte-rio-grandense a partir de sua atuação na Escola Industrial de Natal entre 1945 e 1968? Com base nesse

questionamento, destacamos que Lourdes Guilherme prestou seus serviços à educação norte-rio-grandense a partir da música, do ensino do canto orfeônico na Escola Industrial de Natal, mas também em outros espaços educativos, além de desempenhar atividades de cunho administrativo.

Ademais, é importante registrar que Lourdes Guilherme foi precursora na docência da música, na regência de classes majoritariamente masculinas, tal como as que constituíam a Escola Industrial de Natal – um provável contraponto às classes femininas ou mais heterogêneas das demais instituições de sua atuação docente, Instituto de Música do Rio Grande do Norte, Escola Normal de Natal, Atheneu Norte-Riograndense, Escola Doméstica e Colégio Estadual do Rio Grande do Norte.

Por conseguinte, importa-nos apresentar algumas considerações acerca da pesquisa. Podemos afirmar que Lourdes Guilherme esteve intrinsecamente relacionada às transformações do ensino de música no Brasil, compondo, enquanto agente formativo, o ideário estadonovista em seu percurso nas instituições que a formaram profissional com inserção na música. Desse momento, destaca-se o Canto Orfeônico como fundamento de seu programa de ensino durante sua escolarização secundária.

De modo análogo, evidenciamos seu entrelaçamento com o Ensino da Música na Escola Industrial de Natal, em que foi requerida a docência essencialmente do Canto Orfeônico no Curso Industrial a partir da promulgação do Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecida como Lei Orgânica do Ensino Industrial, instituindo a educação musical como obrigatória até a idade de dezoito anos, sendo ministrada enquanto prática educativa por meio de aulas e exercícios do canto orfeônico. Esse cenário a incluiu como docente de tal instituição.

No que diz respeito ao desempenho de suas atividades, a professora é sempre lembrada por sua competência e rigidez no exercício da docência em música. Uma importante fonte para a construção dessa composição foram os periódicos *Diário de Natal*, *O Poti* e *A Ordem*. Seus artigos sempre faziam menção a Lourdes Guilherme como uma mulher de muitos predicados, generosa, talentosa e inovadora do cenário artístico, fato que a coloca como importante personagem da história do ensino de música na cidade do Natal-RN, mas, principalmente, uma figura de resistência e determinação em um contexto muito masculinizado, particularmente no Ensino Industrial.

Nesse sentido, podemos afirmar que a sociedade e o contexto profissional impunham a Lourdes Guilherme a representação de mulher rígida e até inflexível na tentativa de se fazer respeitada em um espaço de trabalho predominantemente masculino, uma vez que até o ano de

sua aposentadoria a escola ainda não tinha permitido o ingresso de estudantes do sexo feminino, dispondo apenas de um número diminuto de funcionárias.

Entre suas facetas, a de maetrina demonstrou a imponência e técnica necessárias ao exercício da regência de grupos compostos por jovens, pretensamente formação de indivíduos destinados ao trabalho conforme os moldes pretendidos pela sociedade. Mas Lourdes Guilherme foi além ao demonstrar proficiência como professora, maetrina, artista visual e gestora.

Dessa forma, ela passou a ser reconhecida pela sociedade potiguar pelo seu real valor no campo musical, tendo desde então sido alçada à patronesse dos seguintes espaços públicos e de sociabilidades: Escola Estadual Lourdes Guilherme, instituição criada a partir do Decreto n.º 7.488, de 17 de novembro de 1978; Coral Professora Lourdes Guilherme<sup>56</sup>, no IFRN-Campus Natal Central, criado em 1975; Clube de Mães Lourdes Guilherme, fundado no ano de 1973, visando a promover a sociabilidade entre as senhoras do Bairro de Mãe Luiza; Praça Professora Lourdes Guilherme, no Bairro de Lagoa Nova.

Como uma aspirante à compositora que alcança o fim de sua 1ª obra, chegamos ao momento do fechamento na certeza de que uma obra nunca estará realmente completa, sempre haverá novos dados e fontes a serem contemplados, e ao momento de planejamento, uma vez que o compositor nunca se satisfaz com uma única obra, é necessário lançar mão de novos indícios e iniciar um novo concerto.

Dessa forma, inferimos que este texto dissertativo ainda dispõe de muitas lacunas a serem respondidas, principalmente quando compreendemos a necessidade de comprometimento dos pesquisadores com a história de mulheres, em razão de sua participação na sociedade sempre ter sido marcada por silenciamentos, o que justificaria a insuficiência de estudos sobre Lourdes Guilherme.

No que diz respeito às lacunas: qual o papel dos jornais da época na disseminação das práticas desempenhadas por Lourdes Guilherme enquanto professora de canto orfeônico?; qual o grau de influência da família Guilherme na sociedade e como isso pode ter influenciado no ingresso e tomadas de decisões de Lourdes Guilherme na EIN?; qual a influência do Partido Integralista Brasileiro nas concepções e métodos adotados no ensino de música, canto orfeônico, na mesma instituição?; qual o entendimento da comunidade escolar quanto à importância do ensino de canto orfeônico na Escola Industrial de Natal?; como ocorreu o ingresso e permanência de docentes e discentes do sexo feminino, dificuldades, aceitação e

---

<sup>56</sup> Informação disponível no Portal do IFRN (<https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/arte-e-cultura/coral-profa.-lourdes-guilherme.html>)

participação nesta escola e qual a relação do estado civil das funcionárias da EIN com o desenvolvimento de suas atribuições profissionais? Esses são apenas alguns pontos que poderão guiar a composição de uma nova canção.

Se as metáforas da música nos serviram de acompanhamento, recorreremos a elas mais uma vez para finalizar o andamento. Finalmente, como numa sinfonia e em seus movimentos, a vida da professora e maestrina Lourdes Guilherme fluiu, perpassando do *allegro* ao *adagio*, subjacente ao *moderatto* sob a *battuta* da mestra.

## REFERÊNCIAS

### Leis e Decretos do governo

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1827]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1909]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1934a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 24.794, de 14 de julho de 1934**. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino do Canto Orfeônico, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1934b]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1942a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm). Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1942b]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1942c]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.993, de 26 de novembro de 1942.** Institui o Conservatório Nacional de Canto Orfônico, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1942d]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4993-26-novembro-1942-415031-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 7.190, de 22 de dezembro de 1944.** Transforma, cria e suprime cargos de professor no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1944]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7190-22-dezembro-1944-378602-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946b]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 9.494, de 22 de setembro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946c]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9494-22-julho-1946-417580-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi revogada pela Lei n.º 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º. Aprovada pelo presidente João Goulart, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [1961a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 51.215, de 21 de agosto de 1961.** Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas Escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País. Brasília, DF: Presidência da República, [1961b]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-51215-21-agosto-1961-390857-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

## **Documentos institucionais, Jornais, Revistas e Fotografias**

1º Ofício de Notas de Natal - RN (2021). **Certidão de nascimento de inteiro teôr - cópia reprográfica** [Certidão de nascimento].

1º Ofício de Notas de Natal - RN (1911). **Certidão de nascimento - cópia reprográfica Maria de Lourdes Figueira Guilherme** [Certidão de nascimento].

A ESCOLA Industrial. **Diário de Natal**, Natal, 18 set. 1962. ed. 06720.

A FESTA do Instituto de Musica. **A Ordem**, Natal, 1 nov. 1936. ed. 372.

A FORMAÇÃO da consciência musical brasileira. **A República**, Natal, 13 jul. 1941.

A SEMANA da pátria - iniciadas as suas comemorações sabado, na Escola Industrial de Natal. **Diário de Natal**, Natal, 05 set. 1949. ed. 01984.

ABERTAS as matriculas no Instituto de Musica. **Diário de Natal**, Natal, 11 fev. 1953, ed. 03152.

ABERTO mais um curso no Instituto de Musica. **A Ordem**, Natal, 12 fev. 1953, ed. 05091.  
ANIVERSÁRIOS. **A Ordem**, Natal, 9 ago. 1945, ed. 022898.

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1914). **Prédio da Avenida Rio Branco** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1945). **Termo de posse** [Documento Institucional].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1945a). **1ª Comunhão dos alunos da EIN** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1945b). **1ª Comunhão dos alunos da EIN** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1946). **Profa. Lourdes guarda de honra, a banda e alunos em forma, cantando o hino nacional, em uma hora cívica, na quadra da antiga EIN no ano de 1946** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1947). **Da esquerda para direita sentados – Paulo Martins, Lourdes, Paulinho e profa. Angelita Marinho na antiga Escola da Av. Rio Branco** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1947). **Prof. Pedro Pinheiro, profa. Lourdes Guilherme, Geraldo Serrano – 1947 – Escola Industrial de Natal** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1947). **Profa. Lourdes Guilherme, prof. Irineu Martins e alunos – 1947 – Escola industrial de Natal** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1949-1954). **Material didático - práticas educativas** [Documentos Institucionais].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1957-1958). **Profa. Lourdes Guilherme regendo o Canto Orfeônico – Escola Industrial de Natal** [Fotografia].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (1972?). **Homenagem póstuma à professora Lourdes Guilherme** [Documento Institucional].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Cadastro pessoal do servidor** [Documento Institucional].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande Do Norte. **Ficha individual** [Documento institucional].

Arquivo Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Profa. Lourdes e alunos da EIN, após uma hora cívica, cantando o hino nacional** [Fotografia].

BERTA Guilherme. **Diário de Natal**, 10 jul. 1951.

BOLSAS de Canto Orfeônico no Conservatório Nacional. **Diário de Natal**, Natal, 13 mar. 1953, ed. 03179.

CBAI. **Boletim da CBAI**, v. XIV, n. 5 e 6, jul./ago. 1960, PR. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212763>. Acesso em 27 mar. 2023.

Clube de Mães Lourdes Guilherme (1983). **Retrato de Lourdes Guilherme** [Fotografia].

COLLEGIO da Immaculada Conceição - Revalidação de diplomas. **A Ordem**, Natal, 27 fev. 1936, ed. 177.

COM O início do ensino religioso na escola de Aprendizes Artífices se inaugura em nosso estado uma obra meritoria que precisa estender-se às escolas primárias, secundárias e normais, segundo estabelece a nossa constituição. **A Ordem**, Natal, 14 mar. 1936 ed. 00191.

CONGREGAÇÃO Mariana de Moços - As festas Commemorativas de seu 17º aniversario. **A Ordem**, Natal, 16 jun. 1935, ed. 00002.

CRIADO o curso técnico na EIN. **A Ordem**, Natal, 22 dez. 1962, ed. 05425.

DIRETOR foi tentar a liberação de verbas Diretor foi tentar a liberação de verbas. **O Poti**, Natal, 9 set. 1962, ed. 01394.

ENCONTRO de professôres do ensino industrial. **A Ordem**, Comentarios sociais, 15 set. 1962, ed. 05411.

ENSINO Industrial Tecnico. **Diário de Natal**, Natal, 17 set. 1962, ed. 06719.

ENTRE No's. **Diário de Natal**, Natal, 28 fev. 1949, ed. 01803.

ENTREGA dos diplomas aos alunos que terminaram o curso Theoria e o Cultura Geral do Instituto. **A Ordem**, Natal, 20 out. 1936, ed. 00362.

ESCOLA de Comercio de Natal - as festas de amanhã. **A Ordem**, Natal, 27 nov. 1936, ed. 00391.

ESCOLA Industrial transformada em Colégio Técnico Industrial. **Diário de Natal**, Natal, 8 jan. 1963, ed. 06808.

ESCOLA Técnica Federal do Rio Grande do Norte - Nota de Falecimento. **Diário de Natal**, Natal, 12 fev. 1971.

EXPOSIÇÃO de louça pintada à mão: galeria. **A Ordem**, Natal, 23 out. 1965, ed. 05666.

EXPOSIÇÃO de pintura à porcelana. **A Ordem**, Comentários sociais, Natal, 22 set. 1962, ed. 05412.

EXPOSIÇÃO de porcelana. **A Ordem**, Natal, 27 jul. 1963, ed. 05554.

FALECEU o sr. Teodorico Guilherme. **Diário de Natal**, Natal, 25 mar. 1950.

FALECIMENTOS (sra. d. Suzana Filgueira Guilherme). **Diário de Natal**, Natal, 11 set. 1949.

FESTIVIDADES na Escola Industrial de Natal. **A Ordem**, Natal, 16 dez. 1947. ed. 03591.

FLORAÇÃO das Pascoas Coletivas. **A Ordem**, Natal, 12 jun. 1948, ed. 03732.

HOMENAGEM à diretora do Instituto de Música: regosijo pelo restabelecimento da prof. Lourdes Guilherme – audição no salão nobre daquele estabelecimento. **Diário de Natal**, Natal, 19 jul. 1953, ed. 03310.

HOMENAGEM a Lourdes Guilherme. **Diário de Natal**, Natal, 8 maio 1971, ed. 09124.

INAUGURAÇÃO das novas instalações. **Diário de Natal**, Natal, 5 set. 1952, ed. 03001.

INDICADOR Profissional. (1939, outubro). **Som**, Natal, n. 12, out. 1939.

INDICADOR Profissional. **Som**, Natal, n. 13, fev. 1940.

INFORMAÇÃO. **A Ordem**, Natal, 17 dez. 1966, ed. 05722.

INSTALADO, ontem, o 1: Clube das Donas de Casa - interessante iniciativa do SAPS e do SAM. **A Ordem**, Natal, 28 jul. 1948, ed. 03769.

INSTALADOS os primeiros Departamentos Diocesanos de Ação Católica. (1946, 28 de outubro). **A Ordem**, Natal, 28 out. 1946.

INSTITUTO de Musica - exames de junho. **A Ordem**, Natal, 10 jun. 1937, ed. 544.

INSTITUTO de Musica do Rio Grande do Norte - entrega de diplomas. **A Ordem**, Natal, 28 out. 1936, ed. 00369.

INSTITUTO de Música do Rio Grande do Norte: entrega de diplomas. **A Ordem**, Natal, 28 out. 1936.

JUVENTUDE, etc. **A Ordem**, Natal, 6 set. 1943, ed. 02355.

LOURDES Guilherme fez curso de decoração: porcelana. **Diário de Natal**, Natal, 8 fev. 1962, ed. 06542.

MISSÃO artística Musical. **Diário de Natal**, Natal, 12 out. 1952, ed. 03038.

Museu Villa-Lobos (1953). **Carta escrita por Lourdes Guilherme endereçada à Arminda Villa-Lobos, em 1953** [Carta].

NOMEADO diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico do Departamento N. de Educação. **A Ordem**, Natal, 5 jan. 1943, ed. 02157.

O DIA da Bandeira na Escola Industrial. **Diário de Natal**, Natal, 23 nov. 1951, ed. 02732.

OBJETIVO das doroteias é construir a sede própria. **Diário de Natal**, Natal, 1969.

PALÁCIO do Governo. **A Ordem**, Natal, 16 jun. 1938, ed. 837.

PALÁCIO do Governo. **A Ordem**, Natal, 7 abr. 1942, ed. 01942.

PALÁCIO do Governo. **A Ordem**, Natal, 22 fev. 1945, ed. 02775.

PALÁCIO do Governo. **A Ordem**, Natal, 26 mar. 1943, ed. 02223.

PALÁCIO do Governo. **A Ordem**, Natal, 3 nov. 1942, ed. 02109.

PASSADO musical. **Diário de Natal**, Natal, 21 jun. 1968, ed. 08284.

PORCELANA brazonada. **A Ordem**, Natal, 17 out. 1964, ed. 05618.

PROFESSORA Lourdes Guilherme de parabéns. **Diário de Natal**, Natal, 19 set. 1962, ed. 06720.

PROFESSORA Lourdes Guilherme. **Diário de Natal**, Natal, 13 fev. 1971, ed. 09054.

PROFESSORES da Escola Industrial de Natal fazem encontro: 6 a 8. **Diário de Natal**, Natal, 22 ago. 1962, ed. 06698.

REABERTURA, hoje das aulas do Instituto de Música do Estado: na direção daquele estabelecimento a senhorita Lourdes Guilherme. **Diário de Natal**, Natal, 1 mar. 1952, ed. 02821.

REALIZOU-SE a 8a. Sabatina Musical. **A Ordem**, Natal, 9 nov. 1953, ed. 05270.

REPORTAGEM social. (1961, 20 de novembro). **Diário de Natal**, Natal, 20 nov. 1961, ed. 06477.

SOCIAIS aniversário. **A Ordem**, Natal, 8 ago. 1942, ed. 02041.

SOCIAIS. **A Ordem**, Natal, 11 ago. 1943, ed. 02333.

SOCIAIS. **A Ordem**, Natal, 27 jan. 1944, ed. 02466.

TEODORICO Guilherme de Souza Caldas. **Diário de Natal**, Natal, 27 mar. 1950, ed. 02173. TRANSMISSÃO de cargo. **A Ordem**, Natal, 15 set. 1962, ed. 5411.

UMA sabatina do Instituto de Musica. **O Poti**, Natal, 10 set. 1954, ed. 00036.

UMA VISITA ao Instituto de Música - situação economica - professores e cursos. **A Ordem**, Natal, 12 mar. 1952, ed. 04824.

VENERÁVEL Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos (1937). **Procissão do encontro. O deslumbrante préstito religioso pela Avenida Junqueira Ayres, na tarde de 19 de março de 1937** [Fotografia].

VIAJOU ao Rio a professora Lourdes Guilherme. **Diário de Natal**, Natal, 1953.

WANDERLEY, P. Lourdes Guilherme e sua arte. **Diário de Natal**, Natal, 18 jul. 1964. ed. 07234.

## Bibliografia

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memórias de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 165-172, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8708>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. **Do mestre aos discípulos: o legado educacional de Nestor dos Santos Lima (1910-1930)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ARRAIS, Raimundo (org.). **A terra, os homens e os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX**. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BARBARESCO, Cleber Schaefer *et al.* O Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico das Escolas de Aprendizizes Artífices: um lugar de expertise para o ensino profissional técnico. **Perspectiva**, v. 40, n. 01, p. 01-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/85466>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. *E-book*.

BARROS, José D' Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422/21738>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BEZERRA, Cristina D'Oliveira Vidal; KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. **Memórias do jornalismo impresso potiguar**: a importância de Luiz Maria Alves para a história do Diário de Natal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2017-1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Joaquim Guilherme de Souza Caldas (Deputado Provincial)**. Natal, RN, 1972. Disponível em: [http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000108336.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000108336.PDF). Acesso em: 05 fev. 2023.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CIAVATTA, Maria. A cultura material escolar em trabalho e educação. A memória fotográfica de sua transformação. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez., 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/2188>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CIAVATTA, Maria. A historicidade da pesquisa em Educação Profissional: questões teórico-metodológicas. In: CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**: a historicidade da Educação Profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 32-53.

COSTA, Fernanda C. da Silva. **O Estado Novo no controle da informação cotidiana**: o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal “A República”. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

COTTA, Mayra; FARAGE, Thais. **Mulher, roupa, trabalho**: como se veste a desigualdade de gênero. São Paulo: Paralela, 2021. *E-book*.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização** 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. **Fotografias – 1940 – 1968**. Natal: [19--.; 1968]. Arquivo Campus Cidade Alta – IFRN. 26 fotografias.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/934/939>. Acesso em: 31 out. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Ana Paula Ribeiro; COSTA, Gilmara Catarine Dantas. **Entrelaçando memórias**: a poética do tecer na instalação artística. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução: Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVspzTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GALVÃO, Claudio. **O nosso maestro**: biografia de Waldemar de Almeida. Natal: EDUFRN, 2019.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A história das instituições Educacionais**: inovações paradigmáticas e temáticas. Campinas: Autores associados; Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod\\_resource/content/1/Ginzburg\\_carlo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod_resource/content/1/Ginzburg_carlo.pdf). Acesso em: 09 jul. 2021.

GOLDIM, José Roberto. **Eugenia**. 1998. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023

GUILHERME, José Maria. **O livro de José**. Natal: Fundação José Augusto, 1998.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. **A trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal**: república, trabalho e educação. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal

do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em:  
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14146/1/RitaDFG.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

Hemeroteca Digital. (2021). **Biblioteca nacional digital**. Disponível em:  
<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 15 maio 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LABIM. **Diário de Natal 1939-2012**. Disponível em:  
[http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/1456#:~:text=O%20jornal%20Di%C3%A1rio%20de%20Natal,\(DN\)%20apenas%20em%201947](http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/1456#:~:text=O%20jornal%20Di%C3%A1rio%20de%20Natal,(DN)%20apenas%20em%201947). Acesso em: 22 fev. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LYRA, Anderson Tavares de. **Colégio Imaculada Conceição – CIC**. 2010. Disponível em:  
<http://www.historiaegenealogia.com/2010/05/colégio-imaculada-conceicao-cic.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004

MARANHÃO, Djalma. Esquina da Tavares de Lira com a Dr. Barata, centro convergente e irradiador da vida natalense. Notas de Cláudio Galvão. *In*: GALVÃO, Claudio (Org.). **Diário de Natal (1949)**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena: Técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2011. Disponível em:  
<http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1061>. Acesso em: 12 maio 2021.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de; SILVA, Nina Maria. A professora Lourdes Guilherme e o Canto Orfeônico na Escola Industrial de Natal (1945-1968). **Educação e Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 153-164, set./dez. 2017.

MELO, Rosana Karla Bezerra de. **A Ordem: jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964)**. 2002. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MENEZES, Antonio Basilio Novaes Thomaz de. A moda e o celibato pedagógico: pressupostos éticos e higienistas na educação da década de 1920. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 27, p. 97-107, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/75/64>. Acesso em: 26 jan. 2022.

NASCIMENTO, Alanderson Maxson Ferreira do. **“Nesse tempo falava-se muito de música”**: práticas pedagógicas do Instituto de Música do Rio Grande do Norte (1933-1961)

em três Movimentos. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **A Escola Normal de Natal: Rio Grande do Norte, 1908-1971.** Natal: IFRN, 2018.

NATAL DAS ANTIGAS. **Genealogia dos bairros: Cidade Alta.** 2022. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/cidade-alta>. Acesso em 22 fev. 2023.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, Daisy. **A música como instrumento de poder.** Jundiaí: Paco Editora, 2011a.

OLIVEIRA, Daisy Lucia Gomes de. **Villa-Lobos e o Canto Orfeônico no Governo Vargas: as concentrações orfeônicas e a Superintendência de Educação Musical e Artística, v. 2, n. 2, 2011b.** Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/interludio/article/viewFile/1536/1101>. Acesso em: 03 out. 2022.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Souza. **Mãe-esposa e professora: educadoras no final do século XIX.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*.

PINTASSILGO, Joaquim. Os professores: entre a ciência da educação e a arte de ensinar. *In: S. Camara (Org.). Pesquisa(s) em história da educação e da infância: conexões entre ciência e história.* Rio de Janeiro: Quartet - Faperj, 2014. p. 325-350.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista.** 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6028/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA. **Centenário do IFRN 1909 - 2009.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 04 fev. 2023.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze.** 93. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SANTOS, Elias Souza dos; FERRONATO, Cristiano de Jesus; MECENAS, Ane Luise Silva. Histórias dos conservatórios brasileiros de Canto Orfeônico: consonâncias e dissonâncias nos cursos de formação do professorado de música. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-22, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/rcb7mt9GL88vnxxVvX8vPkj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4901/art10\\_22.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4901/art10_22.pdf). Acesso em: 30 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2020.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, **Anuário Natal 2013**. Natal: SEMURB, 2013. Disponível em:

[https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Anuario/Anuario\\_2013.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Anuario/Anuario_2013.pdf). Acesso em: 22 mar. 2023.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA, Cintia Rufino Franco da. As relações entre integralistas e o projeto eugenista de Belisário Penna no Brasil nos anos 1930. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363143502\\_ARQUIVO\\_Eugenia\\_integralismo.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363143502_ARQUIVO_Eugenia_integralismo.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, Nina Maria Da Guia de Sousa. **Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)**. João Pessoa: IFRN, IFPB, 2019.

SILVA, Maria da Guia Sousa; PAIVA, Marlúcia Menezes de. A mulher professora na Escola Industrial de Natal (1942-1968). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão; Aracaju: UFS, UNIT, 2008. v. 1.

SOARES, Carmen. O mito de Ariadna: um arquétipo greco-latino na condição. **Humanitas**, n. 58, p. 45-51, 2006. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/27997>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SOUZA, Francisca Leidiana de; CAMPOS, Ísis de Freitas; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. O Boletim da Comissão Brasileiro-americana de Educação Industrial (CBAI)

como fonte de pesquisa em história da educação. **Revista de Casos e Consultorias**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e26785. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/26785/15042>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SOUZA, Larissa Maia de et al. Formar para o cuidado: a formação humana integral e o ensino integrado um saúde na Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 21, e12839, dez. 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12839/0>. Acesso em: 30 jan. 2022.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A legislação como fonte para a História da Educação. In: (Org.) SOUZA, Elizeu Clementino de; VASCONCELOS, José Geraldo; CASTRO, César Augusto. **História da Educação: memória, arquivo e cultura escolar**. Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012.

VERONEZ, M. A escrita de si das missivas: reflexões historiográficas e literárias. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Goiânia, v. 19, n. 1, 2016. DOI: 10.5216/lep.v19i1.39901. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/39901>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VILLA-LOBOS, Heitor. **Solfejos: originais e sobre temas de cantigas populares, para ensino de canto orfeônico**. 1º volume. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1940.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

# Documento Digitalizado Restrito

## Ficha Catalográfica

**Assunto:** Ficha Catalográfica  
**Assinado por:** Francinaide Nascimento  
**Tipo do Documento:** ANEXO  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Restrito  
**Hipótese Legal:** Controle Interno (Art. 26, § 3o, da Lei no 10.180/2001)  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Francinaide de Lima Silva Nascimento, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 24/08/2023 08:16:23.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/08/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1519690

**Código de Autenticação:** 3c50da66f1

